UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TERENA PERES DE CASTRO

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) PARA A REPRODUÇÃO CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL ALVORADA (ACRA)**

SÃO PAULO

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TERENA PERES DE CASTRO

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) PARA A REPRODUÇÃO CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL ALVORADA (ACRA)**

[VERSÃO CORRIGIDA]

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof. Dra. Larissa Mies Bombardi

São Paulo

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Terena Peres de Castro

Título: A Contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a reprodução camponesa: um estudo de caso da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA).

Orientadora: Larissa Mies Bombardi

Dissertação apresentada a Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Mestre em
Geografia Humana

Banca Examinadora:

Prof. Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: __/__/____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à vida,

Ao meu companheiro de vida Otávio, pelo amor e compreensão ao longo dos anos que estamos juntos,

À minha querida irmã e também companheira de vida Layâna e seu companheiro, Thiago pelo carinho e infinita paciência,

Aos meus pais Luiz Alberto e Silvana, bem como toda minha família, pelo amor e constante incentivo aos estudos,

Ao José Mário, meu mais novo parente, pelas orientações para confecção dos mapas,

À minha orientadora Larissa, pelos ensinamentos não só da pesquisa, mas também da vida,

Ao Sr. João, Wenceslau, Kelly, Fátima, Davi e Maria de Lourdes pela disponibilidade e prontidão que sempre demonstraram para o desenvolvimento da pesquisa,

À COOPERACRA, pela persistência na luta por uma agricultura saudável,

Às professoras Valéria de Marcos e Marta Inez pelas contribuições significativas no exame de qualificação,

Ao Professor Ademir, pela paciência e disponibilidade em contar, quantas vezes fosse necessário, a história da ACRA,

Ao Professor Paulo Moruzzi por ter sido tão solícito ao longo da minha caminhada na pesquisa,

À Morgane, pelas conversas e reflexões frutíferas sobre diversos temas relacionados à minha pesquisa,

Aos amigos e amigas que sempre se colocaram a disposição para ajudar com o que fosse preciso, particularmente à Ana Regina, *my teacher*.

*Me dá licença de cantar
Também de agradecer
Coragem pra querer
Um verso pra louvar
Louvar a gente do lugar
Louvar quem vai nascer
Quem vai permanecer
Também quem vai passar
E louva Deus que vou louvar
O dia matinal
A fruta no pomar
A roupa no varal
Louvar a chuva de criar
A água de beber
O tempo de viver
A casa de morar
Bem-vinda minha senhora
Bendita Nossa Senhora¹*

¹ Letra da música 'Casa de Morar', de Renato Braz.

RESUMO

CASTRO, T.P. de A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a Reprodução Camponesa: um estudo de caso da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A presente pesquisa buscou compreender de que maneira o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribui para a reprodução camponesa. O trabalho foi feito a partir do estudo de caso de uma família de camponeses migrantes do Paraná para São Paulo, uma das responsáveis pela fundação, no ano de 1987, da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA) que deu origem, no ano de 2008, à Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana, a COOPERACRA. A metodologia utilizada consistiu na coleta de dados por meio da história oral de vida dos camponeses estudados. O estudo dos principais teóricos que abordam o tema do campesinato também foi realizado, bem como das experiências existentes sobre o funcionamento do Programa, principalmente, no Estado de São Paulo. Dessa forma, foi possível um diálogo entre a realidade encontrada no estudo de caso e o que a teoria delimita, além de possibilitar uma análise comparativa das experiências estudadas. De maneira geral, é possível afirmar, diante dos estudos realizados ao longo desta pesquisa, que as leis e resoluções que regem o Programa, particularmente a Lei nº 11.947 de 2009, com todos os desafios apresentados para a sua implementação, possibilitam um empoderamento da agricultura camponesa.

Palavras chave: camponês, reprodução camponesa, políticas públicas, PNAE.

ABSTRACT

This research aims to understand how the National Program of School Nutrition contributes for peasant reproduction. This work was based on a case study of a peasant family that migrated from Paraná to São Paulo. They were one of the people responsible for the foundation of the Rural Community Association Alvorada (ACRA) which originated the Cooperative of Familiar and agroecological agriculture of Americana (COOPERACRA). The methodology used in this work consisted in collecting data by listening to the peasants' life stories and also studying the existing experiences about how the Program works, mainly, in the state of São Paulo. All this data was then analyzed based on the relevant literature on peasantry. Thus, it was possible to establish a relation between the realities found in the case study and what the theory delimits. Then, it was made a comparative analysis of the experiences that were studied. Finally, we can assert that, the laws and resolutions which rule the National Program of School Nutrition, particularly the law number 11.947 from 2009 – even with all the challenges that had to be overcome for its implementation – helped enable an empowerment of the peasant agriculture.

Keywords: peasant, peasant reproduction, public policies, PNAE

SUMÁRIO

RESUMO	6
Introdução.....	9
Metodologia da pesquisa.....	10
Capítulo I - A trajetória da Associação Comunitária Rural Alvorada	14
A dimensão da luta pela terra e a concessão de uso da terra.....	21
As mulheres na Associação.....	25
A organização do trabalho: trabalho coletivo X trabalho individual	27
A subordinação da renda camponesa ao capital	30
A ACRA e a Agroecologia.....	32
A Cooperativa de Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (COOPERACRA)	38
A Cooperativa enquanto Organização de Controle Social	41
A religiosidade presente	46
Capítulo II - PNAE: Potencialidades e limites para a reprodução camponesa	50
PNAE: Legislação	51
Princípios e diretrizes	52
A efetivação da participação da agricultura familiar.....	57
Desafios para a implementação da Lei nº 11.947.....	59
As Chamadas Públicas	59
A elaboração do Cardápio	62
Falta de documentação dos agricultores.....	62
O preço dos produtos orgânicos e agroecológicos	65
Capítulo III - O PNAE e a reprodução camponesa	68
O PNAE na COOPERACRA	68
O PNAE e a reprodução camponesa	72

Considerações finais	82
Referências Bibliográficas	87
ANEXO A.....	90
ANEXO B.....	93
ANEXO C.....	97
ANEXO D.....	103
ANEXO E.....	106
ANEXO F	108

Introdução

Caipira, caboclo, caçara. No Brasil, todas estas palavras poderiam definir um único sujeito social: o camponês.

Há, entretanto, discórdias, principalmente no meio acadêmico, em relação à persistência de tal sujeito na sociedade atual. Não há dúvidas de que o camponês desempenhou um papel significativo na história das sociedades antigas. Nas sociedades feudais europeias, por exemplo, os camponeses eram os principais responsáveis pelo trabalho na terra e pela produção de alimentos para consumo próprio e para os senhores feudais, de maneira que os estabelecimentos produtivos e praticamente todo modo de produção estariam inviabilizados sem o trabalho camponês.

E nos dias atuais, há espaço para o sujeito camponês em meio ao desenvolvimento tecnológico e o avanço do modo capitalista de produção no campo?

Oliveira (2001) afirma haver três correntes teóricas principais capazes de dar resposta a essa pergunta. Para uma das correntes que estudam o tema, o desenvolvimento do modo capitalista de produção seria o responsável pelo desaparecimento dos camponeses, uma vez que o próprio processo de integração ao mercado capitalista, que nas palavras de Lênin proporcionaria o processo de *diferenciação interna do campesinato*, levaria à incorporação destes sujeitos ao modo de produção capitalista, os mais abastados tornando-se pequenos capitalistas rurais e os mais pobres transformando-se em proletários.

Outra corrente alega que “*o processo de penetração das relações capitalistas de produção no campo*” também levaria a uma proletarianização do camponês uma vez que no campo predominaria formas capitalistas de produção. Para Oliveira (2001), o que diferencia esta corrente das demais é a presença da coerção extra-econômica, isto é “*o poder político desempenharia um papel de destaque no processo de penetração de relações capitalistas no meio agrícola*” (OLIVEIRA, 2001, p.46).

Há ainda uma terceira corrente que interpreta que o modo capitalista de produção abarca outras relações de produção agrícola, que não somente as capitalistas. Para estes, o campesinato seria uma dessas formas de relação de produção não capitalista presente no campo atualmente, “*criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção.*” (Ibdem)

Nas palavras de MARTINS, a explicação para a persistência do campesinato consiste na *“produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista.”* (2010 p.19)

Essa frase, um tanto quanto confusa à primeira leitura, parece brincar de colocar palavras iguais em lugares diferentes. No entanto, a ordem precisa com que esse jogo é feito permite chegar a uma compreensão clara do lugar que o campesinato ocupa na sociedade atual brasileira e o por quê. Nesta frase, o campesinato se qualificaria por estabelecer uma relação não capitalista de produção, pelo fato de, ao sujeito camponês pertencer, tanto a força de trabalho quanto os meios de produção, fazendo com que este seja responsável pela produção direta dos seus meios de vida.

Para esta terceira corrente, a existência de relações não capitalistas de produção seria, portanto, uma característica imprescindível para a produção capitalista de maneira que a existência do campesinato no país se dá contraditoriamente e ao mesmo tempo em que o capitalismo se desenvolve no campo brasileiro. *“O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista”*. (OLIVEIRA, A. U. de, 2007, p.11)

A presente pesquisa orienta-se pelas determinações e interpretações desta terceira corrente que sustenta a persistência campesinato nos dias atuais e, ainda, o situa enquanto classe social intrínseca ao processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Dessa forma, os sujeitos aqui estudados são caracterizados enquanto camponeses pertencentes a uma mesma família que habitam o município de Americana, situado próximo à grandes centros urbanos como Campinas e São Paulo, por exemplo, onde a expansão capitalista, mesmo no campo, se dá de maneira marcante.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa se fundamentou no estudo da bibliografia existente a respeito de alguns temas centrais para o desenvolvimento do trabalho. Os temas tidos como prioritários foram os elementos que caracterizam o campesinato, renda da terra camponesa e o PNAE. Especificamente sobre o PNAE foram consultadas normativas, leis, resoluções, decretos e medidas provisórias que fundamentam este programa.

Paralelamente ao estudo bibliográfico, foram realizadas idas a campo a fim de coletar não só dados quantitativos sobre a associação, mas também informações qualitativas

principalmente no que diz respeito a observação de elementos que caracterizem o processo de trabalho camponês.

Uma das metodologias utilizadas foi a História Oral de Vida, por compreender que os registros orais tais como depoimentos, memórias e história de vida dos agricultores que vivem a realidade a ser estudada são igualmente importantes para o levantamento de informações e construção da pesquisa. A História Oral se propõe a registrar situações que permitem abrir novos ângulos para a compreensão da sociedade. (MEIHY, 2005) O interessante da história oral é a relevância dada a cada indivíduo, não por considerar o particular ou o específico, mas por entender que “*a memória individual só interessa na medida em que permite o conhecimento do fenômeno social*” (Ibidem, p. 64), ou seja, “*a história oral é sempre social*”. (Ibidem, p. 42) Como especificidade, adotou-se a história oral temática por ser esta uma das modalidades mais utilizadas enquanto técnica de pesquisa (MEIHY, 2005), que articula os diálogos com outros documentos que serão utilizados na pesquisa, já citados acima.

Vale ressaltar a existência de outro projeto de pesquisa coordenado pelo professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP, intitulado *Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas*, que foi desenvolvido, dentre outras localidades, na área da ACRA ao mesmo tempo em que esta pesquisa se desenvolvia. O projeto também utilizou enquanto metodologia de pesquisa a história oral de vida e elaborou um questionário que tinha por finalidade orientar a conversa. O questionário² foi composto por uma questão chave e as demais questões distribuídas em seis dimensões: familiar, econômica, agroalimentar, infraestrutura social, político-organizativa e ambiental.

O fato de haver duas pesquisas sendo desenvolvidas na mesma área, levou a uma aproximação da pesquisadora com o coordenador do projeto com o propósito de articular as idas à campo e a realização das entrevistas, evitando um desgaste tanto das pessoas entrevistadas como dos pesquisadores. Dessa forma, para a maior parte das entrevistas realizadas, as questões que orientaram o presente trabalho se juntaram ao questionário elaborado por Moruzzi Marques. A quantidade e qualidade das informações obtidas com as entrevistas foram surpreendentes, no entanto, foi necessário fazer um filtro de maneira a utilizar os dados realmente relevantes e necessários para este trabalho. Evidente que, de certa maneira, outras dimensões abordadas, como por exemplo, a infraestrutura social e a

² Ver ANEXO A.

ambiental, facilmente dialogariam com os objetivos desta pesquisa. Esses resultados pretendem ser apresentados em futuras publicações.

Ao todo, foram entrevistadas seis pessoas, sendo que todas elas fazem parte de uma mesma família, a família do Sr. João José de Souza. A opção por entrevistar apenas o núcleo familiar do Sr. João e posteriores gerações se deu pelo fato desta ser uma das principais famílias idealizadoras da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA) e a única que deu continuidade a este projeto de vida no campo até os dias atuais.

O resgate da história da Associação a partir dos relatos da família entrevistada é de fundamental importância para compreensão da gênese destes camponeses e das escolhas adotadas na atualidade por este grupo que, depois de anos de instabilidade financeira e produtiva, encontra-se em uma situação de produção diversificada e comercialização garantida, o que permite as famílias pensar a continuidade da vida no campo sob uma nova perspectiva, ao mesmo tempo em que desperta nas novas gerações a vontade de um maior envolvimento com o trabalho na terra.

Também foi realizado um levantamento e caracterização de todas as formas de comercialização praticadas pela associação com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para qualificar este levantamento foram consultados alguns documentos disponibilizados pela organização, como, por exemplo, relatórios anuais, atas de reunião, planejamento produtivo, entre outros. A partir desse levantamento espera-se compreender e qualificar de que maneira as formas de comercialização influenciam no processo de reprodução camponesa da família estudada.

*Chegando em Americana nessa cidade bacana
Começamo pesquisa
Já estava ao nosso lado a Fazenda do Estado
Começamo namorar
Uma área a fundo perdido
Pensando em ser marido e um dia se casar
Mas no dia do casamento
Um padrasto ciumento não querendo aceitar
A menina bateu no peito
Esse caboclo é do meu jeito e com ele eu vou ficar
Essa menina que eu falo é a querida natureza
É dela que vem o pão que abastece a nossa mesa
É essa a nossa luta
Manter respeito com ela
Ela está à nossa defesa³*

³ Poesia feita pelo Sr. João José de Souza.

Capítulo I - A trajetória da Associação Comunitária Rural Alvorada

A Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA) foi criada no dia 12 de outubro de 1987, fruto da articulação dos moradores do Bairro Jardim Alvorada, localizado na zona rural do município de Americana, São Paulo. Dentre as pessoas que faziam parte deste grupo havia tanto camponeses, que já possuíam experiência de trabalho com a agricultura, como também aqueles que nunca tinham plantado, sendo que havia pessoas que eram de Americana, mas também pessoas oriundas de outras partes do país. Apesar da diversidade de sujeitos, o objetivo era o mesmo: desenvolver a atividade agrícola com a finalidade de produzir alimentos para o autoconsumo das famílias e para a obtenção de renda, em uma área pertencente ao Instituto de Zootecnia do Estado de São Paulo (IZ)⁴, que se encontra no bairro que dá nome à Associação.

A retrospectiva histórica da ACRA será feita com base nos relatos dos membros da única família que faz parte da organização desde o seu início até a atualidade, a família do senhor João José de Souza. O Sr. João é um dos principais idealizadores da Associação e desempenhou ao longo da história da mesma um importante papel, sendo ele um dos responsáveis pela negociação do uso das terras do IZ e pelo aporte de conhecimento em torno da produção agrícola devido à experiência de trabalho na terra que possuía ele e sua família.

A família do Sr. João viveu no meio rural e desenvolveu suas atividades produtivas inicialmente no Estado do Paraná, no município de Vera Cruz d'Oeste. Lá possuíam uma propriedade de três alqueires⁵ onde plantavam gêneros alimentícios e criavam animais para o próprio sustento.

Nas palavras de Wenceslau, filho do Sr. João, o *sítio*, como se referem à antiga propriedade, foi descrito da seguinte maneira:

Aí a gente tinha uma propriedade lá [...] a coisa mais linda. No fundo tinha o tanque de peixe, que nós tinha peixe, tinha área de gado, um penhasquinho que era meio ruim de cultivar, era gado, área de pastagem do gado, tirava leite, tinha a horta, tinha o peixe, tinha o café, tinha o plantio de feijão e arroz no meio do café, tinha área de

⁴ O IZ foi criado no ano de 1905 e pertence à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo. Possui duas sedes, uma localizada no município de Nova Odessa, e outra no município de Sertãozinho, apresentando uma área total de 2.320,3 hectares. A sede de Nova Odessa faz divisa com o município de Americana sendo que parte dos 120 hectares do IZ nessa localidade se encontra dentro deste último município. A sede Nova Odessa desenvolve atividades de pesquisa sobre produção animal de leite e pastagens.

⁵ A medida de um alqueire varia conforme o Estado e a região do país; em São Paulo é correspondente a 24,2 mil metros quadrados, ou seja, 2,42 hectares uma vez que um hectare equivale a 10 mil metros quadrados. No Paraná, um alqueire equivale a 2,72 hectares.

plantio de milho e tinha uma mata no fundo e o rio grande que passava no fundo nosso, tudo isso.⁶

A riqueza dos detalhes presentes na descrição da propriedade pode ser considerada um reflexo do que significa riqueza para a família do Sr. João, ou seja, a riqueza está na natureza e pode ser traduzida em peixe, gado, leite, horta, café, arroz, feijão, milho, rio e mata. A valorização da natureza e do que ela oferece é uma constante no universo camponês.

A família trabalhava empregada por empreitada⁷ no cultivo do café de fazendas vizinhas. Nessa época, situada na década de 1970, ocorreu, segundo Sr. João, uma forte geada no café, forçando a mudança dos cultivos da região para pasto e para a plantação de algodão. Esta última é uma cultura caracterizada pelo uso intensivo de herbicidas e inseticidas, responsáveis por sérios danos à saúde e ao ambiente.

O uso de agroquímicos na agricultura brasileira, bem como a monocultura e a mecanização do campo, caracterizam o início de um processo denominado de *Revolução Verde*⁸ que atingiu boa parte dos estados do país. Tal processo gerou no campo um movimento de migração dos camponeses que, muitas vezes se viam obrigados a venderem suas propriedades a preços irrisórios para empresas ou grandes proprietários que buscavam a expansão das terras cultivadas.

Tal processo também esteve presente em Vera Cruz d'Oeste e afetou tanto a família do Sr. João como as demais famílias vizinhas. Nas palavras do Sr. João:

Nóis fomo pra lavoura branca⁹, depois da lavoura branca que nós tava cuidando, pouca terra, um sitinho pequeno, veio a mecanização. A fazenda encostou daqui, a outra encostou de cá e mecanizou tudo. Passava veneno de avião, e a gente ficava respirando o cheiro [...]. Então essa época, (19)78, eu fui expulso das terras, por essa causa da mecanização¹⁰.

Essa situação reflete, o ocorrido a muitos camponeses do Brasil nesse período, fenômeno conhecido como êxodo rural. Nas palavras de Paoliello (1992, p.02):

⁶ Entrevista realizada com Wenceslau Donizete de Souza no dia 31/08/2013, na ACRA.

⁷ Empreitada: tarefa, missão a ser realizada por alguém que assume o compromisso de entregar o “serviço” pronto. O empreiteiro tem autonomia na condução dos trabalhos desde que cumpra os acordos firmados (prazos, qualidade etc..).

⁸ A Revolução Verde se iniciou no período pós Segunda Guerra Mundial, e tinha como objetivo o aumento da produtividade de alimentos; para isso propunha o uso intensivo de insumos químicos, variedades geneticamente melhoradas e intensa mecanização das ações produtivas, “uma cadeia articulada de processos e atividades que logo passaria a ser conhecida como o ‘pacote tecnológico’ da agricultura contemporânea” (ALTIERI, M. 1998).

⁹ Lavoura branca é a denominação utilizada pelos camponeses para designar o cultivo de gêneros alimentícios anuais tais como milho, mandioca e abóbora.

¹⁰ Entrevista realizada com Sr. João José de Souza, no dia 28/09/2012, na ACRA.

[...] os processos de perda da terra, e de crescentes dificuldades de acesso a ela, estão na raiz de toda a gama de processos conflitivos [...] que pode ser simplesmente descrita como um processo de desalojamento constante e acelerado das populações rurais (PAOLIELLO,R., 1992, p.02).

Movendo-se pelo país numa verdadeira aventura retirante, como afirma Oliveira (2001) a respeito da trajetória dos camponeses no Brasil, Sr. João foi à busca de outro lugar para morar com sua família. Segundo seu relato e de seus filhos, antes de ir para o município de Americana, o Sr. João havia passado pelo Mato Grosso do Sul e também por Tangará da Serra, no Mato Grosso. Este último Estado faz parte da Amazônia Legal¹¹, território do país que pode ser caracterizado, dentre outros, pelo fenômeno da *frente de expansão* que, nas palavras de Martins (1996, p.31) pode ser definida como a “*zona de ocupação pelos agentes da civilização, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista*” como, por exemplo, os camponeses. Esta *zona* se situa entre as duas fronteiras, econômica e demográfica, que existem nessas localidades de avanço do modo capitalista de produção, sendo que esta última se situa à frente daquela.

Além desses Estados, o Sr. João chegou, inclusive, a ir para o Paraguai, porém, em todas essas localidades, a busca por um novo lugar de moradia e trabalho não teve sucesso, seja pelos obstáculos concretos que encontrou como a dificuldade de deslocamento provocada pela demasiada chuva que caiu na região na época, seja pela falta de perspectiva de vida observada pelo Sr. João nesses lugares.

A *aventura retirante* terminou no município de Americana, distante aproximadamente quarenta quilômetros da cidade de Campinas, maior município da região, e novecentos quilômetros de Vera Cruz d’Oeste, Paraná, onde a família do Sr. João o aguardava, bem como a novidade da mudança. Desfizeram-se de todos os bens que não seriam possíveis de transportar facilmente como, por exemplo, a carroça e os animais. A venda destes itens e do sítio permitiu fazer uma poupança que veio a se transformar em uma casa própria no bairro Jardim Alvorada.

¹¹ A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (IPEA,2008).

Mapa 1: Localização do município de Americana.

Elaboração: CASTRO, T.P; base cartográfica: IBGE

Uma vez instalados no município, o Sr. João foi procurar trabalho na cidade, mas já se encontrava com 50 anos, uma idade considerada avançada para ser incorporado ao mercado de trabalho. Alguns dos empregos que lhe ofereceram foram o de guarda noturno e o de pedreiro, mas, segundo Wenceslau, filho do Sr. João:

[...] ele não se adaptou na cidade. Aí ele falou assim: *isso não é o que eu quero*. Comida gelada, não era o que ele comia, cê entendeu, mudou tudo o regime dele. Aí ele dormia, sonhava que ele tinha perdido tudo aquela fazenda sabe, ele era o terreninho dele, ele falava: *o que que eu fiz da minha vida?* E isso ficou na cabeça dele. E a minha mãe falava assim: *não, aqui tá bom, tudo, mas só que enquanto não tiver o leitinho de uma vaca não vai ter jeito*. Da cabeça dela. Aí ele começou a mexer ali e começou a namorar essa área, por isso que eu escrevi a carta lá depois. Por que ele vinha pega esterco aqui dos boi que tinha aqui dentro e levava lá pra

dentro. E falou assim: *aqui tem uma área grandona na divisa do bairro, como que é isso?*¹²

A fala acima sinaliza para o fato que o Sr. João não estava conseguindo criar uma identidade com a nova vida. Sua identidade permanecia com a terra, “*ele era o terreninho dele*”, e com o modo de vida que a partir dela sempre desenvolveu. Sua esposa, Sra. Ana Clara de Souza¹³ também apontava para a mesma direção: “*enquanto não tiver o leitinho de uma vaca não vai ter jeito*”.

De acordo com as falas dos membros da família entrevistada, o principal choque no início desse processo de mudança do campo para a cidade foi em relação à alimentação: “*porque lá você (...) tinha de tudo um pouquinho, você tinha uma laranja, um frango, um porquinho, tudo ali na propriedade, se você precisava de alguma coisa, você ia lá e pegava, queria pegar uma manga, ia lá e pegava*”¹⁴. Percebe-se pela fala acima que a relação da família do Sr. João com a alimentação, lá no Paraná, se dava sem a intermediação do dinheiro. A ausência do capital comercial na esfera do consumo é uma característica tipicamente camponesa e estava presente na família até a mudança para o Estado de São Paulo. Uma vez em Americana, as coisas mudaram:

Quando nós chegamos aqui nós levou um choque, porque a minha mãe ia fazer compra, passava o vendedor na porta de casa vendendo laranja, e a gente costumava chupar sacos de laranja no sítio e aqui ela comprava um baldinho pequeno de laranja pra gente dividir entre nós, e nós comia sem limite assim, chupava um né. E aí teve esse controle, o pão fazia em casa, aqui ela comprava na padaria, deu uma diferença na nossa alimentação muito grande. Aí pra gente recuperar isso [...] ¹⁵.

A vida na cidade submete seus habitantes a “*monetização de todas as dimensões da vida*” (D’AQUINO, 1996, p.20), a comprar os alimentos ao invés de produzi-los; logo, a alimentação está diretamente associada a disponibilidade de dinheiro para sua aquisição, sendo esta uma situação já naturalizada na cidade. Para a família do Sr. João, no entanto, a necessidade de se *controlar* a alimentação e associá-la diretamente ao dinheiro era uma novidade que, nas palavras da Lourdes *chocou* os familiares.

Dessa maneira, o Sr. João procurou, de alguma forma, desenvolver a atividade que sempre realizou: o trabalho com a agricultura. Começou a cultivar alimentos para consumo da família em pequenas áreas públicas ociosas que se localizavam no bairro onde morava.

¹² Entrevista realizada com Wenceslau Donizete de Souza no dia 31/08/2013, na ACRA.

¹³ A Sr. Ana Clara de Souza faleceu há 4 anos.

¹⁴ Entrevista realizada com Fátima, filha do Sr. João, no dia 20/09/2012, na ACRA.

¹⁵ Entrevista realizada com Maria de Lourdes de Souza da Cruz, filha do Sr. João no dia 24/08/2012, na ACRA.

Naquela época, início dos anos 1980, a prefeitura possuía um projeto de hortas para abastecimento da merenda escolar do município, que serviu de estímulo para que o Sr. João, além do cultivo de alimentos para a família, passasse a plantar para tirar uma renda com a venda de produtos para a merenda. Além disso, os alimentos também eram vendidos de porta em porta para os moradores do bairro Jardim Alvorada, pelos filhos do Sr. João, na época crianças entre oito e doze anos de idade. Para incrementar a produção, o Sr. João pegava esterco na parte da área do IZ que se localizava no Jardim Alvorada, com a finalidade de adubar sua horta.

No ano de 1983 a Prefeitura Municipal de Americana reivindicou a área que o Sr. João ocupava, para ali instalar uma creche, uma escola e o centro comunitário do bairro. Dessa forma, Sr. João e sua família foram em busca de outro local em que pudessem realizar suas atividades produtivas.

Um episódio interessante de ser mencionado é a relação que se estabeleceu entre o Sr. João e a igreja da comunidade logo que a família chegou ao bairro. Certo dia, ao retornarem de um compromisso na cidade, encontraram na frente da casa uma cesta repleta de alimentos que havia sido doada pela igreja. A partir de então, o Sr. João passou a fazer parte da Congregação dos Marianos e dos Vicentinos que existia na cidade, trabalhando voluntariamente aos sábados, montando as cestas de alimentos e distribuindo às famílias necessitadas da cidade.

A aproximação com a igreja bem como o convívio cotidiano com os moradores do bairro Jardim Alvorada, principalmente através da venda dos alimentos de porta em porta que produziam, foram aspectos que favoreceram a integração da família do Sr. João com a comunidade. Dessa forma, alguns moradores do bairro começaram a observar um anseio em comum: ter um pedaço de terra onde pudessem plantar seus alimentos. Outras famílias do bairro Jardim Alvorada, assim como a família do Sr. João, também cultivavam roça para o sustento próprio em seus quintais ou tinham a vontade e necessidade de cultivar, mas não possuíam a terra.

Havia, no Jardim Alvorada, uma área próxima à várzea do Ribeirão Quilombo, o limitante natural entre os municípios de Americana e Nova Odessa, que pertencia ao Instituto de Zootecnia do Estado de São Paulo. Nesse local o IZ realizava pesquisas no ramo da pecuária e pastagem. No entanto, na visão das famílias interessadas, a área se encontrava ociosa e improdutiva, ocupada apenas por algumas cabeças de boi que ali pastavam. A

distância existente entre a percepção que o grupo tinha da serventia daquela área e de qual eram, de fato, as atividades desenvolvidas ali pelo IZ revela a presença de um componente de ordem moral camponesa, ou seja, *“os camponeses possuem uma forma de ver a terra que [...] passa antes pela questão moral que está no âmbito da justiça: um ser humano não pode ser privado de trabalho, e, portanto, de viver, enquanto há terras desocupadas”* (BOMBARDI, 2004, p.77). Na visão do grupo interessado, aquelas terras estavam desocupadas, ou ainda, seria mais *justo* ou poderiam ser mais bem aproveitadas se, ao invés de apenas algumas cabeças de gado, famílias a ocupassem, produzindo alimentos e se reproduzindo.

Mapa 2: localização da área do Instituto de Zootecnia

Elaboração: CASTRO, T.P; base cartográfica: IBGE

O grupo de pessoas interessadas, composto então por 38 famílias, passou a considerar a possibilidade de utilizar tal área para desenvolver a atividade de produção agrícola que tanto almejavam. É possível dizer que havia nesse grupo duas pessoas enquanto referência de liderança, sendo uma o Sr. João e a outra o Sr. Manoel Vicente Gomes, também conhecido como Sr. Zico. Foi Wenceslau, filho do Sr. João, no entanto, quem escreveu a carta para o IZ solicitando a concessão de uso daquela área.

A iniciativa da carta surgiu de uma conversa realizada com um dos responsáveis pela área do IZ. Segundo relato de Wenceslau, filho do Sr. João, a conversa foi feita na cerca que dividia a área da várzea do restante da área total, ambas do IZ. O diálogo retratado foi o seguinte:

E quando ele levou a carta lá no IZ, os cara falou assim: *cê é louco, aqui é área de pesquisa [...] Sr. João, você já imaginou, já pensou quantas pessoas, o senhor sabe quantas pessoa que tem o mesmo pensamento que o senhor, que gostaria de ter essa área?* Ele falou assim: *eu sei.* O cara falou assim: *quantas?* Ele respondeu: *38 famílias.* (risos) Era as que ele tinha cadastrado! (risos) E ele matou o cara, velho! Falou: não é nem mil e nem eu sozinho entendeu, eu não quero isso aqui pra mim doutor, eu tenho 38 famílias interessadas nessa área. Aí começou a conversa.¹⁶

O fato de haver um cadastro das famílias interessadas demonstra que havia certo grau de organização no grupo, ainda que mínimo, fato que surpreendeu o representante do IZ que, a princípio podia ter pensado na atitude do Sr. João como alguma coisa entre o espontaneísmo e o egoísmo, mas que, ao notar que a reivindicação não era de apenas uma família e sim de um número considerável de pessoas, *começou a conversa.*

A dimensão da luta pela terra e a concessão de uso da terra

Wenceslau escreveu três cartas, uma destinada ao IZ, outra à Prefeitura do Município de Americana e outra ao Governo do Estado (de fato o responsável legal da área), na época sob a administração de Franco Montoro. O processo de negociação com o governo estadual se iniciou no ano de 1983, intermediado pelo governo municipal na tentativa de regularização e concessão de uso daquelas terras do IZ. Após o período de dois anos, em 1985, o IZ cedeu a administração da área para a prefeitura do Município de Americana, que assinou um convênio com o coletivo de famílias, permitindo a concessão de uso por 3 anos.

O período de dois anos de negociação desarticulou o grupo inicial composto por 38 famílias de maneira que por volta do ano de 1985 havia apenas 12 famílias organizadas. O

¹⁶ Reprodução da fala de Sr. João feita por Wenceslau em entrevista realizada no dia 31/08/2013, na ACRA.

ano de 1985 é, portanto, uma das datas encontradas em alguns documentos não oficiais da Associação, como ano de fundação da mesma. No entanto, o primeiro documento oficial da ACRA, seu estatuto, traz a data de fundação como sendo doze de outubro de 1987.

Interessante observar que aqueles que almejavam a área não realizaram a ocupação da terra¹⁷ como forma de reivindicação e sim, adotaram como estratégia, escreverem uma carta aos responsáveis pela administração da área justificando seus interesses. Não foi possível apreender pelas entrevistas realizadas se houve, em algum momento por parte de algumas pessoas, a vontade de realizar a ocupação da área; o fato é que o impasse se resolveu a partir da negociação, ainda que esta opção tenha comprometido a união do grupo, que acabou se desarticulando ao longo do processo. A escolha pela negociação pode caracterizar o processo inicial de territorialização deste grupo.

Almeida (2006), em pesquisa sobre a *(re)criação* dos camponeses do Mato Grosso do Sul, verificou, para os diferentes *movimentos socioterritoriais*¹⁸ estudados, processos de territorialização diversos. A partir do relato de um membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) verificou-se a contraposição feita pelas formas de territorialização desta última em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo. “*O trabalho da Fetagri é diferente do MST porque na Fetagri ele é pacífico, nós não somos de está ocupando, nem invadindo terras, a gente é mais calmo, procura mais por negociação...*”¹⁹. A fala transcrita sugere que o MST não é um movimento pacífico, ou seja, é um movimento violento por usar da ocupação de terra como forma de territorializar-se. A associação de ocupação e invasão com violência e, portanto, uma conotação negativa, e de negociação com pacífico, uma característica considerada socialmente mais nobre, é disseminada, dentre outros, pelos meios de comunicação de maneira irresponsável, negando toda uma construção feita pelo Movimento em torno da legitimidade da ocupação de terras que deveriam, legalmente, ser destinadas à reforma agrária. Essa concepção também pode ser encontrada na fala do Sr. João: “*eu fui negociado, não fui sem terra*”²⁰, e contribui para a compreensão da opção pela forma de territorialização via negociação adotada pelo grupo de

¹⁷ A ocupação de terras compõe o repertório de ações dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, o que mais se utiliza deste tipo de ação. Consiste na ocupação de terras que deveriam ser destinadas para a reforma agrária para posterior negociação com os órgãos responsáveis.

¹⁸ Apud FERNANDES 2001.

¹⁹ Entrevista realizada por ALMEIDA (2006, p. 145).

²⁰ Entrevista realizada com Sr. João José de Souza, no dia 28/09/2012, na ACRA.

Americana e da desaprovação do Sr. João em relação ao MST, que fica mais clara no poema escrito por ele mesmo abaixo:

A união desse povo se transformou em uma guerra
Virou invasão de terra que é do MST
É preciso imaginar para poder entender
Deus deu as terra ao homem mesmo antes de nascer
Quem criou essa beleza é dono da natureza
Não foi eu nem você²¹

Nota-se que o Sr. João não estabelece uma identidade com o MST, ainda que tanto ele e o grupo de Americana, quanto os participantes do movimento, fossem todos sem terra de fato.

Ainda que o processo de territorialização escolhido pelo grupo de Americana não foi o da ocupação da terra, está presente a dimensão da *luta* pela mesma, sendo que esse reconhecimento existe por parte do Sr. João quando diz: “*Eu me sinto hoje um a pessoa realizada pela luta.*”²²

A *luta* a que o Sr. João se refere em sua fala consiste tanto no esforço que foi feito para conseguirem a concessão de uso da área como para permanecerem nela até os dias atuais. Oliveira (2001, p.189) afirma: “*Os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra.*”.

É possível dizer que a luta para permanecer na terra existe até hoje, pois, desde que o acordo entre ACRA, Prefeitura de Americana e IZ foi firmado, no ano de 1985, o mesmo só foi renovado apenas duas vezes, uma no ano de 1988 e outra no ano de 1992, a princípio por um período de 3 anos mas que nunca mais foi renovado, sendo que, atualmente, a documentação da terra ainda se encontra em condição irregular.

Tal situação tem implicações sérias para a Associação que, ao longo deste tempo, deixou de aprovar dois projetos²³ e já apresentou dificuldades para acessar alguns programas institucionais.

O acordo de concessão de uso assinado em 1985 previa o acompanhamento dos agricultores pela assistente social da prefeitura, e também a orientação técnica que foi solicitada a um grupo de professores do Departamento de Economia e Sociologia da

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Os projetos mencionados são referentes a duas chamadas do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável-Microbacias II, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI, do Estado de São Paulo.

ESALQ²⁴, localizada na cidade de Piracicaba, distante aproximadamente quarenta quilômetros do município de Americana. O responsável por realizar o acompanhamento das famílias da Associação foi o professor e técnico agropecuário Ademir de Lucas que, desde o ano de 1989 até os dias atuais, acompanha e contribui com a Associação.

Foi no ano de 1989 que a Associação obteve seu primeiro pedido de financiamento aprovado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).²⁵ Com esse recurso os associados puderam investir na produção leiteira e em estrutura para irrigação das hortas, além de comprarem um caminhão de segunda mão para o transporte dos produtos. A seguir constam duas figuras que ilustram um pouco as atividades desenvolvidas no referido ano na área:

Figura 1: Associados preparando a terra para plantio; final de década de 1980.

Figura 2: Associados trabalhando na área; final de década de 1980.

Fonte: arquivo pessoal do Professor Ademir

O projeto da LBA permitiu que um número maior de pessoas se envolvesse com as atividades realizadas na Associação, fato que levou o Professor Ademir a organizar o Grupo de Extensão em Comunicação na ACRA, chamado ECOACRA, onde os alunos da ESALQ passaram a estagiar na área da Associação contribuindo com orientações técnicas sobre o processo produtivo bem como com pesquisas sobre os temas que interessavam aos produtores.

Ao longo da execução do projeto da LBA, que teve duração de dois anos, de 1989 à 1991, sendo renovado de 1992 à 1994, participavam da Associação as 12 famílias que fundaram a ACRA, como pode se observar na figura 3 abaixo:

²⁴ Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz', unidade da Universidade de São Paulo.

²⁵ A LBA foi uma entidade criada no governo de Getúlio Vargas, no ano de 1942 que visava à implantação de políticas assistencialistas para a população mais pobre, sendo reconhecida como uma das primeiras instituições de caráter social em âmbito nacional. No ano de 1995, a LBA foi extinta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Informação obtida junto ao site <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial283323.pdf>.

Figura 3: Lista das famílias associadas à ACRA no ano de 1989.

<u>Relação Americana - ACRA</u>	
01)	João José de Souza - Ana R. da Constelação, 115 esq. Vênus
02)	Josenildo dos Santos (solt.) R. da Constelação, 115 esq. Vênus
03)	Luis Brodolini - Luzia R. da Constelação, 180
04)	Vanderci Ferreira Cruz - Angelina R. Vênus, 900
05)	Davi Bispo da Rocha - Lourdes R. Mercúrio
06)	Manoel Vicente Gomes - Ana R. Mercúrio, 449
07)	Manoel Frederico de Freitas "Zico" - Rosa R. Cruzeiro do Sul, 229
08)	Ilton Alves da Rocha "Tinga" - Ana R. Cruzeiro do Sul, 219
09)	José Luis Sobaltino - Almerinda R. das Galáxias, 451
10)	Joaquim Guilherme de Souza - Jovelina R. dos Pirineus, 246
11)	Sérgio Missailidis Martins - Mirtha R. Benedito Soares de Barros, 54

Fonte: arquivo pessoal do Professor Ademir.

As mulheres na Associação

É interessante observar que a lista é composta primeiramente pelo nome completo dos homens da família, seguido apenas pelo primeiro nome das respectivas mulheres. Tal disposição pode ser útil para indicar o lugar que a mulher ocupava naquele período na Associação. Na verdade, no início da ACRA não havia mulheres trabalhando, sendo que a primeira a se incorporar ao grupo foi a Maria de Lourdes, filha do Sr. João, somente no ano de 1995. Esse momento é mencionado nas falas das mulheres entrevistadas como o *movimento das mulheres*, que foi o momento a partir do qual as mulheres vieram se somar ao trabalho na

Associação. A inserção de Lourdes na Associação se deu por conta de sua insatisfação no trabalho que desenvolvia até então na indústria têxtil, setor que movia a economia do município na época e onde trabalhavam muitas das companheiras dos associados. O trabalho, no entanto, não permitia que Lourdes cuidasse de seu filho pequeno como gostaria, gerando profunda tristeza que acabou por sensibilizar seu pai a convidá-la a trabalhar na Associação. Lourdes não somente aceitou como acabou convidando outras mulheres para se somarem ao trabalho que, naquela época, “*não exigia tanto das mulheres*”²⁶ como hoje.

A divisão sexual do trabalho é característica do universo camponês. Na realidade estudada por Tavares dos Santos (1978, p.31), por exemplo, “*Os homens têm a responsabilidade de todas as tarefas produtivas, da direção do processo de trabalho e do contato com a cidade*”. Woortmann e Woortmann (1997) também se dedicaram a estudar o processo de trabalho agrícola de camponeses nordestinos fazendo uma análise centrada nas relações de hierarquia e gênero estabelecidas no interior da unidade familiar camponesa. Neste caso, somada a tarefa de conduzir o trabalho agrícola, cabe ao homem também enfrentar o “*desconhecido, a força da natureza e os perigos do mato*” (WOORTMANN E WOORTMANN, 1996, pag.39) transformando-o em cultura, em roça. À mulher cabe orientar a direção do consumo da produção que vem da roça, transformando-a em alimento para a família camponesa. O espaço do sítio reservado para o trabalho das mulheres é a casa, e o perigo que a mulher enfrenta está “*dentro de seu próprio corpo, na gravidez e no parto*” (Ibidem).

Dessa forma, dividem-se as funções necessárias à atividade produtiva camponesa; no entanto, “*quando os braços masculinos não são suficientes abandona-se esse padrão de divisão sexual do trabalho e a mulher trabalha como um homem*” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.32).

No ano em que as mulheres entraram na Associação, 1995, as atividades executadas por elas consistiam na higienização dos alimentos colhidos e preparo das cestas para distribuição. Com o passar do tempo, a demanda de trabalho ampliou a atuação das mulheres, que passaram a trabalhar na estufa e no plantio de mudas, assim como os homens.

²⁶Entrevista realizada com Maria de Lourdes no dia 24/08/2012, na ACRA.

A organização do trabalho: trabalho coletivo X trabalho individual

Ainda no ano de 1989, a Associação, em reunião entre seus associados, criou seu regulamento²⁷ a fim de disciplinar as atividades produtivas e de comercialização, pois começaram a aparecer divergências entre as famílias em relação a forma de trabalho realizada na área. O Sr. João juntamente com algumas famílias defendiam a necessidade do trabalho coletivo na área, e o Sr. Zico somado a outro grupo, apontavam para o trabalho das famílias em áreas individuais. Tanto o Sr. João quanto o Sr. Zico eram referências de lideranças para as famílias, sendo que a divergência de opinião em relação ao tipo de trabalho a ser desenvolvido, levou o grupo a tomar partido de um ou de outro, fragmentando-o.

O regulamento orientava para que o trabalho fosse desenvolvido na área de maneira coletiva e estabelecia horário de início e término dos turnos. Muitas famílias passaram a ter dificuldades para trabalhar na terra da forma determinada, pois a maioria desenvolvia outro trabalho na cidade, de maneira que ficava difícil conciliar as duas atividades.

Uma tentativa de solução do problema, feita em 1991, foi a divisão das terras para o trabalho individual das famílias, como sugeria o Sr. Zico, com o uso coletivo dos equipamentos, mantendo ainda uma horta coletiva.

Ainda assim não foi possível por parte daqueles que estavam desenvolvendo o trabalho na cidade, conciliá-lo com a atividade na agricultura, e isso os desestimulou a permanecerem na terra de maneira que, no final do ano de 1991, 8 das 12 famílias que faziam parte da Associação decidiram sair.

Durante o período em que o trabalho foi desenvolvido de maneira individual, a equipe de assistência técnica da ESALQ se afastou do grupo por não concordarem,

[...] não com produção individual, e sim com a maneira de produzir nos horários de folga de seus empregos na indústria (chácaras de lazer), em que a produção não era a principal atividade da família, mas encarada como complementar. Isto contrariava, em nossa opinião, a origem do movimento de ocupação da área²⁸.

Nota-se, pelo conteúdo descrito acima, um comprometimento da equipe da ESALQ para além da atuação técnica, permeando pode-se dizer, princípios ideológicos dos envolvidos. A proposta de assistência técnica oferecida, desde o início, era fundamentada no trabalho coletivo da terra, onde a atividade produtiva era prioridade das famílias. A partir do

²⁷ Ver anexo B.

²⁸ Relatório de Pesquisa escrito em 1994 por Marly Terezinha Pereira e Ademir de Lucas, ambos professores da ESALQ, para a prestação de contas do projeto da LBA.

momento que a atividade produtiva deixa de ter a dedicação exclusiva dos associados, e a área ocupada corre o risco de se transformar em *chácara de lazer*, a assistência técnica se retira retornando apenas no início de 1992, momento em que as 4 famílias restantes optam pelo trabalho coletivo na área: “*Se vocês voltam para o coletivo nós voltamos junto*”.²⁹

Mais 2 novas famílias se unem as 4 que permaneceram na área, perfazendo um total de 6 famílias associadas a partir do ano de 1992, das quais 3 eram do círculo familiar do Sr. João.

Segundo relatório³⁰ de atividades do grupo ECOACRA, da ESALQ, o retorno ao trabalho coletivo não ocorreu de maneira simples, sendo necessárias diversas reuniões entre os associados para se aprender a trabalhar de maneira coletiva: “*Os conflitos foram inevitáveis tendo ocorrido inclusive um atentado ao sistema de irrigação*”³¹.

Em 1993 é elaborado o Estatuto³² da Associação e seu Regimento Interno³³; este último dispõe sobre os critérios para inscrição e seleção na Associação, bem como sobre as normas para a realização do trabalho diário. Este devia *obedecer rigorosamente* o horário estabelecido pelo grupo para o início e o término da jornada de trabalho.

A rigidez imposta pelo Regimento para a realização do trabalho se opõe a um aspecto extremamente valorizado no universo camponês, que é autonomia do próprio tempo. “*A liberdade de controle do próprio tempo e, portanto, do próprio espaço, aparece como algo muito positivo*”. (BOMBARDI, 2004, p.200). A jornada de trabalho dos camponeses se estabelece enquanto uma característica intrínseca a este processo de trabalho, onde não há a necessidade de obedecer ao relógio ponto da empresa ou de estar sob o mando de algum patrão, sendo a família e os ciclos da natureza quem ditam o ritmo do trabalho. Ainda que, de uma forma ou de outra, o regimento aponte para isso, como por exemplo, no trecho em que diz: “*os integrantes da ACRA devem estar cientes que, em época de safra, trabalhos extraordinários serão necessários*”, a proposta de fixar horários de trabalho tende a não reforçar o processo de caracterização camponesa, muito pelo contrário, afasta os associados desta concepção. Por outro lado, “[...] *o tempo encarcerado, controlado, da produção coletiva [...] simboliza uma outra liberdade, a de organizar-se, conquistar a terra e produzir nela coletivamente*”. (D’AQUINO, 1996, p. 33) Lembrando que, “*no seio do campesinato, ela (a família) aparece como um trabalhador coletivo*.” (BOMBARDI, 2004, p. 138)

²⁹ Entrevista realizada com Ademir de Lucas, no dia 08/06/2012, na ACRA.

³⁰ Relatório de atividades do Grupo de Extensão ECOACRA, para o período de 1992-1995.

³¹ Ibidem.

³² Ver anexo C.

³³ Ver anexo D.

Ainda assim, alguns dos associados entrevistados apontaram diferenças entre o trabalho que realizavam na fábrica antes de participarem da ACRA e depois que se associaram:

Porque eu já trabalhei em indústria, você trabalha fechado, você trabalha sobre pressão, que você tem que fazer aquilo ali e tem que tá pronto. Aqui você trabalha, você tem o seu compromisso, você tem sua responsabilidade, mas você tá livre, você produz, você produz com carinho porque cê sabe que esse alimento você vai tá se alimentando, alimentando outras pessoas [...] ³⁴.

No período de 1992 à 1995, a produção da Associação, além de estar orientada para o autoconsumo de seus associados, também era comercializada através da Merenda Escolar para as escolas do município de Americana. Esta se configurava a principal fonte de renda da ACRA, além das vendas pontuais que eram realizadas para os vizinhos do bairro.

Davi Bispo da Rocha, presente desde o início da Associação e responsável pelo planejamento da produção desde aquela época até os dias atuais, lembra com detalhes o que era plantado:

Porque aí nós tava entregando pra merenda, entregava muita mercadoria. Pra ter uma noção a gente chegou a entregar, isso eu ainda consigo lembrar, nós entregava 36 caixa de banana, 40 caixa de mandioca, entregava 35 caixa de cenoura, entregava 10, 15 caixa de beterraba, entregava 250 cabeça de repolho, e cabeça de repolho de seis quilo cada uma, aqui deu até 13 quilo. Teve cabeça de repolho que colocaram no jornal porque deu até 13 quilo. Qué vê, tem mais coisa, entregava 92 maço de cheiro verde, salsinha e cebolinha, entregava 25 caixa de abobrinha, entregava umas 25 caixa de chuchu também, deixa eu ver que mais....entregava 8, 10 caixa de batata doce, e tem mais coisa ainda, eu não vou conseguir lembrar tudo mais... ³⁵

Além da diversidade e quantidade de alimentos produzidos na área, o que impressiona no depoimento de Davi é a riqueza de detalhes fornecidos. Como foi possível perceber, este foi um período promissor para a Associação. No entanto a gestão municipal, na época sob a administração de Frederico Polo Muller (1993-1996), do PMDB, passou a adquirir cada vez menos produtos para a Merenda e, por fim, no ano de 1995, encerrou o contrato de fornecimento com a ACRA. O prefeito herdara os contratos da gestão anterior de Waldemar Tebaldi (1989 – 1992), “*considerado o maior mito político da história de Americana*” (LIBERAL, 2011), tendo governado a cidade por quatro mandatos não consecutivos. Dentre outras razões, Tebaldi tinha afinidade política com o grupo da ACRA, fato que favoreceu a consolidação do contrato de venda para a merenda. Todavia, Muller não se mostrou disposto a continuar com o compromisso assumido:

³⁴ Entrevista realizada com Fátima no dia 20/07/2012, na ACRA.

³⁵ Entrevista realizada com Davi Bispo da Rocha, no dia 08/06/2012, na ACRA

O prefeito começou a cortar nós, a mercadoria, e falou que ia ter um corte, que não ia renovar a verba pra essa Associação. E acho que era mais ou menos o mês de julho, ele falou que não ia pegar mais mercadoria, e nós tinha planejamento, estava tudo plantado de junho para colher até novembro, tinha mercadoria, vários quadros de mercadoria. Aí a gente perdeu tudo aquela mercadoria, teve que passar o trator em cima de tudo porque não tinha como vende.³⁶

Nota-se pelo conteúdo da fala que o contrato de fornecimento estava condicionado a uma vontade política da prefeitura do município, de maneira que a Associação não tinha nenhuma garantia da continuidade e da duração do contrato, ainda que já tivesse comprometido o seu planejamento produtivo com essa atividade.

A partir de 1995, ano em que ocorre a entrada de 4 mulheres na Associação perfazendo um total de 10 membros associados, inicia um período de grande dificuldade financeira. Uma vez rompido o contrato, a ACRA se vê obrigada a procurar outras formas de escoar a sua produção, movimento este que constitui um grande desafio para a agricultura camponesa até os dias atuais.

A subordinação da renda camponesa ao capital

A subordinação da renda camponesa pode ocorrer tanto na esfera produtiva como na esfera da comercialização, no momento da venda de seus produtos:

Quando o camponês, lidando com o limite de sua sobrevivência e de sua família, vende seus produtos por um preço por vezes inferior ao gasto que ele teve, ele está na verdade transferindo parte de sua renda para a sociedade como um todo (Oliveira, 1981)³⁷, ou seja, o capital está extraindo o seu trabalho excedente; é o que se chama de sujeição da renda da terra ao capital (BOMBARDI, 2003, p.114)

Essa era a situação em que a ACRA se encontrava no ano de 1995 e que durou cerca de dez anos. Apesar dos agricultores buscarem outros lugares para venderem seus produtos, as possibilidades eram escassas, de maneira que a oportunidade que aparecia, os associados acatavam. Tentaram de tudo, do CEAGESP³⁸ de São Paulo até o dono da quitanda da esquina do bairro e, nesse processo, se depararam com a desvalorização constante de seus produtos por parte, principalmente, de atravessadores:

Aí pegava a primeira (*caixa*) a dez (*reais*), a segunda a sete, e quando chegava a terceira ele falava assim que ele pegava uma caixa só a sete, falava que pegava duas por dez, fazê o que, cê tinha que entregar pra ele, cê não tinha mais jeito, cê já tava na mão dele. Aí veio o quiabo do memo jeito, abóbora do memo jeito, nesse memo sistema, os cara só desfazendo do cê. Aí veio a banana [...]. Aí começou a vende,

³⁶ Entrevista realizada com Davi Bispo da Rocha, no dia 08/06/2012, na ACRA.

³⁷ OLIVEIRA, A. U. "Agricultura e Indústria no Brasil". In: Boletim Paulista de Geografia, n.58, São Paulo: AGB, 1981.

³⁸ CEAGESP: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.

vendemo, acho que o negócio de um mês vendendo banana, aí não virava nada, do memo jeito voltou a mema coisa, o cara começou a paga dez, voltou pra sete, e depois queria paga dez em duas. Aí, vamo parar com isso. E a banana ficou despencando no pé porque não tinha pra quem vender. [...] Aí meu cunhado (Sr. João) falou: “*Vou oferece a banana para aquele bananeiro lá pra ver.*” [...] Ele começou a pegar a banana de nós, aí começou a paga sete para nós por caixa, aí foi, foi e ele falou: “*Não dá mais pra paga sete por caixa não, vô paga cinco, tô pagando cinco.*” Aí foi, nós cortava mais ou menos a cada 45 dias nós fazia uma colheita de banana, levava cinquenta e cinco caixa pra ele, uma viagem em um dia e no outro dia levava mais cinquenta e cinco caixa, cento e dez caixa [...]. Ele pagava mixaria. Aí foi um tempo ele falou assim “*não, não dá pra paga nem isso aí que eu tô pagando, tenho que paga quatro reais*”. E nós continuamo entregando a banana pro homem. Aí nós tivemos uma quantidade grande, acho que chegou a quase duzentas caixa de banana [...]. Ele levou cinquenta dias pra paga duzentas caixa de banana para nós a quatro reais. Oitocentos reais, quanto dinheiro ele não lavou em cima do dinheiro nosso? Porque ele vendeu e recebeu, certeza. Ai sofremo com a banana, aí a gente viu que não era nada disso.³⁹

A fala acima pode ser considerada uma narração digna do processo de sujeição da renda da terra camponesa, e retrata bem a situação a que os agricultores estavam submetidos. É válido ressaltar a consciência que eles tinham da situação que ocorria, ou seja, não era um processo que se dava de forma alienada. As falas “*cê já tava na mão dele*” e “*quanto dinheiro ele não lavou em cima do dinheiro nosso*” evidenciam isso, e reforçam o fato da falta de opção para realizarem a venda.

Essa não era a primeira vez que o Sr. João passava por um processo como esse, de subordinação da renda da terra. Um episódio semelhante já acontecera com ele quando ainda estava no Paraná com sua família. Apesar de o fato ter ocorrido com o Sr. João, foi seu filho, Wenceslau, quem narrou o acontecido:

[...] porque aconteceu com o meu pai o seguinte, ele plantava, era bom, bonito, tinha fartura, mas ele plantava tudo e colhia, quando chegava no vendedor, no atravessador do armazém, o cara falava assim: não tem preço na mercadoria [...], hoje não tá pagando nada, vocês querem depositar aqui, tinha um depósito grandão, imagina um armazém [...] Descarregava lá, vinha embora e esperava dá preço. Ó, agora tá dando tanto, não tinha nem preço, agora tá pagando xis, o cara que tava lá **enforcado** vendia.⁴⁰

A palavra *enforcado* com toda a intensidade de seu significado, se ajusta para identificar uma situação de *limite de sua sobrevivência e de sua família* (BOMBARDI, 2003), em que os camponeses não tinham outra opção para a venda de sua produção, estavam reféns da situação. Fica evidente a manipulação dos camponeses da região por parte do dono do armazém, até o momento em que eles começaram a se sentir incomodados e a reclamar da situação com o próprio dono do armazém. Como resposta às queixas apresentadas, o dono se

³⁹ Entrevista realizada com Davi Bispo da Rocha no dia 08/06/2012, na ACRA.

⁴⁰ Entrevista realizada com Wenceslau Donizete de Souza no dia 31/08/2013, na ACRA.

pronunciou da seguinte maneira: “*cês tão reclamando comendo a folha do capim, e quando cês forem comer a raiz? Cês vão comer a raiz do capim!*”⁴¹

A fala transcrita apresenta um tom extremamente ofensivo aos camponeses e sinaliza que a situação tenderia a piorar e não a melhorar, mediante a reclamação dos agricultores. Ou seja, não havia por parte do dono do armazém uma sensibilidade para a situação colocada, muito pelo contrário, havia ali o propósito capitalista assumido, do atravessador, representante do capital comercial, realizar lucro à custa do trabalho excedente dos camponeses.

Diante de tal intransigência, Sr. João tomou a decisão de não vender mais suas mercadorias, que consistiam em hortaliças e legumes, para o dono do armazém; não havia, porém, muitas outras opções de comercialização. Este fato, aliado a pressão que a expansão da mecanização e o uso de agroquímicos das propriedades vizinhas exerciam na pequena propriedade de Sr. João, o fez sair do Paraná. Uma vez em Americana, o Sr. João e sua família voltam a se deparar com o mesmo processo ocorrendo e, novamente precisam encontrar maneiras de contornar a situação.

A interrupção de fornecimento de alimentos para a merenda, em 1995, implicou em um rearranjo da produção e da comercialização. Algumas condutas, no entanto, ainda permaneceram, como por exemplo, a doação de alimentos para instituições carentes da cidade⁴² de Americana, prática presente desde o início da Associação. É possível dizer que tal conduta compõe o universo camponês na medida em que dialoga com um aspecto da ordem moral camponesa. A falta de vias de comercialização, contudo, acarretou na diminuição da produção e, conseqüentemente, na redução do volume de alimentos doados, atendendo, dessa forma, um número menor de pessoas.

A ACRA e a Agroecologia⁴³

O período de 1995 à 2005 é considerado uma fase ruim para a Associação, marcado pela dificuldade da comercialização dos alimentos produzidos e da geração de renda. Tal situação desmotivou algumas famílias que, por não verem uma boa perspectiva, a médio e longo prazo, para o desenvolvendo da atividade agrícola, saíram da Associação e foram em busca de um trabalho na cidade.

⁴¹ Fala do dono do armazém reproduzida na entrevista realizada com Wenceslau no dia 31/08/2013.

⁴² A ACRA fazia doações para os Vicentinos e para a APAM (Assistência de Promoção ao Menor de Americana).

⁴³ A Agroecologia, enquanto ramo da ciência, se propõe a integrar princípios agronômicos, ecológicos e sócio econômicos na construção de uma agricultora sustentável baseada no equilíbrio dos agroecossistemas gerado a partir do estímulo a biodiversidade dos mesmos (ALTIERI, M., 1998) .

Enquanto o ano de 1995 é marcado pelo fim da comercialização via merenda escolar e, também, pela não renovação do convênio que previa a concessão de uso da área do IZ, o ano de 2006 é marcado por outra mudança significativa para a Associação.

No ano de 2006, a Assembleia Geral da Associação mudou o nome da mesma, passando de Associação Comunitária Rural Alvorada para Associação da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana, permanecendo a mesma sigla, ACRA. Essa mudança ocorreu em função da certificação orgânica obtida com a Fundação Mokiti Okada⁴⁴ nesse ano e que durou até o ano de 2010.

A produção livre de agroquímicos que facilitou a conquista de uma certificação ocorreu por diversas razões. Uma delas diz respeito à falta de recursos financeiros para a aquisição de agroquímicos, melhor dizendo, agrotóxicos, e seu uso nas lavouras, prática estabelecida com a chegada da *Revolução Verde* no campo brasileiro, e que se tornou comum na produção agrícola até os dias atuais. Além da Associação não possuir naquele momento recursos para a obtenção destes insumos, havia outras razões que motivavam os agricultores a não utilizarem tais produtos.

Alguns episódios na história de vida do Sr. João justificam o fato para que, desde o início da Associação, o uso destas substâncias fosse evitado.

Durante a realização das entrevistas com a família de Sr. João, como resposta à pergunta “*O que os levava a produzir sem agrotóxicos?*”, havia sempre o mesmo comentário “*Ah, isso aí é coisa do Seu João*”.

Kelly Costa de Souza Rodrigues, neta do Sr. João, filha de Wenceslau, em resposta à tal pergunta, disse: “*Isso aí foi uma coisa que começou no meu vô, né, ele ficou meio chateado quando ele teve que sair de lá do Paraná por causa dos agrotóxicos, dos venenos, e ele viu que era possível e ele veio trazendo essa cultura para a família inteira.*”⁴⁵

A constante referência à pessoa do Sr. João, feita também por seu filho Wenceslau, sua filha Lourdes e o respectivo companheiro, Davi, apresenta a questão do uso dos venenos por

⁴⁴ A certificação Mokiti Okada era oferecida pela Fundação Mokiti Okada-FMO até o ano de 2011, quando a instituição para de realizar este tipo de serviço devido à mudanças na regulamentação da produção orgânica no Brasil ocorridas nesse mesmo ano. A certificação orientava-se nos princípios da Agricultura Natural que consiste em um “*sistema de exploração agrícola que se baseia no emprego de tecnologias alternativas, as quais buscam tirar o máximo proveito da natureza*” fazendo uso de “*composto, cobertura morta, adubação verde, e outros recursos naturais, microorganismos do solo, controle biológico de pragas, controle biomecânico de plantas daninhas*” (SOUZA, 2008, p. 13 – 14).

⁴⁵ Entrevista realizada com Kelly Costa de Souza Rodrigues no dia 09/11/2012, na loja do Mercado Municipal.

propriedades vizinhas ao sítio que a família possuía no Estado do Paraná. No entanto, o Sr. João forneceu novos elementos quando indagado sobre o porquê da não utilização dessas substâncias na produção.

Houve com o Sr. João um episódio de intoxicação por agrotóxico vivenciado quando tinha dezessete anos, ainda morava na Bahia e trabalhava na roça de seu pai:

Terena: Seu João, teve algum episódio de intoxicação na família? Como é que você descobriu que fazia mal?

Sr. João: Eu mesmo. Eu mesmo lá no campo. Porque tinha, eu senti mal com veneno, um veneno perigoso, veneno que bate e mata né. É, matando formiga, eu tava lá matando formiga, meu pai passou pra mim: 'Precisa mata essas formiga aí, você vai fazer esse serviço pra mim. Eu não tenho tempo de tá aqui, você toma conta.' E eu fui. Tô lá, daqui a pouco deu um apagamento assim, *vap*, deu aquele relampio assim, eu... parece que tava dormindo e acordei. Eu larguei tudo e saí, e fui, corri pra casa. Pra chega em casa, tornou a dar aquele relampio. Uma coisa que fazia assim *puf*, apagava e voltava, eu cheguei em casa e falei, pra minha mãe, falei: *Tá acontecendo assim, assim, assim*. Ela já fez um chá doce, uma água doce, uma coisa e tomei, fiquei por ali, aquilo foi passando, passando, passando e não voltou mais. E eu falei, meu pai chegou e eu falei: *Nunca mais vou tocar em veneno*⁴⁶.

Esse episódio parece ter sido relevante na vida do Sr. João, sendo o que o motivou a não usar veneno na sua atividade agrícola, ainda que tenha chegado a utilizar tais substâncias na cultura de algodão das fazendas onde trabalhavam quando estavam no Paraná.

Davi, genro de Sr. João, também já trabalhou com agrotóxicos em determinado momento de sua vida, quando ainda era criança, morava no Paraná com sua família e trabalhava na plantação de algodão na fazenda de terceiros. Segundo Davi, não ocorreu com ele um episódio de intoxicação, apesar dele usar a expressão "*fiquei esturricado de veneno de pequeno*". Pode-se inferir que Davi, ao utilizar a palavra esturricar, que quer dizer *secar demais, tostar, ressequir*⁴⁷, indica que aconteceu com ele o mesmo fenômeno que acontece com a planta vítima do uso de veneno. Isso aponta para o uso de uma quantia considerável de veneno ou pode mesmo sugerir uma possível intoxicação aguda.

A questão do uso de agrotóxicos nas lavouras brasileiras é um tema que vem ganhando destaque nos últimos anos. "*O Brasil se tornou, por dois anos seguidos (2008 e 2009), campeão mundial de consumo de agrotóxicos. É um campeonato sem nenhuma glória. Somos a agricultura mais envenenada do mundo*". A frase foi escrita por Sérgio Gorgen, membro do Movimento Pequenos Agricultores (MPA) e faz parte do Caderno de Formação

⁴⁶ Entrevista realizada com o Sr. João José de Souza, no dia 28/09/2012, na ACRA.

⁴⁷ Informação disponível em <http://www.dicionarioaurelio.com/Esturricar.html>, acessado no dia 03/06/2014.

I⁴⁸ da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. A campanha teve início no ano de 2011 e foi protagonizada pelos movimentos sociais de luta pela terra que compõe a Via Campesina Brasil⁴⁹ como forma de provocar a discussão, interna e externa aos movimentos sociais, sobre a importância de uma produção de alimentos saudável, livre de venenos.

O grande número de casos de intoxicação por agrotóxicos registrados reforça que esta é uma preocupação necessária e urgente:

[...] no período de 1999 a 2009, tivemos, notificados pelo SINITOX (Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – Ministério da Saúde/FIOCRUZ), cerca de 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola. Isto significa que tivemos por volta de 5.600 intoxicações por ano no país, o que equivale a uma média de 15,5 intoxicações diárias, ou uma a cada 90 minutos. (BOMBARDI, 2011, p. 6-7)

Para o mesmo período, tem-se o número de 1876 mortes no país devido à intoxicação provocada pelo uso do veneno, o que representa cerca de 180 mortes por ano (Ibidem). Os números apresentados acima assustam e não estão nem perto de retratar com fidelidade o real quadro de intoxicação e morte por agrotóxicos, uma vez que as notificações são feitas de forma voluntária, não com o objetivo de denunciar, mas sim de procurar orientações médicas para sintomas que caracterizam, na maioria das vezes, uma crise aguda referente à intoxicação, sendo que os efeitos crônicos de uma intoxicação raramente são notificados. Soma-se a essa questão o fato de que alguns estados brasileiros como Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Tocantins, Maranhão e Alagoas não possuem dados disponíveis (Ibidem, 2011).

Além de comprometer a saúde dos agricultores, o uso de agroquímicos também tem implicações para a economia camponesa, considerando que parte de sua renda é utilizada para a aquisição destes insumos químicos, contextualizando o fenômeno de subordinação da renda da terra ao capital. Para além, um breve panorama sobre a produção de agrotóxicos no Brasil hoje revela uma situação de subordinação da renda da terra ao capital internacional, uma vez que o setor de agroquímicos está oligopolizado por seis grandes empresas transnacionais

⁴⁸ A cartilha é composta por diversos textos escritos por diferentes pessoas e está acessível em <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/materiais/estudo/caderno-de-formacao-1/detail>.

⁴⁹ A Via Campesina Brasil é composta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e pela Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF). Recentemente, o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) se uniram à organização.

sendo elas a Monsanto, a Syngenta/Astra Zeneca/Novartis, a Bayer, a Dupont, a Basf e a Dow (Ibidem, 2011).

Outro dado alarmante é que, segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), mais de 1/3 das pequenas propriedades⁵⁰ no país utilizam venenos para produzir, ou seja, os agricultores acabam comprometendo parte de sua renda como esse capital internacional (BOMBARDI, 2011).

Felizmente esse não é o caso da ACRA, por não empregar o uso dessas substâncias desde o seu surgimento. A única menção que fazem os entrevistados é o uso, no início da Associação, de adubos químicos para incrementar a produção.

A obtenção da certificação possibilitou um fortalecimento gradual da Associação na procura de novos mercados consumidores. Uma aposta dos associados foi a busca por um espaço para comercializarem seus produtos no Mercado Municipal de Americana e, dessa forma, terem um lugar onde pudessem divulgar seu projeto de agricultura e que se tornasse referência para os consumidores. Wenceslau, filho do Sr. João, contou como foi esse processo, que se passou no ano de 2008. Primeiramente, alguns representantes da Associação foram conversar com o prefeito da cidade, à época, Erich Hetzl Júnior (PDT), e apresentaram a reivindicação. O prefeito argumentou que não podia privilegiar apenas um determinado grupo de produtores e sugeriu que a proposta se estendesse a todos os pequenos produtores do município⁵¹. Não foram todos os produtores que demonstraram interesse em participar desta iniciativa da loja, e segundo Wenceslau, o motivo era por que:

[...] os produtores que tá na cidade, a cidade cresceu em volta dele [...], eles não tem problema de comercialização, eles vende no ponto deles o que eles conseguem produzir, porque a área é pequena, entendeu. O diferente lá era nós, que tinha uma área grande e o que nós produz não dá pra vender só no Alvorada.⁵²

A fala transcrita sugere que a maioria dos agricultores que possuía horta estava na cidade, envolta por um mercado consumidor que garantia a comercialização dos produtos, não havendo necessidade de outro ponto para vendê-los. Para a ACRA, a distância em relação ao centro comercial da cidade e o fato dos moradores do bairro Jardim Alvorada não consumirem toda a produção da Associação, eram elementos que reforçavam a necessidade de

⁵⁰ Para o IBGE pequenas propriedades são aquelas que possuem entre 10 à 100 hectares.

⁵¹ A prefeitura havia feito um levantamento sobre a agricultura no município e cadastrado a existência de 140 hortas, urbanas e rurais, número que permitiu uma estimativa de quantos agricultores familiares havia no município.

⁵² Entrevista realizada com Wenceslau Donizete de Souza no dia 31/08/2013, na ACRA.

outro ponto para vender os alimentos. Merece destaque a atribuição do adjetivo *grande* à área da Associação, quando na verdade a área total consiste em 27,89 hectares, sendo que a área utilizada para horta de fato é de aproximadamente 2,2 hectares, tamanho realmente significativo para a realização da atividade horta, que exige um trabalho intenso. Sendo assim apenas a ACRA, juntamente com um pequeno grupo de produtores passaram a comercializar seus produtos na loja do Mercado Municipal.

A venda na loja, assim como em feiras livres, pode ser caracterizada como uma venda direta, e é a que traz mais benefícios para o produtor, uma vez que é realizada diretamente entre produtor e consumidor, não havendo espaço para a figura do atravessador. Dessa forma, a venda direta é uma maneira eficaz de evitar o processo de subordinação da renda camponesa ao capital, pois permite que o valor pago pelos alimentos abarque o trabalho realizado pelo camponês e os custos de produção, e seja entregue integralmente aos produtores.

A mobilização gerada em torno da obtenção de um espaço para comercialização dos produtos possibilitou a aproximação da Associação com outros agricultores da cidade e favoreceu um intercâmbio de ideias a respeito de como aprimorar a organização dos mesmos, o que culminou com a formação de uma cooperativa de produtores no mesmo ano de 2008.

Juntamente com a demanda da loja, a ACRA volta a ter outras demandas de comercialização. Uma delas passa a ser a Rede Guandu de Produção e Consumo Responsável, criada no ano de 2007 pelo Instituto Terra Mater⁵³ com o objetivo de reunir produtores com a necessidade de vender seus produtos e consumidores ávidos por alimentos saudáveis, oriundos da produção sem agrotóxicos. A Rede é orientada pelos princípios da economia solidária, sendo um deles a viabilização da venda direta dos alimentos.

Outra via de comercialização que passa a se conformar novamente é a venda para a merenda escolar. Com o advento da Lei nº 11.947 de 2009, que obriga a utilização de, no mínimo 30% do recurso da merenda com a compra da agricultura camponesa, a Associação passou a ser cada vez mais procurada para o fornecimento de alimentos para tal finalidade. Dessa vez foi o município de Santa Bárbara D'Oeste, vizinho de Americana que iniciou a conversa no ano de 2010 para, em 2011, estabelecer de fato um contrato após alguns ajustes necessários. Para participar do programa, a ACRA precisou regularizar algumas questões que foram contempladas com a criação de uma cooperativa de produtores.

⁵³ O Instituto Terra Mater é uma Organização Não Governamental atuante no município de Piracicaba desde o ano 2000; trabalha de maneira integrada com os temas de cultura, produção e consumo responsável. Informação disponível em: http://terramater.org.br/?page_id=2, acessada no dia 20/06/2014.

A Cooperativa de Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (COOPERACRA)

O ano de 2008 é marcado pela transição da Associação Comunitária Rural Alvorada para a Cooperativa, da qual passaram a fazer parte os agricultores que eram associados da ACRA e também aqueles que eram parceiros na loja do Mercado Municipal. Ainda assim, os membros da família do Sr. João e os demais membros da Cooperativa utilizam, até os dias de hoje, a expressão ACRA para se referirem tanto ao espaço físico que deu origem a Associação como às pessoas que trabalham nessa área, atual sede da COOPERACRA.

Dessa forma, nesta pesquisa ainda será mantido o termo ACRA para se referir a tal conjunto, ou seja, à área ocupada pertencente ao IZ e os agricultores que nela realizam seu trabalho, majoritariamente membros da família do Sr. João.

A criação de uma cooperativa e todo o conjunto de determinações que ela traz, geralmente entra em conflito com os costumes e valores camponeses, que D'Aquino (1996) chama de categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro: *o trabalho, a família e a liberdade*. A liberdade pode residir tanto na escolha do que plantar como também na autonomia sobre o tempo de trabalho, algo muito valorizado e que contrapõe-se diretamente ao controle das horas trabalhadas estabelecido em um regime de Cooperativa. “*A busca de autonomia no centro de seu projeto de vida na terra*” (Ibidem, 1996, p.11), faz com que o camponês opte pela produção em lote individual, tendo o trabalho familiar como fundamento. A força de trabalho familiar é um dos pilares de sustentação do modo de produção camponês (TAVARES DOS SANTOS, 1978) e contrapõe-se ao trabalho coletivo na medida em que este submete todos a um mesmo tempo de trabalho, aquele do relógio e, não necessariamente o tempo da família. A coletivização pode condicionar, além do trabalho, a organização da produção, a divisão do trabalho e algumas decisões referentes tanto à esfera produtiva, como também, à esfera individual da vida dos cooperados (D'AQUINO, 1996), limando a liberdade de escolha das famílias nessas questões. Vale lembrar que, no início da Associação houve um desentendimento entre os associados provocado justamente pela divergência que havia entre aqueles que queriam produzir de maneira coletiva e aqueles que queriam produzir de maneira individual, ainda que os motivos apontados para essa última escolha fossem um pouco diferentes daqueles que animam o ideário camponês, prevalecendo por fim, a produção coletiva.

A COOPERACRA possui uma área de trabalho coletiva, que é justamente a área da ACRA, mas também é composta por produtores que possuem suas próprias unidades de produção. O trabalho coletivo está colocado, portanto, apenas na área da Associação sendo que para as demais áreas, fica a critério de cada produtor desenvolver a forma de trabalho que lhe convém, coletiva ou familiar. Cabe a observação que as demais áreas e seus agricultores não fizeram parte da amostra desta pesquisa.

Para a família do Sr. João, a criação da Cooperativa parece não ter frustrado o plano de vida dos mesmos, muito pelo contrário. Segundo depoimento de Wenceslau, filho do Sr. João, a Cooperativa é uma síntese de tudo que seu pai sempre imaginou em fazer com a Associação:

[...] ele (Sr. João) falava assim ó: *Viu, nós vamo monta um negócio que vai dar pra vender sapato, dá pra fazer isso, fazer aquilo.* Falava de sapato, falava de um monte de coisa, pode até enfiar farmácia. Mas eu falava: *mai o que que é isso pai? Como que vai conseguir? Nôl não é produtor? Num primeiro planta o negócio? Primeiro é produção, segundo é industrialização, o terceiro é comercialização. Como nós vamo fazer os três setor?* Ele falou: *mais dá pra fazer tudo.* Mas não sabia o nome. O nome disso é Cooperativa.⁵⁴

A fala transcrita ilustra bem a expectativa que havia em torno da criação da Cooperativa, mesmo sem saber exatamente o nome para isso. Os três setores que Wenceslau menciona cabem dentro da Cooperativa da seguinte forma: “*Dá pra produzir, dá pra processar, dá pra industrializar e dá pra comercializar*”⁵⁵. O fato de comportar todas essas esferas confere certo poder à organização: “*a Cooperativa pode tudo*”⁵⁶. Parece, segundo os relatos coletados, que esse *poder* da Cooperativa é extrapolado para seus cooperados, ou seja, eles também se sentem empoderados. Um fato que pode servir para reforçar este estado de espírito é que, desde o surgimento da Cooperativa até os dias atuais, a mesma teve como presidente Wenceslau, filho do Sr. João, que, de uma maneira ou de outra, representaria os interesses da família. Devido à amostra desta pesquisa se restringir apenas a alguns membros da família do Sr. João, não foi possível detectar de maneira efetiva se houve ou há conflitos com outros cooperados sobre os rumos tomados pela Cooperativa.

Dentre as disposições que caracterizam a cooperativa, duas delas são herdadas da Associação: o trabalho coletivo e a distribuição dos alimentos para as famílias cooperadas.

⁵⁴ Entrevista realizada com Wenceslau Donizete de Souza no dia 31/08/2013, na ACRA.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem.

Atualmente, segundo informações obtidas junto ao presidente da Cooperativa, Wenceslau, para aqueles cooperados que trabalham na área comum da ACRA, não é necessário cumprir um mínimo de horas trabalhadas e cada trabalhador anota no livro ponto a hora que chegou e a hora que saiu. De acordo com ele, a remuneração do trabalho ocorre de acordo com a dedicação de tempo trabalhado de cada cooperado. Foi feita uma divisão de categorias de dedicação, por exemplo, cooperados que trabalham cem por cento do tempo exigido tem a remuneração de acordo com a norma *x* do regimento; cooperados que trabalham até setenta por cento do tempo exigido tem remuneração de acordo com a norma *y*; e para os cooperados que trabalham até cinquenta por cento do tempo, há outra norma para regulamentar a remuneração⁵⁷. Dessa forma, “*o cara que vem fazê bico ele recebe menos que o cara que trabalha integral*”⁵⁸.

Considerando, portanto, que a remuneração do trabalho se dá de acordo com as horas trabalhadas, neste aspecto, é possível estabelecer uma relação com a *práxis* da produção coletiva de Bakunin, que tem como mote “*de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho*” (MARCOS, 2010, p.31). Aplicando esse mote no caso concreto da Cooperativa, cada cooperado será retribuído financeiramente de acordo com as horas que dedicou ao trabalho na área comum, de maneira que quem dedicou mais horas ao trabalho ganha mais do que quem dedicou menos. Na visão dos entrevistados, essa é a forma mais justa de tratar a questão do trabalho. A *escola coletivista* de Bakunin apresenta como fundamento a questão da justiça “*não a dos códigos, mas aquela baseada na consciência dos homens*” (Ibidem), aspecto do plano moral que, pode-se dizer, dialoga com a ordem moral camponesa.

Levando em consideração como se dá o acesso ao fruto do trabalho desenvolvido coletivamente pelos agricultores da Cooperacra, ou seja, como se dá a distribuição dos alimentos produzidos pelos próprios cooperados e o acesso aos bens básicos de consumo, pode-se notar certa proximidade com a forma de produção comunitária presente na proposta de *comunismo anarquista*, de Kropotkin. Para ele o lema “*de cada um de acordo com as suas*

⁵⁷ Não foi possível o acesso da pesquisadora ao Regimento Interno, pois o mesmo estava em fase de reelaboração e não foi disponibilizado pela Cooperativa.

⁵⁸ Entrevista realizada com Wenceslau Donizete de Souza no dia 31/08/2013, na ACRA.

possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades” (MARCOS, 2010, p.33) orienta os rumos da construção de uma nova sociedade⁵⁹.

Os quesitos que não são produzidos pela Cooperativa como, por exemplo, óleo, sal, açúcar, etc, são comprados na frequência de uma vez por mês e distribuídos entre os cooperados de acordo com a necessidade de cada família. Os alimentos que são produzidos pela COOPERACRA são distribuídos semanalmente também de acordo com a necessidade de cada família:

[...] tudo é proporcional. Tanto a retirada de alimentos da produção quanto o de comida. Você pode pegar meia cesta de alimento, entendeu, se a sua família é pequeninha você pega meia, se a família é maior pega uma, é tudo relativo, tudo de acordo⁶⁰.

Vale ressaltar que tudo que é distribuído para as famílias é descontado posteriormente no valor final que cada Cooperado recebe após o mês trabalhado. Ou seja, há a intermediação do dinheiro neste processo, por mais que não seja na etapa de aquisição dos alimentos, ele é descontado da remuneração pelo trabalho realizado.

A Cooperativa enquanto Organização de Controle Social

No ano de 2010, a Associação deixou a certificação da Fundação Mokiti Okada para obter o reconhecimento de produção orgânica concedida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁶¹, um procedimento que envolveria menos custos⁶².

⁵⁹ Tanto a corrente comunista quanto a corrente coletivista fazem parte do movimento anarquista e contribuíram com a elaboração de propostas para a prática da socialização da produção. Há, no entanto, um aspecto que difere as duas correntes e diz respeito à efetivação da socialização da produção. Para o comunismo anarquista, *“uma vez que cada um teria contribuído com o próprio trabalho a produzir as riquezas, cada um teria o direito de delas retirar o quanto fosse necessário* para garantir a satisfação de suas necessidades com o bem-estar” (MARCOS, 2010, p.33); para a corrente coletivista, *“cada um participa do resultado das riquezas sociais somente na proporção em que terá contribuído a produzi-las com o próprio trabalho”* (Bakunin, 1922 apud Marcos, 2010, p.31).

⁶⁰ Entrevista realizada com Wenceslau Donizete de Souza no dia 31/08/2013, na ACRA.

⁶¹ O Decreto nº 6.323 de 2007, que regulamenta a Lei nº10.831 de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, prevê que a regularização da produção orgânica através do MAPA pode se dar de duas formas: obtendo a certificação, seja através de auditoria realizada por Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciados junto ao ministério, seja através de sistemas participativos de garantia (SPG); ou sem a certificação, o que exige que os produtores pertençam a uma Organização de Controle Social (OCS) e realizem apenas a venda direta aos consumidores, através de feiras e compras institucionais.

⁶² A depender da certificação, sua obtenção e manutenção pode ser bem dispendiosas devido aos altos custos iniciais como, por exemplo, matrícula, taxa de inspeção anual, taxa de certificação no período de conversão e taxa de certificação cobrada anualmente.

Esse processo de transição entre as certificações permitiu que a Cooperativa passasse a ser reconhecida enquanto uma Organização de Controle Social (OCS), a primeira desse tipo do Estado, segundo Wenceslau.

Na realidade, as organizações enquadradas enquanto OCS, que podem ser um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares (CECANE, 2012) não possuem uma certificação, e sim a permissão do MAPA, a partir de um cadastro realizado junto ao próprio Ministério, para comercializarem seus produtos sem certificação e, portanto, sem um selo. A obrigatoriedade exigida é que a venda seja direta e que conste no rótulo dos produtos a seguinte frase: “*Produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados, não sujeito à certificação, de acordo com a Lei nº 10.831, de 23 de setembro de 2003.*” (BRASIL, 2003)

Ainda que não possuam um selo de certificação orgânica, o fato da produção feita pela Cooperativa ser reconhecida como tal é um aspecto extremamente positivo para a organização e permite que os produtores extraiam da produção a *renda de monopólio*. Segundo Oliveira (1986) *apud*. BOMBARDI (2004), a renda de monopólio ocorre quando um determinado produto possui características peculiares que o diferenciam dos demais disponíveis no mercado, e a partir das quais o consumidor está disposto a pagar um preço maior que o praticado geralmente. A própria legislação brasileira, por meio da Resolução nº 12 de 2004, prevê um acréscimo de 30% no valor dos alimentos produzidos de forma orgânica para a aquisição via compras institucionais.

A Cooperativa é contemplada com essa resolução através da comercialização da produção para o Programa Nacional da Merenda Escolar-PNAE, que se configura nos dias atuais enquanto a maior fonte de renda da Cooperativa. Para além do PNAE, a produção também é comercializada via Rede Guandu, via o Programa de Aquisição de Alimentos e, até o ano de 2013, era vendida na loja do Mercado Municipal. A loja foi fechada ao final do referido ano após uma avaliação feita pelos cooperados de que, devido à má localização do ponto da loja no mercado, as vendas não estavam sendo satisfatórias. O ponto de venda que a Cooperativa tinha não se localizava na parte central do Mercado e sim, atrás do mesmo, em um setor onde eram vendidos produtos para cachorros; dessa forma, os consumidores que se dirigiam aquela parte do Mercado não estavam necessariamente em busca de alimentos.

A loja passou a funcionar na ACRA, sede da Cooperativa, após o término da construção das instalações necessárias para receber os produtos e os consumidores. A ACRA possui hoje

um galpão de 377,5 m² que abriga a parte administrativa com um escritório, uma sala de reuniões, uma biblioteca e a recepção da Cooperativa; no galpão também é feita a parte de higienização dos alimentos e armazenamento em uma câmara fria, além de haver um espaço para realização de atividades com grupos maiores e um espaço para estacionar o caminhão refrigerado⁶³.

A construção de toda a parte estrutural foi feita de maneira gradual desde quando ainda não havia a Cooperativa, mediante a aprovação de projetos pontuais com o governo e entidades privadas, sendo que parte considerável da infra estrutura bem como a construção da câmara fria no galpão foi possível após a efetivação de contratos para o fornecimento de alimento para o PNAE de Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa, no ano de 2011.

O caminhão refrigerado também foi adquirido no ano de 2011 por meio de um financiamento feito junto ao BNDES, que ainda está sendo pago.

Além do galpão, há um barracão de máquinas e duas estufas, todos construídos bem antes do ano de 2011, quando havia apenas a Associação. Uma das estufas, por exemplo, foi construída no início da década de 1990, com os recursos do projeto da LBA e, ao longo do tempo, passou por reformas. O barracão de máquinas também data da mesma época e há tempos não é reformado, encontrando-se em situação precária.

A ACRA também foi adquirindo ao longo dos anos, alguns equipamentos, como por exemplo, uma roçadeira costal, enxada rotativa, encanteiradora, arado de tração animal, sulcador, matraca para plantio, além de um trator que data do ano de 1956 e ainda está na ativa, depois de inúmeros consertos.

A aquisição de tais implementos e benfeitorias pode ser traduzida enquanto *propriedade dos meios de produção* (OLIVEIRA, 2001; TAVARES DOS SANTOS, 1978), condição que caracteriza o sujeito camponês por contribuir para a maior autonomia dos agricultores sobre a sua produção e comercialização. O fato de a Cooperativa possuir um caminhão próprio elimina a dependência de um atravessador no processo de comercialização e evita que parte da renda seja utilizada com o frete dos produtos, eliminando o processo de subordinação da renda na esfera da comercialização.

A ACRA está no processo de transição da produção orgânica para a produção agroecológica, o que implica em algumas mudanças nas práticas produtivas e nos insumos utilizados para a produção. As práticas agroecológicas de produção buscam a diminuição da

⁶³ Ver ANEXO E.

dependência externa de insumos, com a incorporação de adubos oriundos do próprio sistema, como por exemplo, adubo proveniente do sistema de compostagem a ser estabelecido na área, através da utilização do esterco dos animais e de restos orgânicos. Contudo, o estabelecimento deste sistema é exigente em mão de obra, e os agricultores que trabalham na área não conseguem fazer a manutenção, de maneira que é preciso adquirir o composto externamente (LEITE, V.G.M, 2013). Outro insumo adquirido é o fertilizante mineral Yoorin⁶⁴, de alto custo no mercado que, juntamente com o composto, são responsáveis por um gasto considerável na esfera produtiva, gerando uma dependência significativa da ACRA em relação a insumos externos. Quase não há gastos, no entanto, com o controle de pragas e doenças, devido à baixa incidência das mesmas nas plantações sendo que, nas vezes em que se constata uma ocorrência pontual, os agricultores optam por não combatê-la apostando no equilíbrio do agroecossistema para controlá-la.

Atualmente uma grande diversidade de alimentos é produzida na área da ACRA sendo eles tomate, alface, rúcula, espinafre, brócolis, cheiro verde, abobrinha, quiabo, milho, chicória, repolho, couve, cenoura, beterraba, cebola, berinjela, chuchu, mandioca, morango, maracujá, banana e abacate. Algumas dessas culturas são plantadas de maneira consorciada, e com as hortaliças é feita a rotação de culturas nos canteiros. Abaixo, segue o mapa 3, de uso do solo da área.

⁶⁴ O Yoorin é um fertilizante que contém fósforo, cálcio, magnésio e micronutrientes e é certificado pela IBD.

Mapa 3: Uso de Solo da ACRA

Fonte: LEITE, V. G. M., 2013.

O fato de a loja ter passado a funcionar na ACRA tem favorecido a aproximação entre os consumidores e os produtores, ainda que seja uma situação provisória, pois, segundo Wenceslau, existe a previsão da Prefeitura da cidade disponibilizar outro espaço no Bairro Jardim Alvorada para a comercialização dos produtos.

A relação que a ACRA possui atualmente com a comunidade ao redor é vista, segundo a família do Sr. João, como positiva. Porém, ao longo da história da Associação, houve percalços. Relembrando o momento de articulação para a formação da ACRA, atenta-se para

o fato que o grupo inicialmente composto por 38 famílias do Bairro, após período de dois anos aguardando resposta dos responsáveis pela cessão da área, se desagregou restando apenas 12 famílias. Ou seja, houve um desgaste da relação entre quem permaneceu no grupo e quem saiu. Ressalta-se ainda, quando já criada a Associação, o momento da divergência em relação ao modo de trabalho a ser desenvolvido na área, coletivo ou individual, resultando na saída daqueles que não concordavam com a forma de produção coletiva, fator que também estremeceu a relação entre os que permaneceram e os que se retiraram. O descontentamento para com as medidas adotadas pela Associação daqueles que saíram, mas permaneceram como moradores do bairro, era manifestado e disseminado para outros moradores da comunidade não envolvidos com a situação, de maneira a criar uma imagem negativa da ACRA.

A religiosidade presente

A imagem negativa foi sendo desconstruída ao longo dos anos, seja pelos incrementos físicos ocorridos na área como, por exemplo, a construção do barracão, aquisição do caminhão e os próprios canteiros de plantio cada vez com mais produção, seja pelas ações desenvolvidas pela ACRA na comunidade. A doação de alimentos para instituições carentes, por exemplo, é um ato considerado nobre pelos moradores do bairro segundo os entrevistados da família do Sr. João. Outro feito que tem ganhado grande repercussão na comunidade é a realização de uma Missa Campal feita na área da ACRA nos anos de 2012 e 2013.

A celebração da missa, segundo Sr. João, é uma forma de retribuição pelo bom momento em que a Cooperativa se encontra nos dias atuais, e como um gesto de gratidão pelas boas colheitas. Quem reza a missa é o padre do próprio bairro e ela é aberta para a participação da comunidade, ocorrendo todo mês de outubro, ocasião em que também se comemora o aniversário de fundação da Associação. Abaixo seguem algumas fotos da Missa realizada no ano de 2013:

Figura 4: Cooperados reunidos no dia da Missa Campal, 2012.
Fonte: arquivo da COOPERACRA.

Figura 5: Padre rezando a Missa Campal no galpão da ACRA, 2012.

De acordo com as entrevistas realizadas, tem-se a impressão de que a realização dessa missa, para a família do Sr. João, representa uma espécie de vitória, devido principalmente ao fato da participação de muitas pessoas do bairro, o que é interpretado pela família como uma boa aceitação da Associação pela comunidade e o reconhecimento da luta de todos esses anos.

E todo mundo participou, foi...encheu assim aqui montamo o altar, tudo, foi a coisa mais linda, encheu de gente aqui, filmou tudo, foi a coisa mais linda [...] Ficou jóia e aí a comunidade, é por aí que tá indo, aí vem nas festa junina, vem nesse momento também religioso e fica pra confraterniza né, colocamo uns três, quatro barril de chopp, aí almoço à vontade, todo mundo almoçou, foi uma delícia. É um dia diferente.⁶⁵

É como se a participação da comunidade nessa celebração voltasse a dar a mesma unidade ao bairro quando da época em que as famílias se uniram para reivindicar o uso da área do IZ havendo, portanto, um novo mote para estabelecer uma identidade comum entre todos. Como é de costume nas celebrações religiosas camponesas, após a missa é servido um *almoço à vontade* para os presentes, utilizando os alimentos produzidos na própria área, e ocorre uma confraternização, a festa. Antonio Candido (2012, p.89), estudando os caipiras do interior do Estado de São Paulo também constatou essa ordem de acontecimentos: “há reza, distribuição de alimentos, e depois, fandango⁶⁶”.

Os momentos religiosos são valorizados pela família do Sr. João, seja ele se concretizando no formato de uma missa ou no formato de festa, como, por exemplo, a Festa Junina, tradicionalmente comemorada na ACRA. A religião está presente desde o início da Associação, justificando inclusive, a sua data de fundação, dia 12 de outubro de 1987, dia em

⁶⁵ Entrevista realizada com Wenceslau Donizete de Souza no dia 31/08/2013, na ACRA.

⁶⁶ Fandango é uma dança folclórica típica de algumas regiões dos Estados do Paraná e São Paulo.

que se homenageia Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil para a religião católica, crença predominante entre os membros da família.

Bombardi (2004, p.139) afirma que: “*A religiosidade não é apenas o pano de fundo, mas, mais do que isto, um elemento fundamental que orienta a conduta na vida camponesa*”.

As entrevistas realizadas permitiram captar a presença da religião principalmente para justificar o porquê da família continuar na terra até os dias atuais:

Eu me sinto, pra mim, tudo isso aí vem da Providência Divina, eu tenho muita fé, eu acredito e vejo o quanto a gente tá recebendo, então isso não cai. Quando você tem uma certeza que tem um poder acima da gente, não vai cair, é garantido que vai ser aprovado, e no pique que vai agora só tem para crescer.⁶⁷

Nota-se pela fala do Sr. João que a crença em Deus e a Fé são tão responsáveis pelo sucesso da Associação quanto o trabalho e a dedicação, ou seja, religião e trabalho tem igual dimensão de importância.

Outro fator que, segundo o Sr. João foi fundamental para que o *projeto*, como eles chamam a Cooperativa, tivesse sucesso, foi a união da família:” *a união da nossa família foi que trouxe nós até aqui [...] foi a família que segurou o projeto*”⁶⁸.

É possível observar, portanto, a presença de vários elementos característicos do universo camponês, tais como a família como elemento central em torno do qual e a partir da onde é feito o trabalho, a religiosidade, entre tantos outros apresentados ao longo da trajetória da Associação e na sua continuidade enquanto Cooperativa.

Nos dias atuais, um componente econômico importante que vem permitindo a continuidade da Cooperativa é a comercialização dos alimentos produzidos para o Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE).

Segue, no próximo capítulo, alguns esclarecimentos a respeito do Programa, seu histórico e funcionamento atual, para posterior análise de como o mesmo vem contribuindo para o processo de reprodução camponesa da ACRA.

⁶⁷ Entrevista realizada com Sr. João José dos Santos no dia 28/09/2012, na ACRA.

⁶⁸ Ibidem.

*Lutar, plantar, criar, fazer de tudo
Porque da galinha vem o ovo
Do porco vem a banha
Da vaca vem o leite
Do coco vem a castanha
Mas no sistema do nosso país são os honesto que apanha
Quem trabalha ganha pouco
Quem menos trabalha é quem ganha⁶⁹*

⁶⁹ Poesia do Sr. João José de Souza.

Capítulo II - PNAE: Potencialidades e limites para a reprodução camponesa

Poucos são os países que possuem uma política pública que contemple a alimentação escolar gratuita de crianças das esferas públicas de ensino. Na América Latina, por exemplo, apenas três países garantem refeições para todo o ano letivo em nível nacional, sendo eles o Brasil, o Chile e o Panamá (BELIK & SILIPRANDI, 2012). Os Estados Unidos também apresentam uma iniciativa neste sentido, o *National School Lunch Programm* (NSLP) e, na Europa a alimentação escolar sempre foi considerada um direito da população; no entanto, com a crise econômica vigente na região neste último período, a maioria dos países europeus reduziu os subsídios dados para a alimentação, privatizando-a (Ibidem). A Índia fornece cerca de cento e vinte milhões de refeições por dia, o que configura o maior programa de alimentação escolar do mundo (Ibid.). Neste país a alimentação escolar é um dever constitucional. No Brasil, o direito à alimentação escolar só foi instituído com a constituição de 1988.

No entanto, é possível observar iniciativas por parte do governo voltadas para garantir a alimentação escolar das crianças em décadas anteriores. No ano de 1955, por exemplo, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar (CME) que, em 1956 passou a se chamar Campanha Nacional da Merenda Escolar (CNME) reforçando o caráter nacional da política. Em 1965 houve nova mudança de nome para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) para, no ano de 1979, finalmente chegar a denominação vigente nos dias atuais: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁷⁰. Apesar da diversidade de nomes que já possuiu, o Programa sempre foi gerenciado pelo Ministério da Educação, ora conveniado com órgãos internacionais tais como UNICEF, USAID e FAO⁷¹, ora com outros ministérios como parceiros. Atualmente, o PNAE é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), uma autarquia do Ministério da Educação. O objetivo do Programa, de fornecer alimentação visando suprir parcialmente as necessidades nutricionais das crianças de ensino público, também se manteve e foi sendo aprimorado ao longo do tempo.

⁷⁰ As informações a respeito dos nomes que o Programa já teve foram retiradas do site <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico> acessado no dia 02/05/2014.

⁷¹ UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a infância (United Nations International Children Emergency Fund); USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development); FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

No início a garantia da alimentação escolar se dava, majoritariamente, através do fornecimento de produtos formulados tais como sopas, mingaus, *milk shakes* e enlatados. Tais produtos não eram muito apreciados pelas crianças, além de não corresponderem aos hábitos alimentares que estas possuíam, de tal forma que uma pesquisa⁷² feita na década de 80 apontou, como uma das causas pelo baixo grau de aceitação das refeições da merenda, a insatisfação das crianças com os produtos formulados (DANELON, 2007, p.23).

Foi o início para a inclusão na merenda, a partir da década de 90, de produtos *in natura* que foram lentamente substituindo os formulados, de forma que a legislação que regulamenta a alimentação escolar nos dias atuais busca contemplar a utilização de produtos frescos e o respeito pelos hábitos alimentares locais e saudáveis.

PNAE: Legislação

Para o entendimento da legislação atual que rege o PNAE foram estudadas as seguintes resoluções: Resolução nº12 do MDS⁷³ de 2004, Resolução nº 32 do FNDE de 2006, Resolução nº 38 do FNDE de 2009, Resolução nº26 do FNDE de 2013; as seguintes leis: Lei nº 8.913 de 1994, Lei 11.947 de 2009, além da Portaria Interministerial nº 1.010, de 2006. A legislação que rege o Programa é bem mais ampla que isso sendo que a escolha pelas resoluções citadas se deu pelo fato de algumas delas estabelecerem os princípios (Resolução nº 32) e as diretrizes (Resolução nº 38) do Programa, ou seja, o eixo norteador do mesmo, além de tratar sobre a questão do preço de aquisição dos alimentos (Resolução nº 12 e nº 26). As duas leis escolhidas representaram um marco para o Programa sendo que a primeira delas, do ano de 1994, foi a responsável pela descentralização de sua execução e a segunda, de 2009, pela efetivação da participação da agricultura camponesa no Programa. A Portaria Interministerial foi citada por conter orientações importantes no que diz respeito a ações que viabilizem uma alimentação saudável.

Antes de iniciar a discussão em torno da legislação, vale mencionar que a categoria até agora abordada nesta pesquisa como *agricultura camponesa*, é tratada no corpo da legislação enquanto *agricultura familiar*. Para facilitar o entendimento e o desenrolar do debate, será adotado neste tópico o termo utilizado pela legislação, com todas as ressalvas teóricas que essa equiparação implica.

⁷² Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição – PNSN realizada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, Ministério da Saúde.

⁷³ MDS:Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Um aspecto essencial do conteúdo da legislação que regulamenta o programa é a relação que se estabelece entre educação e agricultura, sendo a Lei 11.947 de 2009 a mais emblemática, considerada o “*elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional*” (SOUZA ESQUERDO & BERGAMASCO, 2013, p.62). No entanto, nos princípios norteadores do programa, de 2006, e em outras medidas já é possível observar essa relação.

Princípios e diretrizes

As Resoluções nº 32 de 2006 e nº 38 de 2009, ambas do FNDE, apresentam de maneira detalhada os princípios e diretrizes do Programa, sendo que a mais atual complementa a mais antiga.

Os princípios contidos na Resolução nº32 de 2006 são os seguintes:

Art. 2º São princípios do PNAE:

I - o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos;

II - a universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

III - a equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária;

IV – a sustentabilidade e a continuidade, que visam ao acesso regular e permanente à alimentação saudável e adequada;

V - o respeito aos hábitos alimentares, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis;

VI – o compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre os entes federados, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal; e

VII - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a execução do Programa.

(BRASIL, 2006b)

Observa-se nos princípios que orientam o programa a preocupação com o respeito aos hábitos alimentares e às práticas tradicionais de cada região. O incentivo a práticas alimentares saudáveis na alimentação escolar também está presente em uma Portaria Interministerial⁷⁴ do ano de 2006 que determina os dez passos para uma alimentação saudável na escola. Esta medida leva em consideração, dentre outros aspectos, a realidade atual da alimentação escolar das crianças, que revela um aumento do consumo de açúcares e gorduras, e um empobrecimento na dieta de outros nutrientes essenciais; considera também que a prevenção de algumas doenças com alto índice de incidência no país pode ser feita através de

⁷⁴ Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006, elaborada entre os Ministérios da Educação e Ministério da Saúde.

uma alimentação de qualidade. Por fim, o Direito Humano à Alimentação Adequada, previsto na Constituição brasileira, e as determinações da Organização Mundial da Saúde quanto à necessidade de fomentar mudanças socioambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual, também foram levadas em consideração para a elaboração desta medida (BRASIL, 2006a).

Os dez passos para uma alimentação saudável na escola são ⁷⁵:

- 1º: definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis;
- 2º: sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis;
- 3º: desenvolver estratégias de informação às famílias, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo;
- 4º: conhecer, fomentar e criar condições para a adequação dos locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação, considerando a importância do uso da água potável para consumo;
- 5º: restringir a oferta e a venda de alimentos com alto teor de gordura, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola;
- 6º: aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras;
- 7º: estimular e auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem essas escolhas;
- 8º: divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências;
- 9º: desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional das crianças, com ênfase no desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e educação nutricional; e
- 10º: incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares.

(BRASIL, 2006a)

Por mais que sejam orientações em um âmbito mais geral, é possível observar algumas delas traduzidas em ações práticas. A Resolução nº 38 do FNDE de 2009 prevê ações concretas que colaborem para a formação dos alunos atendidos na compreensão do que seria uma alimentação saudável, como por exemplo, a implantação e manutenção de hortas nas escolas, a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar e a realização de oficinas culinárias experimentais com os alunos.

Para a efetivação destas ações, diversos atores, tanto institucionais como os próprios produtores, necessitam estar envolvidos e atuarem de maneira integrada. Assao et al (2012, p.30) vêem a figura da merendeira, por exemplo, como uma peça chave no processo de conscientização dos escolares para hábitos alimentares saudáveis:

⁷⁵ Art. 3º da Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006.

Interessante ressaltar que, historicamente, o cargo da merendeira esteve atrelado à operacionalização do serviço de alimentação, com ênfase principalmente, aos aspectos nutricionais e de higiene das refeições, condizentes às características do programa que por um período privilegiou o atendimento aos aspectos biológicos da alimentação, subestimando os outros aspectos sociais que envolvem o ato de alimentar-se, assim como as suas possibilidades pedagógicas. Porém, atualmente, as novas diretrizes do Programa de Alimentação Escolar, ao destacarem a promoção de hábitos alimentares saudáveis e o reconhecimento da sua dimensão pedagógica, possibilitam maior visibilidade do desenvolvimento de atividades promotoras de saúde por meio das merendeiras.

Dessa forma fica clara a sugestão destas profissionais não apenas prepararem as refeições, mas também fazerem parte da equipe pedagógica responsável pela construção das ações em torno da segurança alimentar e nutricional das crianças.

As novas diretrizes do Programa, que serão citadas mais abaixo, juntamente com os dez passos para uma alimentação saudável e os princípios do Programa já citados, contribuem para uma transformação constante que vem ocorrendo com a alimentação escolar nos últimos anos.

O controle social enquanto princípio (inciso VII do art. 2º), previsto por meio da participação da comunidade, conseguiu se efetivar através da institucionalização do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Já havia menção a tal colegiado na Lei nº 8.913 de 1994, que previu a descentralização da execução do Programa e colocou como condicional a efetivação dos CAE em cada município onde o Programa estivesse em vigor (BRASIL, 1994). Estes foram instaurados no ano 2000 através da Medida Provisória nº 1.979-19 e consolidados pelos artigos 26, 27, 28 e 29 da Resolução nº38 de 2009.

Na cartilha *Controle Social na Alimentação Escolar* organizada pelo Instituto Kairós em 2011, encontra-se, de maneira clara, quais são as atribuições deste Conselho:

Tabela 1: Atribuições do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

O QUE FAZ	QUEM FAZ PARTE
<ul style="list-style-type: none"> ➡ acompanha e fiscaliza o cumprimento dos princípios e diretrizes do PNAE e a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; ➡ zela pela qualidade dos alimentos e pela aceitabilidade dos cardápios oferecidos; ➡ recebe o Relatório Anual de Gestão do PNAE e emite parecer acerca da aprovação do programa; ➡ atua em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e observa as diretrizes estabelecidas por eles; ➡ comunica ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE; ➡ fornece informações e apresenta relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado; e ➡ elabora o Regimento Interno. 	<ul style="list-style-type: none"> ➡ 1 representante do poder executivo. ➡ 2 representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação. ➡ 2 representantes de pais de alunos. ➡ 2 representantes indicados por entidades civis organizadas, exemplo: sindicato ou associação/cooperativa rural. Somente agricultores organizados podem compor o CAE.

Fonte: BADUE, A.F.B.; CHMIELEWSKA, D., 2011.

As funções do CAE são diversas: além do acompanhamento e fiscalização do funcionamento do Programa, o CAE possui o caráter deliberativo, podendo, por exemplo, aprovar ou não a execução do Programa em um município, atribuição que eleva a participação popular para além do nível consultivo, caráter predominante na maioria dos conselhos existentes. Outro aspecto do CAE que merece ser destacado é em relação à representação social prevista. Segundo a legislação, compõem o conselho: um representante do poder executivo, dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, dois representantes de pais de alunos, dois representantes indicados por entidades civis organizadas. Como se pode notar, não há a obrigatoriedade de que na composição do conselho tenha algum representante do setor produtivo como, por exemplo, um representante de uma cooperativa agrícola que apresente uma produção expressiva para a merenda do município. Evidentemente que a participação da esfera produtiva neste conselho pode ser contemplada nos representantes indicados por entidades civis organizadas, como sugere a tabela do Kairós. Porém, seria positivo tanto para o setor produtivo dos municípios quanto para o melhor funcionamento do programa, que a participação de representantes da categoria de agricultores estivesse assegurada explicitamente na legislação.

As diretrizes contidas na Resolução nº 38 de 2009 complementam os princípios contidos na resolução anterior:

Art. 3º São diretrizes do PNAE:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas

de governo;

IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos

(BRASIL, 2009b)

As diretrizes do programa estabelecem um diálogo mais direto com a esfera produtiva, deixando explícito no inciso IV o incentivo que deve ser dado à produção proveniente da agricultura familiar e a prioridade às comunidades indígenas e quilombolas.

O inciso III menciona a descentralização das ações entre as esferas do governo. Vale lembrar que, até o ano de 1993, a execução do programa ocorria de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros através de processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional⁷⁶, o que tornava o processo moroso e pouco eficiente. A descentralização dos recursos, ocorrida em 1994, por meio da Lei nº 8.913, conhecida como Lei da Municipalização da Merenda Escolar, representou um avanço substancial para a universalização do Programa, pois permitiu que os estados e municípios gerenciassem o PNAE, possibilitando dessa forma, a regionalização dos cardápios e um maior atendimento das demandas nutricionais e preferências alimentares dos alunos (DANELON, 2007; SILVA, M.V.; DANELON, M.S., 2013).

A gestão estadual e municipal do programa também foi um passo importante no que diz respeito à possibilidade de ampliação da participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos. De certa forma, a gestão e operacionalização local do recurso elimina boa parte da burocracia e facilita a inserção de organizações da agricultura familiar locais.

⁷⁶ Informação contida no site <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico> acessado no dia 17/04/214.

A efetivação da participação da agricultura familiar

É a criação da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que concretiza a participação da agricultura familiar no Programa.

A lei é conhecida particularmente por decretar que parte do orçamento do Programa seja destinada a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009a)

Essa medida vem complementar as diretrizes do Programa, que já previa a participação da agricultura familiar, mas esta ainda não havia sido implementada de fato até o momento da publicação desta lei. Segundo Baccarin (2011), este artigo deriva da Lei nº 10.696 de 2003, que criou o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), mas vai além ao estabelecer uma porcentagem mínima de compra. Para Triches & Schneider (2010), o PAA foi um programa que revelou potencialidades nas compras públicas de alimentos, e esse foi um “laboratório” em relação à mesma prática a ser realizada pelo PNAE, o que acabou fortalecendo a criação da Lei 11.947 de 2009.

A obrigatoriedade da compra da agricultura familiar gerou nas prefeituras uma demanda de readequação aos procedimentos existentes em torno da aquisição dos produtos da merenda, apontando uma nova necessidade, a de conhecer melhor os agricultores familiares de seu município, que alimentos produziam e como poderiam se inserir no programa.

A evolução do orçamento destinado pelo Ministério da Educação ao Programa Nacional da Merenda Escolar pode ser observada na tabela 2, abaixo. Para o ano atual de 2014, o recurso atinge seu máximo, no valor de R\$3,6 bilhões para beneficiar 42 milhões de crianças da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos⁷⁷.

Considerando que a Lei nº 11.947 entrou em vigor no ano de 2009, também é possível observar, na mesma tabela 2, qual a porcentagem do recurso do Programa que foi destinada à compra da agricultura familiar de lá para cá.

⁷⁷ Informação obtida em [http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/5337-fnde-repassa-r\\$-435-milh%C3%B5es-para-alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-transporte-escolar](http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/5337-fnde-repassa-r$-435-milh%C3%B5es-para-alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-transporte-escolar) acessado no dia 16/04/2014.

Tabela 2: Recurso, em reais (R\$), destinado ao PNAE e à agricultura familiar para o período 2009 – 2014

Ano	Recurso financeiro total (em milhões de R\$)	Recurso previsto para a Agricultura Familiar – 30% (em milhões de R\$)
2009	2.013	603,9
2010	3.034	910,2
2011	3.051	915,3
2012	3.306	991,8
2013	3.542	1.062,6
2014	3.600	1.080,0

Fonte: *site* do FNDE⁷⁸; elaboração: CASTRO, T.P.

Observa-se que o valor repassado para a Merenda Escolar e, conseqüentemente, para a agricultura familiar no corrente ano é 78% maior que aquele repassado no ano de implantação da Lei, em 2009. Embora o montante de recurso tenha aumentado com o passar dos anos, há um número considerável de municípios que ainda não conseguiu aderir a esta medida do Programa e, dentre os que conseguiram, não são todos que direcionam o mínimo da porcentagem exigida, ou seja, os 30% para aquisição de produtos da agricultura familiar. Souza-Esquerdo (2012), ao estudar a implantação da Lei nº 11.947 nos dez municípios⁷⁹ que fazem parte do Circuito das Frutas, em São Paulo, concluiu que, com exceção de apenas um município, nenhum deles conseguiu gastar os 30% previstos para o ano de 2011.

A figura 6 abaixo, elaborada pelo Instituto Kairós, ilustra bem essa situação para o Estado de São Paulo.

⁷⁸ <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatisticos> acessado em 21/03/2014.

⁷⁹ Os municípios que fazem parte do Circuito das Frutas são: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo.

Figura 6: Implementação da Lei 11.947 de 2009 no estado de São Paulo, ano de 2011.

Fonte: BADUE, A.F.B.; CHMIELEWSKA, D., 2011; dados: Comissão Estadual Intersetorial de Alimentação Escolar.

Como se pode perceber, somando a porcentagem de municípios que não publicaram chamada pública com aqueles que publicaram, mas não assinaram contrato, ou seja, não contemplaram o artigo 14 da Lei nº 11.947, tem-se uma quantidade significativa de 48% dos municípios do Estado de São Paulo que não avançaram na compra para merenda via agricultura familiar para o ano de 2011⁸⁰, ou seja, praticamente a metade dos municípios.

Essa situação não acontece apenas no Estado de São Paulo, mas no país inteiro e os motivos para explicá-la são diversos. Os desafios para a implementação da Lei existem tanto para os gestores públicos quanto para os agricultores e serão apresentados a seguir.

Desafios para a implementação da Lei nº 11.947

A discussão a seguir é feita com base, principalmente, em experiências analisadas em municípios do Estado de São Paulo, pois a maior parte dos documentos encontrados e estudados diz respeito a essa região. A especificidade desta discussão, entretanto, não isenta as demais localidades do país e, com certeza, pode ser extrapolada para municípios de outras regiões.

As Chamadas Públicas

Um dos avanços que esta Lei prevê é a utilização da chamada pública para a aquisição dos gêneros alimentícios ao invés do processo licitatório. A chamada pública é um

⁸⁰ Segundo consta na publicação, esse levantamento cobriu 95% dos municípios do Estado de São Paulo; o Estado de São Paulo possui um total de 645 municípios.

instrumento legal que possibilita a compra direta dos produtos da agricultura familiar. Na chamada pública constam determinações acerca dos produtos a serem comercializados, suas condições de entrega e o preço de referência destes produtos.

Um problema inicial que logo se apresenta é em relação a divulgação da chamada pública. Nos estudos analisados foi possível encontrar relatos dos agricultores sobre a dificuldade de obter informações que deveriam estar mais bem detalhadas na chamada pública, ou até mesmo a dificuldade de acesso ao texto integral da chamada, pelo fato dos meios de comunicação utilizados para divulgá-la se restringirem à internet, normalmente através do site da prefeitura, e ao Diário Oficial. A sugestão dos agricultores é que a chamada pública seja mais amplamente divulgada em rádios, jornais, igrejas, etc. (MALINA, L.L., 2012)

O preço de referência também é mencionado na chamada pública e pode ser estabelecido de diversas formas: com base na tabela da Conab⁸¹ elaborada a partir dos preços praticados nas Centrais Estaduais de Abastecimentos (CEASAS), podendo ser também a média dos preços pagos aos agricultores familiares por mercados varejistas ou os preços pagos na feira do produtor, quando houver na localidade.

Um dos principais problemas que havia em torno do preço de referência era que este não contemplava os gastos que os agricultores tinham com a embalagem e o transporte dos produtos até o local de entrega, na maioria das vezes entregue pelos próprios agricultores direto nas escolas, fator que acabava desmotivando-os a participarem do Programa. Como forma de contornar o problema, as prefeituras acabavam tirando recurso do seu próprio orçamento para arcar com este tipo de despesa, prática que se tornava cada vez mais inviável devido ao baixo orçamento disponível. (MALINA, L.L., 2012)

No entanto, a Resolução do FNDE nº26 de 2013 trouxe a solução para essa questão ao obrigar, em seu artigo 29, que as “*despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto*” (BRASIL, 2013) estejam incluídas nos preços de aquisição dos alimentos.

Estudos realizados⁸² apontam duas medidas que podem atenuar o aumento do preço de aquisição. Uma delas é realizar a centralização da entrega em um único local, como por

⁸¹ Conab: Companhia Nacional de Abastecimento

⁸² Projeto Nutre SP: Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar do Estado de São Paulo. Instituto Via Pública. São Paulo. 2012. p.104.; BACCARIN et al, 2011.

exemplo, almoxarifado da prefeitura, ou cozinha piloto. Dessa forma, todos os produtos seriam depositados em um mesmo local pelos produtores e a prefeitura teria apenas que fazer a logística de distribuição dos produtos para as escolas atendidas pelo programa. A outra medida é fazer a regionalização das entregas, ou seja, o produtor realiza a entrega nas escolas que estiverem mais próximas a ele, evitando dessa forma grandes deslocamentos e, conseqüentemente, aumento dos custos.

A quantidade de alimento a ser comercializada é calculada de acordo com o número de estudantes existentes na escola e o número de refeições realizadas. Por exemplo, as escolas de tempo integral do Estado de São Paulo, instauradas no ano de 2006, devem oferecer três refeições diárias que atendam, pelo menos, 50% das necessidades nutricionais das crianças. (DANELON, 2007).

Outro aspecto que tem se apresentado como um entrave para os agricultores é a questão do padrão de qualidade exigido nas chamadas públicas. Muitas vezes os critérios não ficam claros, gerando dúvidas nos agricultores se podem ou não inserir determinados produtos. Os critérios são mais rigorosos principalmente para os produtos de origem animal, que exigem o registro de inspeção sanitária. Este registro pode ser emitido pelo Serviço de Inspeção Sanitária Municipal, Estadual ou até mesmo Federal. Porém:

[...] o alto custo para atender algumas das exigências feitas por estes serviços (maiores para conseguir o SIE e ainda maiores para o acesso ao SIF), a ausência de recursos e de técnicos que os realizem, o excesso de burocracias e morosidade dos órgãos responsáveis assim como a falta de informação sobre os serviços são alguns dos fatores que limitam o acesso dos pequenos produtores aos registros de inspeção sanitária e conseqüentemente aos mercados formais. (SOUZA, L.B.B de, 2012)

A periodicidade da entrega depende do tipo de alimento oferecido, perecível ou não, e do grau de processamento do alimento exigido pelo cardápio. Estudo realizado em municípios do Estado de São Paulo por BACCARIN (2011) mostrou que a maioria das entregas é feita na frequência de uma vez por semana, havendo também parte das entregas que é feita mais que uma vez por semana e outras que são realizadas no período mensal. O mesmo estudo apontou que a maioria dos produtos adquiridos é exigida na forma *in natura*, sendo pouquíssimos os produtos processados. Vale lembrar que são poucos os agricultores familiares que possuem alguma tecnologia que garanta um mínimo grau de processamento dos alimentos para agregação de valor ao seu produto final. A exigência de produtos com médio ou alto grau de processamento pode se configurar como um empecilho para a participação da agricultura familiar. É por esse motivo que a elaboração do cardápio, feito pela nutricionista responsável,

é um aspecto extremamente importante e exige uma interlocução da profissional e das merendeiras com o que há de produção local de alimentos para que a participação dos agricultores familiares seja garantida.

A elaboração do Cardápio

Segundo a Resolução nº38 de 2009, o nutricionista é o profissional tecnicamente responsável pela execução do PNAE, sendo sua atribuição a elaboração do cardápio da alimentação escolar de acordo com cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região. (BRASIL, 2009b)

Esta determinação vem para reforçar as instruções contidas na Lei nº 11.947 de 2009 no sentido de respeitar a vocação agrícola local. Ambas, por serem medidas relativamente novas, exigiram uma reformulação dos cardápios elaborados até então, buscando abarcar a produção local de alimento; exigiram também mudanças nos procedimentos usuais de preparo das refeições adotados pelas merendeiras, acostumadas com certo padrão dos alimentos quando estes eram fornecidos por atacadistas. Há também a questão de que vários produtos que antes eram oferecidos ao longo de todo o ano pelos atacadistas, uma vez que passam a ser fornecidos pelos agricultores familiares, estão disponíveis apenas em determinadas épocas do ano, ou seja, há de se respeitar a sazonalidade da produção. Faz-se necessária uma atuação integrada da nutricionista e merendeiras com a secretaria de agricultura e os responsáveis pela extensão rural dos municípios, aqueles que estão em contato direto com os produtores.

Essa aproximação pode contribuir de maneira significativa para facilitar a compreensão, tanto por parte das merendeiras, quanto por parte dos produtores rurais, das dificuldades presentes em torno da produção dos alimentos e seu preparo na cozinha. A prefeitura de São Bernardo do Campo, por exemplo, levou as merendeiras responsáveis pelo preparo das refeições para visitar a cooperativa de produtores que fornecia os alimentos para a merenda do município; elas passaram a compreender melhor as dificuldades inerentes ao processo produtivo que podem ocasionar a falta de padrão nos produtos e puderam também dar sugestões aos produtores sobre qual a melhor forma de se entregar os alimentos para facilitar na hora do preparo. (CHAIM & BELIK, 2012)

Falta de documentação dos agricultores

Um dos maiores limitantes para a participação dos agricultores familiares no Programa é a falta de documentação para regularizar o processo de compra. Para isso é exigido que o

agricultor tenha a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), física ou jurídica. Este é um documento utilizado para identificar o agricultor familiar e suas organizações tais como cooperativas, associações, etc. Com ele, o produtor pode se inserir em alguns programas governamentais tais como o PRONAF, PAA e o próprio PNAE.

Na maioria das vezes, os agricultores não conseguem obter a DAP por não possuírem a documentação necessária como, por exemplo, nota fiscal de venda ou até mesmo a matrícula da propriedade. Outros motivos apontados pelos agricultores para não conseguirem tirar o documento é o excesso de burocracia e a morosidade dos órgãos responsáveis pela emissão do documento (SOUZA, L.B.B de, 2012).

Para o Estado de São Paulo, no ano de 2011, chegou-se a um número de 97.717 DAPs ativas para um total de 151.015 estabelecimentos da agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário de 2006, o que significa que 35,3% dos estabelecimentos não possuem o documento e, portanto, estão impossibilitados de comercializar via os programas.

Segundo a Resolução nº 25 do FNDE de 2012, cada produtor, uma vez de posse da DAP física, pode acessar individualmente o valor máximo de R\$20 mil por ano (BRASIL, 2012). Esta medida substituiu a anterior⁸³ que fixava o valor em R\$9 mil por agricultor por ano, considerado muito baixo pelos agricultores e que, muitas vezes, os desmotivava a participarem do Programa.

Para as associações e cooperativas que possuem DAP jurídica o limite a ser acessado é de acordo com o número de DAPs físicas que a organização comporta, ou seja, de acordo com o número de agricultores que compõe a associação ou cooperativa.

Os municípios que gastam mais de R\$100 mil com a compra da agricultura familiar devem necessariamente realizar a compra de organizações formais, ou seja, que possuam DAP jurídica. Ao mesmo tempo em que essa condição inviabiliza a participação de agricultores individuais não organizados, ela pode estimular que os mesmos passem a compor algum coletivo, pelo fato de que o maior volume e a constância da produção em uma Associação ou Cooperativa aumentam as chances de efetivação de contrato com o Programa.

O mapa 4 abaixo mostra onde estão os municípios que sediam organizações que possuem DAP jurídica. O mapa 5 destaca os municípios em que o repasse feito pelo FNDE ultrapassa o valor de R\$100 mil daqueles que recebem recurso abaixo desse valor.

⁸³ Resolução nº 38 do FNDE de 16 de julho de 2009 apresenta, em seu artigo 24º, que o limite individual de venda do agricultor familiar para o programa era de R\$ 9.000,00 por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)/ano.

Mapa 4: Municípios que sediam organizações que declararam DAP Jurídica

Fonte: RANGEL, J.R., 2012

Mapa 5: Recursos repassados pelo FNDE por município

Fonte: RANGEL, J.R., 2012

Como se pode perceber, para boa parte dos municípios do país, mais precisamente 4.402 municípios, o valor repassado pelo Fundo não ultrapassa o valor de R\$100 mil, possibilitando-os realizar a compra de produtores individuais, ou seja, através da DAP física.

No entanto, é possível perceber, fazendo uma análise comparada dos dois mapas, que muitos municípios que recebem acima de R\$100 mil não apresentam organizações formais de produtores para direcionar este orçamento. Nota-se, visualmente, uma demanda de DAPs jurídicas em alguns estados como o Pará, Maranhão, Ceará e São Paulo. Segundo pesquisa do Projeto NUTRE-SP, dos 5.565 municípios do país, apenas 1.063 sediam pelo menos uma organização da agricultura familiar (RANGEL, J.R., 2012), ou seja, um número não muito elevado.

O preço dos produtos orgânicos e agroecológicos

A Resolução nº12 de 2004, elaborada pelo grupo gestor do PAA estabelece que os produtos da agricultura familiar cultivados de maneira orgânica e agroecológica sejam adquiridos por um preço diferenciado, ou seja, os preços de referência destes alimentos devem ser acrescidos de até 30% do valor dos demais produzidos de maneira convencional (BRASIL, 2004).

Esse diferencial no preço é uma medida que surge com o objetivo de servir como um incentivo aos agricultores à adoção de práticas mais sustentáveis em sua agricultura tais como as práticas orgânicas e agroecológicas. É possível observar, no entanto, agricultores que possuem produtos com essa característica e, ainda sim, não conseguem vendê-los pelo sobrepreço que os caracteriza. Isso porque muitas vezes, não há a disposição por parte das prefeituras e outros compradores, de pagarem o sobrepreço previsto devido ao baixo orçamento disponível. O agricultor, diante da dificuldade de escoar a sua produção, não vê outra opção senão vender sua produção pelo preço oferecido, o que caracteriza a subordinação da renda presente inclusive quando há mecanismos para evitá-la.

Para que a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos seja realmente valorizada de acordo com a legislação, é necessário que haja um comprometimento por parte dos poderes locais, bem como uma pressão da sociedade civil para se fazer cumprir a legislação. A maneira de se fazer isso é através da Chamada Pública, deixando claro a prioridade que será dada para a aquisição deste tipo de alimento, bem como a valorização dele através do acréscimo de 30% em cima do preço usual.

Foram apontadas acima algumas dificuldades que o Programa apresenta para se efetivar nos municípios. A seguir será apresentado de que forma o PNAE está presente na COOPERACRA, bem como as dificuldades e desafios enfrentados.

*1975 senti a terra tremer
O país amarelar e a natureza gemer
Eu perguntei pra mim mesmo: o que vai acontecer?
Nós fomos expulso das terra
Sem pode nos proteger
Vamo mudar pra cidade
A gente não sente vontade
Mas não tem mais o que fazer
Vamo pra rampa do perigo
Invasão dos inimigo
Ver nosso filho crescer
Crescer indignamente
É isso que dói na gente
Não podia acontecer
A criança fala: pai, o que que nós vamos fazer?
Vamo dá um grito de socorro, que nós precisa vencer.⁸⁴*

⁸⁴ Poesia feita pelo Sr. João José de Souza.

Capítulo III - O PNAE e a reprodução camponesa

O PNAE na COOPERACRA

O Programa Nacional da Merenda Escolar é o principal responsável pela geração de renda para a COOPERACRA, desde o ano de 2011 até os dias atuais.

O Estatuto da Cooperativa⁸⁵ exige que seja apresentado, em Assembleia Geral Ordinária, um relatório anual de gestão, juntamente com um balanço geral e a prestação de contas das atividades desenvolvidas ao longo do ano, com a finalidade de ser aprovado pelo conjunto dos cooperados. A Cooperativa possui uma funcionária⁸⁶ que ocupa o cargo de secretária e é responsável por organizar as notas fiscais emitidas e, dentre outras coisas, sistematizar as informações para a confecção deste relatório.

Abaixo segue uma tabela que apresenta, para o ano de 2011, as vias de escoamento da produção e a quantidade de alimentos em quilogramas destinada para cada uma. A Cooperativa não disponibilizou as informações a respeito da movimentação financeira para nenhum período de 2011 até 2013.

Tabela 3: Vias de escoamento da produção da COOPERACRA para o ano de 2011

Vias de escoamento da produção⁸⁷	Quantidade de produtos comercializados (kg)	%
PNAE	75.497	83,90
Loja	4.556	5,06
PAA	4.160	4,62
Consumo da ACRA	3.420	3,80
Rede Guandu	1.152	1,28
Venda direta no local	844	0,94
Doados	360	0,40
Total	89.989	100

Fonte: arquivo da Cooperativa; elaboração: Castro, T. P. de

⁸⁵ Ver ANEXO F.

⁸⁶ A administração da Cooperativa é feita por Kelly Costa de Souza Rodrigues formada em administração, filha de Wenceslau e neta do Sr. João.

⁸⁷ Os contratos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar foram feitos para os municípios de Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa; a modalidade do PAA acessada foi a Compra Direta da Agricultura Familiar; a doação de alimentos ocorreu para a Pastoral da cidade.

Observa-se que a produção total da Cooperativa para o ano mencionado foi de 89.989 quilos, sendo que 83,9% dessa quantidade foi comercializada via o PNAE. Ou seja, a grande maioria da produção ocorreu em função do Programa, fenômeno que também poderá ser observado para os anos de 2012 e 2013, a seguir.

Em segundo lugar ficou a produção para a Loja do Mercado Municipal com 5,06%, muito próxima à produção para o Programa de Aquisição de Alimentos com 4,62%. A produção de alimentos para o consumo das famílias da ACRA, que consiste basicamente na família do Sr. João, foi responsável por 3,8% da produção, aparecendo à frente da produção para a Rede Guandu que representou 1,28% da quantidade produzida. A quantidade de alimento vendida diretamente no local, ou seja, na própria ACRA, foi de 844 kg, o que representa apenas 0,94% da produção. Por último aparece a doação de alimentos, com apenas 360 kg, ou seja, 0,4% da produção.

Santarosa et al (2011) tiveram acesso aos dados referentes à movimentação financeira da Cooperativa para o período de 2007 a 2011 e elaborou o seguinte gráfico:

Gráfico 1: Evolução da renda da COOPERACRA para o período de 2007 à 2011

Fonte: SANTAROSA et al, 2011.

No eixo vertical (y) tem-se a renda em reais (R\$) obtida com a comercialização dos produtos e no eixo horizontal (x) os anos do período estudado. Santarosa et al (2011) estabeleceram apenas duas classes de renda: a renda total e a renda obtida com a venda para o

PNAE. Observa-se que até o ano de 2009 não havia a venda para o Programa, cabendo aqui recordar que o contrato para o fornecimento de alimentos para a merenda, feito com o município de Americana encerrou-se no ano de 1995, levando a Associação a graves dificuldades financeiras. A ACRA volta a fornecer para a merenda escolar, dessa vez para municípios vizinhos, no ano de 2010 para, no ano de 2011, efetivar contratos com as Prefeituras de Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa. É no ano de 2008 que foi criada a Cooperativa, dentre outros motivos, para viabilizar a venda para o Programa.

Santarosa et al (2011) acertam ao afirmar que *“a implantação da Lei nº 11.947/2009 propiciou um impulso na produção e venda dos produtos produzidos pela cooperativa, resultando em aumento na receita bruta”*. Realmente nota-se um aumento considerável na renda da Cooperativa no ano de 2011, que possibilitou, por exemplo, o aprimoramento do galpão com a construção de uma câmara fria para armazenar os alimentos e a continuidade da construção da parte administrativa da Cooperativa.

Para o ano de 2012, a administração disponibilizou os seguintes dados que constam na tabela abaixo:

Tabela 4: Vias de escoamento da produção da COOPERACRA para o ano de 2012

Vias de escoamento da produção			Quantidade de produtos comercializados (kg)	%
PNAE	Santa Bárbara D'Oeste		181.473	78,19
PNAE	Nova Odessa		26.174	11,28
PAA	Americana		16.801	7,24
Loja			5.305	2,29
Rede	Guandu		2.326	1,00
Total			232.079	100

Fonte: relatório anual de prestação de contas da Cooperativa, ano de 2012; elaboração: CASTRO, T.P. de

Observa-se para o ano de 2012 a predominância da produção para a comercialização via o PNAE, sendo que para o município de Santa Bárbara D'Oeste é destinado 78,19% da produção enquanto que para o município de Nova Odessa, 11,28%. A produção para o PAA aumenta em relação a do ano anterior, mas ainda representa uma porcentagem muito baixa de 7,24%. Já a produção para a Loja do Mercado Municipal se reduz pela metade no ano de 2012 em comparação com o ano anterior, representando apenas 2,29% da produção total. Finalmente tem-se a produção para Rede Guandu com 1%.

Para no ano de 2013 tem-se a seguinte distribuição da produção:

Tabela 5: Vias de escoamento da produção da COOPERACRA para o ano de 2013

Vias de escoamento da produção			Quantidade de produtos comercializados (kg)	%
PNAE	Santa Bárbara	D'Oeste	79.531	61,74
PNAE Santa Isabel			33.526	26,03
PAA Americana			15.754	12,23
Total			128.811	100

Fonte: relatório anual de prestação de contas da Cooperativa, ano de 2013; elaboração: CASTRO, T.P. de

No relatório de prestação de contas do ano de 2013 da Cooperativa não constam a comercialização para a loja do Mercado Municipal nem para Rede Guandu, apesar de ainda haver comercialização por estas vias de escoamento. No entanto, a loja no Mercado fechou no final do ano de 2013, pois já não estava sendo economicamente viável mantê-la. Apesar de ter tido um pequeno aumento da quantidade de produtos comercializada no ano de 2012 em relação ao de 2011, indo de 4.556 quilos para 5305 quilos, a porcentagem de quanto a venda na loja representava da venda total da Cooperativa diminuiu praticamente pela metade indo de 5,06% no ano de 2011 para 2,29% no ano de 2012.

A produção para a Rede Guandu ainda permanece, porém, frente as demais vias de escoamento, representa uma porcentagem muito baixa que, já no ano de 2012 era de apenas 1% da produção.

Novamente para o ano de 2013, a comercialização para o PNAE foi a principal responsável pela produção de alimentos, representando 87,77% do produzido. Neste ano, a Cooperativa não forneceu para a Prefeitura de Nova Odessa, como fez no ano de 2012, pois a mesma não abriu nenhuma chamada pública para o período. Dessa forma, a Cooperativa buscou outras vias e acabou por assinar um contrato para o fornecimento de alimentos para o PNAE do município de Santa Isabel, distante 168 quilômetros da cidade de Americana. Vale lembrar que, no ano de 2012 ainda não havia saído a Resolução⁸⁸ que prevê gastos com combustível no preço de referência estabelecido por meio das chamadas públicas, ou seja, o gasto com o deslocamento até Santa Isabel foi custeado com o dinheiro da Cooperativa.

Como forma de comparar a produção relacionada ao PNAE nos anos de 2012 e 2013, foi elaborada a seguinte tabela 6:

⁸⁸ Resolução nº 26 do FNDE de 2013.

Tabela 6: Produção da COOPERACRA para o PNAE nos anos de 2012 e 2013

ANO	Produção para o PNAE (kg)	% da produção total da Cooperativa
2012	207.647	89,47
2013	113.057	87,77

Fonte: relatório anual de prestação de contas da Cooperativa, ano de 2012 e 2013; elaboração: CASTRO, T.P. de

Nota-se que para os dois anos mencionados, a maior parte da produção da Cooperativa esteve condicionada à comercialização para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Se, por um lado, tal situação pode ser satisfatória pela renda gerada com a venda para o Programa, também representa uma extrema dependência da organização em relação ao PNAE. O que significa, em última instância, que, se por algum motivo, os contratos com as prefeituras não forem renovados, mais de oitenta por cento da produção não terá um destino certo de comercialização, comprometendo a renda da Cooperativa e, conseqüentemente, a reprodução de seus cooperados.

Uma informação importante de ser mencionada é que 96,4% da produção realizada no ano de 2012 foi proveniente da unidade produtiva ACRA, sendo que para o ano de 2013 esse valor é de 96,5%. Recordando que a unidade produtiva ACRA é aquela área que pertencia ao IZ, na qual a família do Sr. João desenvolveu desde o ano de 1985 até os dias atuais suas atividades produtivas. Atualmente, essa área é a sede da Cooperativa e também a mais produtiva das unidades cooperadas, contando com o trabalho de 16 cooperados. Além da ACRA, a Cooperativa conta com outras áreas produtivas nas cidades de Nova Odessa, Piracicaba e Limeira perfazendo um total de 34 cooperados.

O PNAE e a reprodução camponesa

Como os dados acima elucidaram, a comercialização para o Programa é responsável pela geração da maior parte da renda da Cooperativa. De maneira geral, é possível afirmar, diante dos estudos realizados ao longo desta pesquisa, que o advento da Lei n 11.947 de 2009, que condicionou 30% do orçamento do PNAE à compra da agricultura camponesa, com todos os desafios apresentados para a sua implementação, estimulou a participação desse tipo de agricultura nos programas institucionais de comercialização. Outras leis e resoluções que a legislação que rege o Programa abarca, também apontam nesse sentido.

Por mais que a agricultura camponesa tenha um lugar favorecido na execução deste Programa, o fato desta via de escoamento da produção se transformar na única opção de

comercialização pode representar uma ameaça à reprodução camponesa. O próprio histórico da Associação já apresentou uma experiência negativa com a comercialização para a merenda escolar no ano de 1995, quando esta consistia na principal via de escoamento da produção e a não renovação do contrato de fornecimento levou a Associação a passar por momentos difíceis. Ou seja, a falta de diversidade de canais de comercialização pode vir a deixar a Cooperativa novamente refém de um programa que é viabilizado mediante contratos com uma duração relativamente curta⁸⁹, onde a não renovação de tais contratos pode comprometer as atividades e o futuro da organização, bem como de seus membros e suas famílias.

Portanto, é interessante que exista uma preocupação dos cooperados em relação à pluralidade de vias de comercialização, pois isso tende a proporcionar certa autonomia econômica dos camponeses, podendo estes abrirem mão de determinado contrato quando lhes for conveniente sem que isso prejudique a sua reprodução. Essa preocupação foi constatada durante as entrevistas realizadas com a família do Sr. João, sendo apontada por seu filho Wenceslau, atual presidente da Cooperativa, como uma das prioridades da atual gestão.

Por outro lado, a garantia de comercialização e renda, ainda que por um curto prazo, que o Programa proporciona, muitas vezes estimula os agricultores a participarem.

Um estudo realizado com 32 organizações da agricultura familiar do Estado de São Paulo apontou que os agricultores, *“diante da possibilidade concreta de escoamento dos produtos e da garantia de preço oferecida por estes mercados, se viram encorajados a ampliar e a diversificar sua produção”* (SOUZA, L.B.B de, 2012, p. 34). Neste estudo de caso citado, foi possível observar como a implantação da política impulsionou a diversificação da agricultura, aspecto muito valorizado pelos camponeses por assegurar uma alimentação diversificada para a família ao longo de todo o ano bem como a geração de renda.

Ao mesmo tempo em que o PNAE pode incentivar o plantio de culturas diversas, o fato desta produção estar atrelada ao Programa, muitas vezes, condiciona que sejam cultivados apenas os gêneros mais demandados pela merenda, limitando a escolha dos gêneros plantados. Quando perguntados sobre qual o procedimento para escolha dos alimentos que iam ser plantados, os entrevistados responderam: *“É feito de acordo com o que a merenda consome, e que é em cima de produto direto e o que é mais fácil para nós produzirmos aqui,*

⁸⁹ Via de regra, os contratos feitos via chamada pública tem a duração de 12 meses.

*coisa que é difícil a gente nem chega perto, a gente pegou mais mesmo o que a gente sabe mexer mais.”*⁹⁰

A fala evidencia como o planejamento produtivo é orientado para atender a via de escoamento que mais contribui para a geração de renda da Cooperativa, ou seja, o PNAE. Ainda sim, nenhum dos entrevistados mencionou que essa condição comprometeu a sua segurança alimentar. Uma das possibilidades que pode justificar tal percepção é o fato da Associação plantar grande diversidade de alimentos que, na maior parte das vezes, são os mais consumidos pelas famílias. Apenas o Sr. João é que fez menção à necessidade da ACRA destinar uma pequena parte da sua área para a produção de outras culturas de interesse familiar:

Agora nós tá chegando num momento de poder voltar tudo que tinha. Que nem nós no começo, nós vai voltar a ter a criação. E aí a horta, o plantio da agricultura familiar verdadeira nós tá meio fraco mas vai voltar, já tem aí uns mil metro de terra separado para voltar a batata doce, o inhame, o chuchu, a erva medicinal.⁹¹

O Sr. João foi um dos que, na entrevista, mais demonstrou a consciência da importância do cultivo de alimentos que não sejam apenas destinados para a comercialização, mas sim, para atender as necessidades das famílias. Quando questionado sobre a importância de haver este tipo de produção, o Sr. João falou:

Eu acho importante porque muitas coisas você vai buscar na quitanda, vai buscar lá na cidade, sendo que nós pode produzir aqui, nós tê ele aqui. Vai tirar uma pessoa, duas pessoas, só para isso, para abastecer a família em tudo que for de legumes, de fruta, de alimentação que sai da terra. Eu acho que tem que fazer isso por que as família precisam dessa alimentação, não só buscar lá na cidade, buscar no açougue, não. Nós tem que tê o frango aqui, nós tem que tê a carne, nós tem que tê o peixe, os ovos de galinha, nós tem que tê o chuchu, tudo. Tudo em geral. (*Risos*). A erva medicinal por que, dói a barriga, vai lá no postinho, dói a cabeça, vai lá no postinho, não precisa ir. Tem o chá que faz em casa no momento cê fica bom.⁹²

É possível observar, a partir da fala transcrita acima, que o simples fato de consumir determinado alimento enquanto um produto adquirido *na cidade* ou *no açougue*, não basta para o Sr. João. É necessário e importante que os alimentos a serem consumidos sejam produzidos na área da Associação, aumentando a autonomia dos camponeses e diminuindo a dependência no que diz respeito à sua alimentação. É possível afirmar, portanto, que existe uma preocupação em torno da segurança alimentar da família; mais do que isso, a soberania alimentar esta intimamente relacionada à reprodução camponesa.

⁹⁰ Entrevista realizada com Davi, dia 08/06/2012, na ACRA.

⁹¹ Entrevista realizada com Sr. João José de Souza, dia 28/09/2012, na ACRA.

⁹² Entrevista realizada com Sr. João José de Souza, dia 28/09/2012, na ACRA.

Para Moruzzi-Marques (2010, p.79), por trás da bandeira da segurança alimentar é possível encontrar tanto “*medidas de proteção das agriculturas locais quanto estratégias favoráveis à liberalização do comércio internacional de alimentos*”, sendo importante a distinção destes propósitos e a utilização de outro conceito, mais abrangente e completo que contemple as diversas esferas envolvidas na produção camponesa.

A soberania alimentar tem sido uma preocupação cada vez mais presente nas reivindicações atuais dos movimentos sociais de luta pela terra. Para a Via Campesina, uma organização internacional que reúne diversos movimentos da luta camponesa, a soberania alimentar é a principal bandeira do movimento, por consistir no “*direito de cada nação para definir suas políticas agrícola e alimentar, assim como, de cada um desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos a partir da sua diversidade cultural*” (RIBEIRO, L.N., 2013, p.167). O autor também atribui a este conceito dimensões mais abrangentes que o de segurança alimentar, ‘*que em modo geral complementar a ideia de “ser alimentado”, enquanto, a de soberania, seria a de “alimentar-se”*’ (ibidem). Dessa forma, a noção de soberania alimentar parece mais apropriada para tratar dos elementos fornecidos pela fala do Sr. João.

Vale ressaltar que a existência de apenas uma ou poucas vias de comercialização da produção podem ter um grande impacto na liberdade de escolha do camponês a respeito do que será plantado. A dependência econômica em relação à determinada via de comercialização pode comprometer a alimentação das famílias cooperadas. Quando se trata de vias como o PNAE, onde a diversidade de produção é desejável uma vez que seu destino é o fornecimento para a merenda escolar, esse risco é atenuado.

Outra questão que muitas vezes não é levada em consideração nas chamadas públicas é a sazonalidade dos alimentos intrínseca ao processo produtivo, sendo exigido que os agricultores entreguem ao longo de todo o ano produtos que ocorrem apenas em determinado período, ao invés de considerar a compra de produtos sazonais. A não consideração deste fator pode dificultar a participação da agricultura camponesa no programa.

No caso do contrato que a COOPERACRA possui com a Prefeitura de Santa Bárbara D’Oeste, existe uma boa relação dos agentes executores do Programa com a Cooperativa de maneira que o cardápio da merenda é construído de acordo com o planejamento produtivo da organização. Pode-se dizer que esta é uma situação ideal, no que diz respeito ao favorecimento da agricultura camponesa, e que não é facilmente estabelecida nos municípios.

A construção de um cardápio coerente com a realidade camponesa é, portanto, um fator determinante para a participação dos agricultores e precisa ser feito com cautela e conhecimento, levando em consideração a diversidade da produção e vocação agrícola do local. Para o caso específico da ACRA, os agricultores afirmaram plantar aquilo que eles têm mais experiência de trabalhar, não arriscando muito a produção de gêneros nunca antes plantados. Também afirmaram dar preferência ao plantio de alimentos com mais garantia de serem produzidos ao longo de todo o ano. Percebe-se, dessa forma, que a sazonalidade da produção procura ser contornada pelos agricultores. No entanto, a questão da sazonalidade se faz presente no dia a dia da Cooperativa em outros pontos de comercialização que não o PNAE, como, por exemplo, quando havia loja no Mercado Municipal. Havia a procura por parte dos clientes de alimentos que estavam disponíveis apenas em determinada época do ano: *“A dificuldade do pessoal que vem aqui é pedir produto fora de época, muitas vezes eles querem alguma coisa que já passou a época, vem pessoal agora pedir morango. Morango já acabou! Não tem mais morango, morango in natura”*.⁹³

O consumidor acaba por conhecer a melhor época para adquirir cada produto no momento da compra, ou seja, é esse contato direto entre produtor e consumidor que favorece a melhor compreensão da dinâmica de produção dos alimentos.

A venda direta dos produtos, sem a existência da figura de um atravessador, além de minimizar significativamente o processo de subordinação da renda camponesa como já mencionado anteriormente, contribui para a aproximação entre consumidor e produtor, em outras palavras, aproximação do campo e da cidade, revertendo a maneira atual com que é feita o consumo de alimentos, ou seja, de forma alienada.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar prevê, em suas diretrizes, essa aproximação, incentivando o desenvolvimento de atividades com as próprias crianças das escolas públicas, como por exemplo, visita às áreas que fornecem alimento para a merenda, sendo que algumas dessas visitas já foram realizadas na área da ACRA⁹⁴. Kelly Costa de Souza Rodrigues, filha de Wenceslau, que trabalha atualmente na secretaria da Cooperativa, relatou um episódio que ocorreu durante a visita de um grupo de crianças que retrata um pouco dessa distância que existe entre a produção e o consumo:

[...] quando a gente faz essas visitas, a gente percebe que as crianças são muito inteligente, mas muitas vezes não sabem da onde vem o alimento que ela consome.

⁹³ Entrevista realizada com Kelly Costa de Souza Rodrigues, no dia 09/11/2012, na loja do Mercado Municipal.

⁹⁴ Ver ANEXO E.

Então as crianças ficam surpresas com alguma demonstração. Meu pai (*Wenceslau*) colocou uma cenoura na terra. Plantou a sementinha, ensinou como que ela ia crescer, tudo, e a hora que ele tirou, um menininho falou “nossa, ele fez mágica!”. Ele achou que só tinha o verdinho, a hora que ele tirou a cenoura... Uma outra criança falou para meu vô (*Sr. João*), ele perguntou que que era e a criança falou que era um salsicha! Então muitas vezes, né, não tem o conhecimento [...].⁹⁵

A fala evidencia a falta de conhecimento por parte das crianças a respeito de onde vem o alimento consumido. Para elas, o alimento já aparece pronto no prato ou nos supermercados, onde são adquiridos, o que os faz chamar de *mágica* uma atividade corriqueira do camponês, que é a colheita. Essa surpresa certamente não ocorreria com um filho de camponês, que já estaria, inclusive, inserido no processo produtivo, ou melhor, socializado, como será descrito mais abaixo.

Atividades como essa contribuem para ampliar a percepção dos consumidores a respeito da existência de pessoas e famílias envolvidas no processo de produção de alimentos, contrapondo o senso comum a respeito da mecanização do campo brasileiro, esclarecendo que não são as máquinas que produzem a maior parte do alimento consumido, e sim, os camponeses.

A Rede Guandu, entidade para a qual a Cooperativa vende parte de sua produção, promoveu em anos anteriores o Dia do Morango, com o objetivo de fazer com que os consumidores fossem à ACRA e conhecessem como é feita a produção do morango orgânico, um dos itens que tem maior demanda. A avaliação feita, tanto pela Rede quanto pelos cooperados é de que as visitas foram muito positivas e promoveram o conhecimento da realidade rural, bem como da origem dos alimentos consumidos.

O interesse por parte dos consumidores em saber mais sobre o processo produtivo que envolve os alimentos tem movido um número significativo de pessoas que se identificam com esse movimento de aproximação entre as esferas produtivas e de consumo (BELIK, W.; SILIPRANDI, E., 2012). Como exemplo é possível citar o movimento *Slow Food*⁹⁶, para quem essa relação consumidor e produtor é um dos pilares da organização, alterando,

⁹⁵ Ibidem

⁹⁶ *Slow food*, uma expressão que por si só já faz um contra ponto ao *fast food*, é uma organização internacional, sem fins lucrativos, presente em 150 países que tem como objetivo *o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores* opondo-se à tendência de padronização do alimento no Mundo. Informação retirada do sítio eletrônico <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>, acessado no dia 21/05/2014.

inclusive, o status de consumidor para *coprodutor* sob a justificativa que tal aproximação torna-os parceiros.

Ainda nesse sentido, o turismo rural pode ser considerado uma iniciativa interessante e um tema que desperta o interesse dos Cooperados. Eles mesmos procuraram o SENAR⁹⁷ para que fosse realizado na ACRA, no ano de 2012, o curso de Turismo Rural; a menção a este curso é recorrente nas entrevistas realizadas e sempre bem avaliado pelos que participaram.

No limite, o intercâmbio propiciado por estas iniciativas de aproximação entre as esferas de produção e consumo contribui para percepção da existência e a constituição de um território camponês, revertendo a falsa ideia de que o campo, ou até mesmo o próprio camponês sucumbiram.

Retomando a questão da diversificação da produção estimulada pelo PNAE, vale lembrar que essa diversificação traz consigo uma intensificação do trabalho e, portanto, de mão de obra. Tal demanda somada a possibilidade concreta de obtenção de renda, proporciona um maior envolvimento dos filhos dos agricultores no processo produtivo, tanto as crianças como os jovens e adultos. Esse fenômeno é reconhecido como *socialização do camponês* (TAVARES dos SANTOS, J. V., 1978) e caracteriza o processo de produção camponesa.

A *socialização do camponês* diz respeito à incorporação das crianças no processo de trabalho camponês. Esta socialização é feita desde cedo, com as crianças ajudando em trabalhos pontuais e, desde pequenas, sendo instruídas sobre o papel que virão a ocupar na divisão social do trabalho, quando forem adultos. “Assim, diferentemente do meio urbano, o trabalho das acrianças é visto com outros olhos pelos camponeses” (BOMBARDI, 2004, p.224). A divisão sexual do trabalho também pode ser observada neste processo de *socialização*. No estudo de caso de Woortmann e Woortmann (1997), meninos e meninas passam a fazer parte do processo produtivo em momentos diferentes e a partir de processos simbólicos distintos. Para os filhos, a passagem da fase de criança para a fase adulta “*relaciona-se as próprias etapas do processo de trabalho*” (Ibidem, p. 72). Para as filhas, a passagem da infância para a fase adulta está relacionada com o tempo biológico de seu corpo,

⁹⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Segundo informações disponíveis no sítio da instituição <http://www.senar.org.br/quem-somos> acessado no dia 20/05/2014, é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

quando elas apresentam a primeira menstruação, a menarca. A partir deste momento elas já podem, inclusive, se casar.

Um aspecto interessante de se notar é que, tanto no estudo de Woortmann e Woortmann (1997) como de Tavares dos Santos (1978) observou-se que, o período da adolescência não faz parte do universo camponês, ou seja, quando se completa o processo de socialização camponesa, a criança passa para a condição de adulto.

No caso da ACRA, o processo de socialização camponesa foi interrompido no momento que o Sr. João e sua família saíram do Paraná e foram para a cidade de Americana, em São Paulo.

Há um trecho da fala de Wenceslau, filho do Sr. João, que ilustra muito bem esse processo ocorrendo com ele enquanto ainda moravam no Paraná:

[...] eu nunca desgrudei do meu pai, sempre quis fazer alguma coisa junto com ele. E eu fiz: ele fazia a roça dele grande e eu fazia a minha rocinha, ele me ajudava. Eu tinha um cavalo, tinha uma vaca, tinha um bezerro, sempre tive alguma coisa na linha dele, e ele tinha as coisas dele e eu tinha as minhas entendeu. [...] Proporcional, ele era grandão, dono da roça toda e eu falava: *quero uma área pra mim*. Aí ele me dava a área, eu plantava amendoim, depois vinha todo mundo colher meu amendoim, que dava mais do que o dele, sempre assim entendeu. (risos) Porque a minha área era bem cuidada, eu ia lá e ficava lá em cima dela, e meu vô me ajudava...e ele não sabia disso, meu vô passava lá falava assim ó: *faz assim, faz assado*. O velho sabia muito mais que nós, e eu era moleque, era neto né, meu vô passava na roça na hora que vinha almoçar, que ele tinha a roça dele. Ali ele falava: *Faz assim, chega bastante terra no pé de amendoim*. E aí eu fazia aquelas leronas memo, arrumava tudo e o amendoim dava uma carga memo e meu pai falava: *mai como que esse moleque...* entendeu (risos)...mas era tudo triangulado, meu avô me ajudava nas idéias e eu as vezes superava até o meu pai. E aí quando chegou aqui (cidade de Americana), o meu cavalo virou uma bicicleta, entendeu porque não tinha mais área e depois quando ele veio pra cá (área da Associação), ele começou a mexer na horta, na área pública e eu sempre ajudava ele, entendeu?⁹⁸

O trecho transcrito acima retrata o processo de socialização camponesa e também sua interrupção. O caráter familiar está muito presente na fala, trazendo, inclusive, a figura do avô, de maneira que estão retratadas no excerto três gerações de homens: Wenceslau, Sr. João e o pai do Sr. João.

Percebe-se que a socialização do camponês está condicionada à terra. “*A terra é o meio fundamental de produção de unidade camponesa.*” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.49) Pois é a partir da terra que o processo de trabalho camponês pode se concretizar. Uma vez sem a terra, *o cavalo vira bicicleta*, pois não há meios de sustentar um cavalo na cidade. As prioridades mudam, e todo o aprendizado obtido por meio daquela socialização feita a

⁹⁸ Entrevista realizada com Wenceslau em 31/08/2013, na ACRA.

partir da realidade vivida no Paraná parece se perder, não ter utilidade prática uma vez estando na cidade. Apenas quando o Sr. João volta a trabalhar na terra, *mexer na horta*, é que o filho se junta ao pai novamente, ainda que de maneira pontual, pois, tanto Wenceslau quanto seus irmãos foram em busca de emprego na cidade para sustentar a família. A partir desse momento a socialização camponesa deixa de existir para retornar nos dias atuais, com a volta dos mais jovens ao trabalho camponês:

Então, esse projeto foi isso, meu pai fez uma extensão pros filho, e nós filho tamo fazendo para os nossos filho, pros neto deles, na verdade. Tá vindo todo mundo, aí um vem da informática, outro vem da logística, outro vem pra dentro do campo.⁹⁹

Ou seja, no caso estudado é possível observar o processo de socialização camponesa ocorrendo com os netos e bisnetos do Sr. João.

A intensificação do trabalho gerada pelo aumento da demanda de alimentos para a comercialização via o PNAE foi acompanhada de um aumento de renda para a Cooperativa e, conseqüentemente, para seus cooperados, o que proporcionou a melhoria da infraestrutura coletiva e da qualidade de vida dos entrevistados. Estes últimos destacaram a melhoria das moradias feita por meio do *mutirão* entre os membros da família. Aqui vale a observação de que as únicas moradias que existem na área produtiva da ACRA são as de parentes do Sr. João, consistindo em 4 casas no total.

Por fim, há a questão da documentação necessária para participar do Programa, apontada como um dos grandes empecilhos para que os agricultores acessem o PNAE. O favorecimento previsto na Lei nº 11.947 aos agricultores de assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, é considerado um dos maiores avanços na legislação, porém, a falta de documentação, principalmente a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), tem se mostrado um grave problema que impede os agricultores de viabilizar a comercialização.

No caso da ACRA, como mencionado anteriormente, a questão da regularização das terras é um problema constantemente presente ao longo do histórico da Associação. A concessão de uso da terra emitida no ano de 1985 foi renovada nos anos de 1989 e 1992, indo até o ano de 1995 sendo que, desde essa data, a situação permanece irregular.

Já houve diversas tentativas por parte dos diretores da Associação e posterior Cooperativa, de solucionar o problema, no entanto, não há muito que eles possam fazer, pois a

⁹⁹ Entrevista realizada com Wenceslau no dia 31/08/2013, na ACRA.

solução depende, fundamentalmente, dos órgãos responsáveis pela área. As últimas informações que os entrevistados tiveram sobre o processo é que ele está parado no setor jurídico do Governo do Estado.

A não regularização da situação de uso das terras traz dificuldades para a organização sendo a principal delas a documentação necessária para participação em outros programas e editais. Desde o ano de 2011 a Cooperativa tenta acessar um recurso do Projeto Microbacias II. A proposta feita foi aprovada pela CATI, quem coordena o projeto, porém a falta da documentação da terra não permitiu que a proposta fosse desenvolvida. A Cooperativa tem até o final deste ano de 2014 para apresentar a documentação necessária para efetivar o projeto. Há uma grande expectativa por parte dos cooperados em torno da aprovação da proposta, que prevê avanços significativos na área de beneficiamento da produção e comercialização.

Para além desta situação de limitações para acessar determinados recursos, a não regularização da posse das terras coloca a Cooperativa em uma situação de extrema vulnerabilidade dos camponeses que trabalham na área e suas famílias pois, a qualquer momento, eles podem ser obrigados a se retirarem.

A área que a ACRA ocupa, a princípio não apresenta as determinações para ser destinada a reforma agrária, por ser uma área do governo do Estado destinada a realização de pesquisa a respeito de gado leiteiro, além de estar localizada em uma região onde a pressão da especulação imobiliária é intensa, apresentando como municípios vizinhos grandes cidades como Campinas, Sumaré e Piracicaba, por exemplo.

Por mais que a Cooperativa tenha se tornado uma referência de organização e produção orgânica para a região, existe um constante sentimento de insegurança a respeito do seu futuro e das famílias envolvidas nesse projeto, uma vez que a permanência na terra não está garantida.

A rede de contatos que a Cooperativa apresenta, bem como sua reputação, tem garantido, pelo menos, um diálogo com os representantes do IZ e do governo estadual para que a situação seja resolvida o mais breve possível.

Considerações finais

A presente pesquisa procurou compreender de que maneira o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribui para a reprodução camponesa da família do Sr. João José de Souza e, de certa forma, para a reprodução do campesinato de maneira geral. O Sr. João, juntamente com sua família, foi um dos fundadores da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA) no ano de 1987 que, em 2008 se transformou em Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (COOPERACRA).

O fato desta pesquisa ter sido feita a partir do relato de alguns dos membros da família do Sr. João pode ter condicionado as histórias que foram contadas a cerca da trajetória da organização, limitando a diversidade dos fatos e suas interpretações. O tempo para a realização da pesquisa, relativamente curto, também pode ter limitado o aprofundamento de algumas questões.

Entretanto, como foi possível perceber a partir das informações obtidas, a trajetória da Associação até os dias atuais permitiu que algumas características típicas camponesas, presentes na família estudada, fossem reforçadas ao mesmo tempo em que outras se perderam ou se transformaram.

A questão do trabalho familiar para a satisfação das necessidades da família, aspecto central para a caracterização camponesa, se fez e ainda se encontra presente na forma de trabalho coletivo. Tal conduta gerou, no início, conflitos entre as famílias que faziam parte do grupo interessado em permanecer na terra. A falta de autonomia, principalmente em relação ao tempo de trabalho, pode ter sido um dos motivos que ocasionou a saída de algumas famílias insatisfeitas. No entanto, os relatos e documentos estudados apontaram para uma situação em que as famílias tinham outra atividade profissional como fonte de renda, sendo que o trabalho na terra não era central na vida das mesmas, ficando em segundo plano.

O trabalho na terra é, para o camponês, a engrenagem que move sua vida: *“a minha paixão é a terra, eu nasci e me criei né, criei a minha família. Então a paixão minha é estar na terra trabalhando né, plantando, colhendo”*¹⁰⁰.

É possível dizer que esta *paixão* que o Sr. João tem para com a atividade agrícola também pode ser encontrada em seus filhos e, mais recentemente, começa a despontar nos seus netos. A criação da Cooperativa, no ano de 2008, pode ser considerado o momento inicial em que os jovens retomam o interesse pela agricultura, devido a melhora da situação

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Sr. João José de Souza no dia 28/09/2012, na ACRA

financeira da organização, impulsionada, principalmente, pela venda da produção da Cooperativa para o PNAE.

Dessa forma, a socialização camponesa que havia sido interrompida na família do Sr. João no momento em que eles saíram do Paraná para virem para São Paulo, é retomada nos últimos anos caracterizando um processo de recampenização do território em questão.

A criação da Cooperativa pode ser interpretada como um passo no sentido da autonomia camponesa, pois, segundo Wenceslau: “a Cooperativa pode tudo [...] dá pra produzir, dá pra processar, dá pra industrializar e dá pra comercializar”¹⁰¹. A perspectiva de um futuro próspero é que estimula o retorno ao campo daqueles familiares, principalmente os mais jovens, que, até o momento, não viam a produção agrícola enquanto uma atividade promissora, mas passaram a considerar essa opção. Nas entrevistas realizadas, foi possível captar um sentimento de satisfação dos mais velhos para com essa postura dos mais jovens. Para o Sr. João, por exemplo, ver seus netos trabalhando na Cooperativa é muito gratificante, ainda que não seja diretamente com a parte produtiva. Kelly Costa de Souza Rodrigues, filha de Wenceslau e neta do Sr. João, é uma das que fez faculdade de administração e passou a trabalhar nessa área na Cooperativa, se mostrando muito satisfeita com a atividade que desenvolve:

[...] eu trabalhava fora, não trabalhava na cooperativa, comecei a trabalhar esse ano. E eu achei assim que tá sendo muito produtivo o ano, para a nossa família, achei que, mais união, a gente tá mais perto, a gente pode tá se ajudando, o ato de estar cooperando mesmo com a família, né. Acho que para mim, o que ficou forte foi essa interação tanto com meu pai quanto com os parentes, né, tio, tia, primos, vô, todo mundo tá aí junto, divide as dificuldades, divide as alegrias.¹⁰²

Nota-se, pela fala transcrita, que o convívio e a cooperação familiar têm grande importância para a entrevistada, aspecto central para a caracterização camponesa, assim como a religiosidade, característica presente tanto nas novas gerações como nas mais antigas, sendo a celebração da Missa Campal a manifestação máxima de gratidão da família e demais cooperados para com a *Providência Divina*. A realização da Missa teve outro atributo, podendo ser compreendida como um fator de sociabilidade da Cooperativa com a comunidade do bairro que, diante deste feito, começa a se identificar mais com a organização.

A aproximação feita com a comunidade é reforçada também com a transferência da loja, que antes ficava no Mercado Municipal, para a sede da Cooperativa, a ACRA, sendo que

¹⁰¹ Entrevista realizada com Wenceslau Donizete da Silva no dia 31/08/2013, na ACRA.

¹⁰² Entrevista realizada com Kelly Costa de Souza Rodrigues, no dia 09/11/2012, na loja do Mercado Municipal.

a venda dos alimentos passa a ser feita diretamente na área de produção, estreitando a relação entre produtores e consumidores.

A participação da COOPERACRA do Programa Nacional de Alimentação Escolar também promove a aproximação das esferas produtivas e de consumo ao estabelecer ações de educação em torno da alimentação saudável, sendo uma delas, a visita das crianças das escolas contempladas pelo PNAE às áreas onde os alimentos são produzidos, recolocando a figura do camponês na realidade produtiva do campo brasileiro.

A existência de um espaço onde os cooperados possam realizar a venda direta de seus produtos, como foi o espaço no Mercado Municipal que funciona agora na ACRA, é uma ação de extrema relevância, pois garante que a renda dos cooperados não esteja subordinada ao capital comercial. Outro aspecto que favorece a condução neste sentido é a adoção de um modelo produtivo agroecológico, que aposta no equilíbrio natural da área para uma produção de alimentos saudável e viável economicamente devido à redução de insumos externos.

A aquisição de um veículo próprio para o transporte das mercadorias, bem como as melhorias que estão sendo feitas de maneira gradual como, por exemplo, a construção da câmara fria para a refrigeração dos alimentos, contribuem para que a renda não esteja subordinada ao capital na esfera da circulação, aumentando a autonomia financeira dos camponeses.

Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é, atualmente, a principal fonte de renda dos camponeses que trabalham na área produtiva da ACRA, pelo fato desta ser responsável por mais de 90% da produção que a Cooperativa entrega para a merenda. Por mais que este fato seja significativo na esfera econômica, a dependência que tal situação provoca na organização já foi apontada como um ponto negativo na busca da autonomia camponesa:

[...] eu acho que é muito significante essas propostas do governo, do PNAE, tudo, mas eu acho que não é assim uma coisa que dá para você ficar sossegado. Eu acho que, que nem, nós estamos buscando mais prefeituras, tentando participar de outra licitações de outras cidades porque não é uma coisa garantida né. Nova Odessa, por exemplo, se a gente tivesse só contando com eles a gente já não tinha trabalho e a nossa produção depois que a gente fecha o contrato é uma produção vendida, o que você produz você vende, então a gente depende um pouco desses contratos.¹⁰³

O fato de depender majoritariamente do PNAE para garantir a renda das famílias da ACRA, gera insegurança diante da possibilidade de encerramento dos contratos estabelecidos

¹⁰³ Entrevista realizada com Kelly Costa de Souza Rodrigues no dia 09/11/2012, na loja do Mercado Municipal.

com o Programa. Como observado na fala transcrita, a não renovação dos mesmos está relacionada, dentre outros fatores, com a conjuntura política do município, além da duração dos contratos ser relativamente curta, não oferecendo um horizonte de estabilidade a médio e longo prazo para os camponeses.

Ao mesmo tempo em que o comprometimento da maior parte da produção para o Programa pode condicionar os plantios, tolhendo a liberdade de escolha de novas culturas e novas atividades que não estejam diretamente associadas a essa via de escoamento, o plantio para atender o PNAE pressupõe certa diversidade produtiva uma vez que o propósito do Programa é a alimentação escolar, prevendo certo balanço nutricional que é garantido através do consumo de alimentos diversos.

O incentivo à diversificação das culturas pode ser considerado um dos fatores que diferencia este Programa das demais políticas de comercialização. Estas últimas, geralmente, tendem a priorizar gêneros alimentícios específicos, levando o agricultor a plantar monoculturas de maneira a atingir um volume consistente para viabilizar a comercialização.

Dessa forma, o PNAE apresenta um ganho qualitativo no momento que faz a opção pela construção de uma alimentação saudável para as crianças do ensino público. Essa escolha é que determina, na trajetória do Programa, sua interlocução com as outras esferas responsáveis por sua efetivação como, por exemplo, a esfera produtiva.

É possível perceber, a partir de um olhar mais atento à legislação que rege o Programa, que a relação entre educação e a agricultura foi ficando cada vez mais estreita conforme o aprimoramento do mesmo, sendo a Lei nº 11.947 de 2009 a mais emblemática destas iniciativas. A sua implementação, no entanto, apontou diversos desafios, sendo que boa parte deles podem ser superados a partir de uma atuação integrada dos atores institucionais envolvidos e dos camponeses, como foi o caso da relação estabelecida entre os agricultores da COOPERACRA e os gestores do Programa da Prefeitura do município de Santa Bárbara D'Oeste, eliminando boa parte dos problemas que costumam ser recorrentes, de maneira a permitir o avanço do Programa.

Um fator que pode ser considerado o mais ameaçador para continuidade da reprodução camponesa da família estudada, é a não regularização da posse da terra da área da ACRA. Como já foi mencionado, desde a criação da Associação até os dias atuais, o contrato de concessão de uso da terra, que pertence ao Instituto de Zootecnia e foi cedida para uso mediante um acordo entre IZ, Governo Estadual e Prefeitura do Município de Americana, foi

renovado apenas duas vezes, sendo que, desde o ano de 1995, não ocorre a regulamentação da documentação.

Considerando que a irregularidade da situação fundiária não é uma característica exclusiva da ACRA, fazendo parte da realidade de muitos camponeses do país, por mais que a Lei nº 11.947 de 2009 se proponha a priorizar a aquisição de alimentos produzidos pelos camponeses, a não regularização fundiária, ou até mesmo, o não acesso à terra, os coloca em uma condição de tal vulnerabilidade que pode comprometer, de alguma forma, a reprodução camponesa no Brasil.

Ainda assim, é possível afirmar, a partir do estudo de caso realizado, que, tanto a Lei citada acima quanto os demais dispositivos que regulamentam o Programa, contribuem de maneira significativa para a reprodução camponesa. Aspectos centrais do universo camponês se mantiveram e foram, inclusive, reforçados sendo que a retomada do processo de socialização camponesa, diante do movimento de volta dos jovens da cidade para o campo, representa um ganho precioso na trajetória da organização.

O fato de não poder contar com a comercialização para o PNAE como uma fonte segura de renda, principalmente pelo caráter efêmero dos contratos estabelecidos, poderia ser atenuado se a duração dos mesmos fosse maior que doze meses, permitindo aos agricultores e às organizações um planejamento de caráter mais a longo prazo e certo de sua produção. Outras questões como, por exemplo, a elaboração dos cardápios de acordo com a disponibilidade da produção local e a sazonalidade podem ser facilmente contornáveis mediante o estabelecimento de um diálogo entre os gestores do Programa e os agricultores como o que ocorreu na Cooperativa. Essa atuação integrada dos sujeitos envolvidos com a execução do Programa se configura como um fator de grande relevância para que o PNAE se efetive enquanto uma iniciativa que contribua para a reprodução camponesa no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. A. de **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 377p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável**. Síntese Universitária 54. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998, 110p.

ASSAO, T.Y.; WESTPHAL, M.F.; BÓGUS, C.M.; CERVATO-MANCUSO, A.N. Alimentação do escolar: percepção de quem prepara e oferece as refeições na escola. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.19, n.1, p. 22-32, 2012

BACCARIN, J.G.; ALEIXO, S.S.; SILVA da, D.B.P.; MENDONÇA, G.G. **Alimentação Escolar e Assentamentos Rurais: Uma Análise dos Limites e das Possibilidades de Implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo**. In: V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2011, Campinas. Anais ____ Campinas: FEAGRI, 2011. 1CD-ROM.

BADUE, A.F.B.; CHMIELEWSKA, D. (Org.) **Controle Social na Alimentação Escolar**. Caminhos para práticas de consumo responsável 3. São Paulo. Instituto Kairós. 2011. 43p.

BELIK, W.; SILIPRANDI, E. A agricultura familiar e o atendimento à demanda institucional das grandes cidades. In: CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Org.) **Projeto Nutre SP: Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar do Estado de São Paulo**. São Paulo. Instituto Via Pública. 2012. p. 61-76.

BOMBARDI, L. M. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. **Geousp**. N.º 14, São Paulo, p. 107-117, 2003.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo, Ana Blume, 2004. 396 p.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, n. 45, NERA, São Paulo, p. 1 - 21, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.913 de 12 de julho 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. **Diário Oficial**. Brasília, 13 de jul. 1994

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial**, Brasília, 17 de jun. 2009a.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial**, Brasília, 9 de mai. 2006a.

BRASIL. Resolução nº12 do MDS de 21 de maio de 2004. Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos de que trata o artigo 19 da Lei no 10.696, de 02 de julho de 2003. **Diário Oficial**. Brasília, 22 de mai. 2004.

BRASIL. Resolução nº 32 do FNDE de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE. **Diário Oficial**. Brasília, 11 de ago. 2006b.

BRASIL. Resolução nº 38 do FNDE de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial**. Brasília, 17 de jul. 2009b.

BRASIL. Resolução nº 25 do FNDE de 04 de julho de 2012. Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial**, Brasília, 05 de jul. 2012.

BRASIL. Resolução nº 26 do FNDE de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial**, Brasília, 18 de jun. 2013.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2010, 336p.

CHAIM, N.; BELIK, W. São Bernardo do Campo: Atuação Pioneira em favor da Agricultura Familiar. In: CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Org.) **Projeto Nutre SP: Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar do Estado de São Paulo**. São Paulo. Instituto Via Pública. 2012. p. 77-88.

DANELON, M.A.S. **Programa de Alimentação Escolar em Unidades de Tempo Integral: experiências e desafios de gestão**. 2007. 233p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007.

D’AQUINO, T. A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão - SP. In: **Encontro da ANPOCS**, XX, 1996. Caxambu, 35p.(mimeogr.)

CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar. **Cartilha Agroecologia**. Cecane. UFOP. 2012. 24 p.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Agricultura Familiar: primeiros resultados. Rio de Janeiro – RJ, 2009.

LEITE, V.G.M. **Proposta de Conversão Agroecológica da Associação da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana-ACRA**. 2013. 38p. Relatório de Estágio Profissionalizante em Engenharia Agrônoma – Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.

MALINA, L.L. Chamada Pública: instrumento legal de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Org.) **Projeto Nutre SP: Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar do Estado de São Paulo**. São Paulo. Instituto Via Pública. 2012. p. 13-28.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, mai. 1996.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2010. 288 p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2005. 292 p.

MORUZZI MARQUES, P.E. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. 164 p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184 p. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>

PAOLIELLO, R. M. **Posse da terra e conflitos sociais no campo**. Texto baseado em _____. Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação. 1992. 492 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UNICAMP. Campinas. 1992.

RANGEL, J.R. Uso do Georreferenciamento no Retrato da Agricultura Familiar Formal do Brasil. In: CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Org.) **Projeto Nutre SP: Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar do Estado de São Paulo**. São Paulo. Instituto Via Pública. 2012. p. 89-104.

RIBEIRO, L.N. Resenha: A Via Campesina: a globalização e o poder do Campesinato. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano. 16, n. 23, p. 167-170, jul-dez de 2013.

SANTAROSA, P. H.; LUCAS, A.; GARAVELHO, M.E.P.E. Influência do PNAE em uma cooperativa de agricultores familiares de americana. In: **19º SIICUSP**, 2011, São Paulo. Resumos on-line ____, São Paulo, USP, 2011, disponível em <<https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=1473&numeroEdicao=19>>

SILVA, M.V.; DANELON, M.S. Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs): análise dos pareceres conclusivos sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 20, n.1, p. 122-135, 2013.

SOUZA, L.B.B de. Organizações da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e sua Experiência de Fornecimento para o PNAE. In: CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Org.) **Projeto Nutre SP: Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar do Estado de São Paulo**. São Paulo. Instituto Via Pública. 2012. p. 29-46.

SOUZA ESQUERDO, V.F. de; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Processo de implantação da lei 11.947/2009 (PNAE) nos municípios do Circuito das Frutas - SP**. In: V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, 2012, Araraquara. Anais ____ Araraquara; NUPEDOR/UNIARA, 1CD-ROM.

SOUZA-ESQUERDO, V.F. de; BERGAMASCO, S.M.P.P. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Jarinú-SP: contradições reveladas pela implementação da Lei 11.947/2009. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v.16, N.1, p. 59-76, 2013.

TAVARES dos SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978. 182 p.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.17, n.1, p. 01-15, 2010.

WOORTMANN, K e WOORTMANN, E.F. **O trabalho da terra**. Brasília: UnB, 1997. 192p.

ANEXO A

Questionário

PROJETO DE PESQUISA

MÚLTIPLOS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS: ESTUDOS DE CASOS PRÓXIMOS A METRÓPOLES PAULISTAS

Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 02/2010 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas

Número do processo: 401275/2010-8

Roteiro de entrevistas juntos aos assentados

Orientações gerais

Tratando-se de uma entrevista do tipo história/relato de vida, a questão introdutória deve favorecer a construção de idéias de forma a mais livre possível sobre o tema sobre o qual queremos informações e valores. Portanto, as questões secundárias devem ser mobilizadas para estimular o entrevistado sobre algum ponto que não foi, ou pouco foi, desenvolvido. O conhecimento de todas as informações sobre o entrevistado já obtidas por nossa equipe devem ser sistematizadas e muito bem conhecidas antes da entrevista.

A entrevista deverá ser gravada, as anotações tendo importância para a retomada de pontos importantes na entrevista e para facilitar a transcrição posterior.

ACRA - Americana

Nome do entrevistador: _____

Data: __ / __ / 201__

Nome do entrevistado: _____

e nome de outras pessoas participando da entrevista (indicar sua relação com o interlocutor principal):

A questão chave e introdutória é:

Quais são as transformações mais importantes que aconteceram em sua vida (e de sua família) depois de estar instalado nestas terras?

Questões secundárias, por dimensões:

Dimensão familiar:

1. O que levou o senhor e sua família a participar desta luta por terra?
2. O Sr. teve vivência agrícola? De onde veio? Qual era sua atividade profissional antes de se instalar?
3. Esta decisão permitiu alcançar as expectativas do sr. e sua família?
4. O senhor está satisfeito com sua situação atual e por que?
5. Neste processo de mudança, o senhor considera que houve todas as condições necessárias para que o sr. possa exercer plenamente a atividade agrícola? Quem mais colaborou, ou deveria colaborar, com a criação destas condições?
6. Como eram as relações familiares antes e depois da mudança para o assentamento (qual é a participação da mulher e dos jovens nas atividades produtivas e na tomada de decisão correspondente)?
7. *(Para os jovens)* Pretende continuar na atividade? O que lhe motiva para continuar?

Dimensão econômica e organização do trabalho:

8. Algum membro da família trabalha fora? Com o que?
9. A atividade agrícola é responsável pela maior parte da renda de vocês? Explique
10. Quais são suas formas de escoamento da produção? Qual a principal delas?
11. Pretende manter todos estes canais de comercialização (mesmo os que escoam pequenos volumes)? Porque (contato com o consumidor, visibilidade, rede pessoal..)?
12. Quais são as diferentes atividades desenvolvidas (plantio, capina, colheita, triagem dos produtos, beneficiamento, transporte, venda, gestão administrativa e financeira, etc.)? Quem as realiza? Como é decidido esta repartição das tarefas?
13. Em termos dos principais itens de consumo durável, o que foi possível adquirir nos últimos anos? E em termos de meios de produção (máquinas, equipamentos, etc.)?
14. Onde o sr. e sua família adquirem os itens de consumo doméstico, particularmente o alimento (quais?)?

Dimensão agroalimentar:

15. Como é hoje a alimentação de sua família (diversificação, quantidade)? Como era antes da ACRA
16. Como (e por quem) são escolhidos os cultivos no lote? Qual seu desejo de produzir?
17. Houve mudanças nos tipos de cultivo? Deixou de produzir/começou a produzir certos produtos? Em função de que?
18. O PAA/PNAE-Merenda influencia em suas escolhas e desejos de cultivo? E os outros canais de comercialização? Como?
19. Qual sua avaliação do PAA e do PNAE-Merenda? E de outras políticas para o assentamento?

Dimensão de infraestrutura social:

20. Como era e como está o acesso da família à educação? (para os mais jovens, apenas hoje, para todos os itens)
21. Como era e como está o acesso da família à saúde?
22. Como era e como está o acesso da família às instalações sanitárias (água, esgoto, etc.)?
23. Como era e como está o acesso da família ao lazer?

24. Como era e como está o acesso da família ao transporte público? E o transporte de mercadorias?
25. Como era e como está o acesso da família à comunicação (telefone, internet)?
26. Como era e como está as condições da família em termos de moradia?
27. Do seu ponto de vista, quais são as principais necessidades em infraestrutura?

Dimensão política organizativa:

28. Como e onde o sr e sua família se reúnem com amigos e conhecidos (igrejas, associação, acaso, em casa, etc.)?
29. Como era sua participação em atividades políticas antes da ACRA? E agora?
30. Como avalia a COOPERACRA?
31. Quais são os momentos e as oportunidades de discussão de política ou ação coletiva aqui?
32. Houve mudança na imagem e no tratamento das famílias daqui pelos representantes dos poderes públicos locais? E pela vizinhança (comerciantes, moradores de bairros próximos, etc.)?
33. Os poderes públicos tem atendido as demandas da ACRA?
34. Tem contato com os consumidores? Com que frequência, em que lugar? (crianças da Merenda escolar, outros consumidores da loja no mercadão, da Rede de consumo, etc.) Este contato é importante para você?

Dimensão ambiental:

35. Por quê eles tomaram a decisão em favor da agricultura orgânica?
36. O que é diferente aqui em termos ambientais em relação ao entorno?
37. Qual, na sua opinião, poderia ser a melhor forma de uso das áreas de mata ciliar?
38. Quando vocês chegaram na área, havia árvores na beira do rio? Quem foi que plantou estas árvores? Teve alguma ajuda do poder público? Você acha que deveria ter algum tipo de ajuda?
39. Você acha que o reflorestamento nas margens do rio pode mudar algo? O que, por exemplo?

Conclusão:

40. Qual é seu sonho para cá? O que é feito para alcançar este sonho?
41. O que a ACRA trouxe de novo para a região?

ANEXO B

Regulamento da ACRA (1989)

REGULAMENTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL ALVORADA - ACRA

Os associados da ACRA estabelecem o presente regulamento visando disciplinar suas atividades de produção e comercialização agropecuária, o uso dos bens coletivos, a participação nos resultados obtidos, o trabalho e o comportamento dos seus membros.

I - DOS SETORES DE ATIVIDADES

1 - As atividades da ACRA serão divididas nos seguintes setores:

- 1.1. Horta
- 1.2. Campo
- 1.3. Arroz
- 1.4. Leite
- 1.5. Suínos
- 1.6. Transporte
- 1.7. Vendas e Compras
- 1.8. Coordenação

2 - Cada setor terá um membro designado como responsável.

II - DO TRABALHO

1 - Os serviços da ACRA serão feitos pelos membros, obedecendo a um rodízio de local e atividade, determinado pela administração em função das necessidades do momento.

2 - O horário normal de trabalho de todas as atividades, exceto leiteira, de 2ª feira a sábado, será:

- a) das 07:00 às 11:00 hs
- b) das 13:00 às 17:00 hs

3 - As atividades de leiteira terão um horário especial, a ser determinado pela administração.

4 - Haverá um sistema de escala em rodízio para os fins de semana, devendo o escalado cumprir o mesmo horário estabelecido para os demais dias da semana.

5 - Todo membro da ACRA gozará anualmente de 15 dias de férias remuneradas, obrigatórias, em época estabelecida em calendário de férias elaborado pela Diretoria e aprovado em assembléia no mês de dezembro do ano anterior.

III - DAS VENDAS

1 - As vendas no local de produção serão feitas pelo responsável do setor Horta mais o tesoureiro ou o coordenador.

2 - O horário para venda de produtos será, de 2ª a sábado,

- a) das 08:00 às 10:00 hs
- b) das 15:00 às 18:00 hs

3 - O encarregado das vendas deverá prestar contas diariamente ao tesoureiro, entregando-lhe o dinheiro recebido e informando as quantidades e os preços dos produtos vendidos.

IV - DA RETIRADA DE PRODUTOS PARA CONSUMO

1 - Cada associado terá direito a uma cota mensal de produtos para seu consumo familiar, determinada em função das disponibilidades, sendo igual para todos os membros.

2 - O encarregado do setor de vendas fica responsável por anotar os produtos retirados pelos associados.

3 - Todo produto retirado para consumo será debitado na conta de controle de cotas do associado.

4 - Quando as retiradas não atingirem o valor da cota, o saldo ficará anotado como crédito na conta do associado. Quando exceder a cota, seu valor será descontado do salário do mês correspondente.

V - DO RATEIO DOS LUCROS

1 - No quinto dia útil de cada mês, o tesoureiro apresentará ao grupo o balanço do mês anterior, devendo constar as quantidades vendidas, preço por unidade e valor total por produto, despesas efetuadas e situação de caixa.

2 - Em havendo lucro e disponibilidade financeira, o grupo decidirá o montante a ser rateado entre os membros.

3 - O rateio será feito proporcionalmente ao número de horas trabalhadas por cada associado.

4 - Adiantamentos ("vales") serão permitidos após 15 dias do recebimento do último rateio.

VI - DO USO, GUARDA E CONSERVAÇÃO DOS BENS COLETIVOS

1 - O uso dos bens coletivos será exercido apenas pelos associados, não sendo permitido cede-los sob qualquer forma a outras pessoas.

2 - A guarda de todo material de trabalho será de responsabilidade do encarregado do setor Horta, devendo ficar no local previamente determinado.

3 - O associado que retirar para uso qualquer material fica responsável pela sua perfeita conservação até a sua devolução.

4 - A retirada de qualquer material de trabalho, bem como a sua devolução, deverá ser comunicada ao encarregado do setor Horta, responsável pela sua guarda.

VII - DO USO DO CAMINHÃO DA ACRA

1 - O caminhão é para uso exclusivo da associação, sendo proibido seu uso individual, exceto em casos especiais permitidos pelo grupo.

2 - Somente pessoas legalmente habilitadas poderão dirigir o caminhão, e desde que devidamente autorizadas pela diretoria.

3 - O caminhão será sempre guardado no local que for previamente determinado pela direção.

4 - Carretos, desde que sejam de interesse da ACRA, serão cobrados da seguinte forma:

a) Para associados: pelo valor correspondente ao gasto de combustível acrescido de 15%, dentro de um limite de até 200 quilômetros rodados (ida e volta).

b) Para outras pessoas:

- viagens curtas: preço a combinar

- viagens longas: pelo valor equivalente a um litro de combustível por quilômetro rodado.

VIII - DAS REUNIÕES DO GRUPO

1 - O grupo se reunirá ordinariamente a cada 15 dias, aos sábados, às 15:00 hs, para tratar de assuntos gerais.

2 - Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias quando houver necessidade.

3 - A coordenação das reuniões será feita pelo coordenador geral e tesoureiro.

4 - Serão consideradas como horas normais de serviço a participação nas reuniões.

IX - DO COMPORTAMENTO DOS MEMBROS

1 - Todos os membros da ACRA deverão se comportar de forma correta, respeitando seus companheiros, fregueses e outras pessoas com quem tenham contato, e acatar as determinações das autoridades.

2 - É expressamente proibido comparecer embriagado e/ou fazer uso de bebidas alcoólicas durante o horário de trabalho ou nas reuniões.

X - DAS PUNIÇÕES

1 - O desrespeito ou desobediência a quaisquer normas deste regulamento, dependendo da sua gravidade, sujeitará o membro praticamente a penas que vão desde uma advertência verbal até ao seu desligamento definitivo da Associação.

2 - Faltas injustificadas ao serviço serão punidas da seguinte forma:

a) advertência verbal, feita pelo coordenador do setor e coordenador geral, após a 3ª falta injustificada no mesmo mês.

b) multa, nos casos de reincidência, na forma de perda dos dias que faltou mais um dia, transformando o número de horas em cruzeiros para desconto no rateio do mês.

- c) desligamento da ACRA, nos casos julgados muito graves de reincidência ou de insubordinação, por decisão de assembléia.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Casos não previstos neste regulamento serão resolvidos por decisão conjunta dos associados.

2 - Este regulamento poderá ser alterado por decisão dos associados em assembléia.

3 - Este regulamento entra em vigor a partir da sua aprovação em assembléia.

- 1- Venceslau Ferreira da Cruz
- 2- Manoel Antunes de Faria
- 3- Alto Alves da Rocha
- 4- Manoel VICENTE GOMES
- 5- Luiz Broedelmann
- 6- João José da Silva
- 7- José Luis de Almeida
- 8- Dom Bispo de Cruz.

ANEXO C

Estatuto da ACRA
(1993)

ESTATUTO *****

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL ALVORADA

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º - A Associação Comunitária Rural Alvorada, também designada pela sigla A.C.R.A., constituída aos 12 (doze) de outubro de 1987 (mil novecentos e oitenta e sete), é uma entidade civil, com personalidade jurídica sem fins lucrativos que terá duração por tempo indeterminado, com sede no município de Americana, estado de São Paulo e foro jurídico em Americana.

Art. 2º - A A.C.R.A. tem por finalidade:

- a) a prestação de quaisquer serviço que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias, sociais e culturais que permitam a fixação definitiva ao meio rural, de seus associados;
- b) apoiar e prestar serviços às diversas iniciativas comunitárias da população de Americana e região;
- c) executar com a população projetos comunitários e de promoção social;
- d) estimular a prática de cooperação como meio de soluções de problemas comuns;
- e) realizar estudos e pesquisas em suas áreas afins;
- f) prestar assessoria na execução de projetos de educação popular e ação comunitária;
- g) executar projetos de promoção humana em especial do menor e sua família, no município de Americana e região.

§ - Único - A A.C.R.A., no desenvolvimento de suas atividades, não fará distinção alguma quanto, à raça, cor, condição social, credo político ou religioso.

Art. 3º - A A.C.R.A. terá um regimento interno, aprovado em Assembleia Geral, que disciplinará o seu funcionamento.

Art. 4º - A fim de cumprir sua finalidade, a A.C.R.A. se organizará em tantas dependências e/ou comissões quantas se fizerem necessárias e se regerão por regulamentos específicos aprovados em Assembléia Geral.

Art. 5º - A A.C.R.A., para desenvolver suas atividades poderá receber recursos de entidades locais, nacionais e internacionais mediante convênios e/ou doações e celebrar contratos e/ou convênios com os poderes públicos, quer Municipal, Estadual ou Federal.

C A P Í T U L O I I

Dos Associados

Art. 6º - A A.C.R.A. é constituída por número ilimitado de associados aceitos em Assembléia Geral e distinguidos em 2 (duas) categorias:

- a) Associados Fundadores - pessoas físicas que assinaram a ata de fundação;
- b) Associados Participantes - pessoas físicas que com aprovação da Assembléia Geral farão parte da A.C.R.A., podendo contribuir financeiramente e/ou com prestação de serviços.

Art. 7º - O Associado que ^{quer} retirar-se da A.C.R.A., deverá comunicar por escrito sua decisão à Diretoria.

§ - único - A retirada livre de um associado não lhe confere o direito de indicar outra pessoa para substituí-lo.

Art. 8º - Os associados não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade.

C A P Í T U L O I I I

Da Administração

Art. 9º - A A.C.R.A. será administrada por uma Assembléia Geral, |

uma Diretoria e um Conselho Fiscal.

Art.10º - As atividades dos conselheiros e diretores serão inteiramente gratuitas, sendo vedada a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens à dirigentes, mantenedores sob qualquer forma ou pretexto.

Da Assembléia Geral

Art.11º - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á de associados fundadores e participantes em pleno gozo de seus direitos.

Art.12º - Compete a Assembléia Geral:

- a) eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) decidir sobre as reformas do estatuto às quais somente poderão ser aprovadas por votação no mínimo de $\frac{2}{3}$ (dois terços) dos associados presentes, em Assembléias especialmente convocadas para este fim;
- c) decidir sobre a extinção da A.C.R.A. nos termos do Art. 25º deste Estatuto;
- d) resolver sobre a conveniência de adquirir, alienar, transigir, hipotecar e permutar bens patrimoniais;
- e) destituir os membros da diretoria que tenham faltado às reuniões por 3 (três) vezes consecutivas quando julgar inaceitáveis as justificativas apresentadas, e indicar os respectivos substitutos até o final do mandato corrente;
- f) organizar comissões auxiliares necessárias à execução das atividades programadas.

Art.13º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por ano e extraordinariamente sempre que se considerar necessário para a apreciação dos relatórios técnicos ou administrativos, apreciação e discussão das atividades da A.C.R.A. em andamento, eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal.

Da Diretoria

Art.14º - O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, não podendo haver mais de duas reeleições para a mesma função.

Art.15º - A Diretoria será constituída por um Coordenador, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e se reunirá ordinariamente uma vez por mês, sendo necessário a presença de 3 | (três) membros, e extraordinariamente quando for necessá
rio.

Art.16º - Compete à Diretoria:

- a) coordenar a execução do planejamento de trabalho apro
vado em Assembléia Geral;
- b) entrosar-se com instituições públicas ou privadas para
colaboração desta entidades em suas programações;
- c) coordenar as atividades das comissões auxiliares pro
gramadas em Assembléia Geral;
- d) contratar e demitir funcionários ouvindo a Assembléia
Geral.

Art.17º - Compete ao Coordenador:

- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e Regimento In
terno;
- b) representar a A.C.R.A. ativa, passiva, judicial e ex
tra-judicialmente;
- c) assinar com o tesoureiro, cheques e outros títulos e |
documentos que resultem responsabilidades pecuniárias
- d) assinar com o 1º secretário, documentos e ofícios a- |
fins;
- e) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da |
Diretória e Assembléia Geral;
- f) exercer as demais funções inerentes ao cargo.

Art.18º - Compete ao 1º Secretário:

- a) secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Ge
ral e redigir as competentes atas;
- b) atender as correspondências;
- c) preparar e manter em dia o fichário dos associados;
- d) substituir o Coordenador em suas ausências;
- e) publicar todas as notícias das atividades da A.C.R.A.
- f) assinar com o Coordenador documentos e ofícios relati
vos a secretaria;
- g) exercer as demais funções inerentes ao cargo.

Art.19º - Compete ao 2º Secretário em suas faltas e impedimentos |
prestando de modo geral, a sua colaboração e, em casos |
de vacância, assumir o mandato até o seu término.

Art.20º - Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) contabilizar e ter em boa guarda todos os valores que forem arrecadados;
- b) manter em dia a escrituração financeira;
- c) apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- d) assinar com o Coordenador, cheques e quaisquer outros títulos e documentos dos quais resultem responsabilidades pecuniárias;
- e) apresentar à Assembléia Geral relatório da receita e despesa sempre que forem solicitados.

Art.21º - Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) auxiliar ao 1º Tesoureiro no desempenho de suas funções, substituindo-o nas faltas e impedimentos.

Do Conselho Fiscal

Art.22º - O Conselho Fiscal será composto por três membros eleitos por Assembléia Geral e se reunirá ordinariamente 2 (duas) vezes por ano e extraordinariamente quando se fizer necessário.

§ - Único - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente ao mandato da Diretoria.

Art.23º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar sempre que achar necessário os livros de escrituração da A.C.R.A.;
- b) examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- c) apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria, acompanhando-o à Assembléia Geral, com o respectivo parecer.

C A P Í T U L O I V

Do Patrimônio

Art.24º - O patrimônio da A.C.R.A. será constituído de móveis e utensílios, imóveis, veículos e semoventes, ações, apóli-

apólices de dívida pública, donativos em dinheiro ou em espécie, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo

§ - Único - Todos os bens e recursos financeiros da A.C.R.A. serão aplicados exclusivamente dentro do território nacional, e o superavit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros serão aplicados no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art.25º - No caso de dissolução social da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere com personalidade jurídica, sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo e registrada na Secretaria de Promoção Social do Estado e Conselho Nacional de Serviço Social.

C A P Í T U L O V

Das Disposições Gerais

Art.26º - A A.C.R.A. será dissolvida quando se torne impossível a continuação de suas atividades, o que só poderá acontecer por decisão de 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art.27º - O presente Estatuto poderá ser reformado no todo ou em parte, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art.28º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO D

Regimento Interno da ACRA
(1993)

ACRA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL ALVORADA
Rua Atlas - s/nº - Jardim Alvorada - Americana - SP.

REGIMENTO INTERNO

1. CRITÉRIOS PARA A INSCRIÇÃO:

- 1.1. Residir no Bairro Jardim Alvorada e Jardim Thelja
- 1.2. Idade mínima de 18 anos, ser casado(a) ou arrimo de família
- 1.3. Cadastrar-se no plantão social do setor com o Assistente /
- 1.4. Sem distinção de raça, sexo, credo religioso e político.

2. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO:

- 2.1. Será realizada através da ficha de inscrição e, se necessário, proceder-se-á visita domiciliar pelo assistente social.
- 2.2. Terão prioridade: aposentado, desempregado, renda familiar até 2 (dois) salários mínimos.
- 2.3. O interessado deverá participar de duas reuniões quinzenais do grupo/ACRA para o seu ingresso na horta, tomando conhecimento do regimento interno.

3. CRITÉRIOS PARA O TRABALHO DIÁRIO:

- 3.1. Todo integrante do ACRA deverá obedecer rigorosamente o horário de trabalho diário estabelecido pelo grupo, ou seja: de segunda a sexta-feira das 7:30 às 11 horas e das 12 às 17 horas, com intervalo de 1:30 para almoço.
- 3.2. Para os finais de semana (sábado e domingo) haverá uma escala de rodízio, devendo o escalado cumprir o horário das 8 / às 11 horas.
- 3.3. Todo integrante do ACRA gozará anualmente de 20 (vinte) / dias de férias remuneradas, sendo o período definido pelo / grupo em reunião, podendo ser negociada, ou seja, 10 dias / para gozo imediato e 10 dias para data oportuna.
- 3.4. O pagamento será efetuado em duas parcelas, sendo a primeira entre o dia 5 e 10 e, a segunda entre o dia 15 e 20 de cada mês, considerando sempre a situação atual do caixa. que de-

- 3.5. O uso dos bens coletivos será permitido apenas aos integrantes do ACRA, não sendo autorizado cedê-los a terceiros.
- 3.6. Todo integrante deverá cuidar bem dos equipamentos de trabalho, sendo de sua responsabilidade devolvê-lo ao local, / préviamente designado pelo grupo, sempre limpo para sua melhor conservação.
- 3.7. O grupo reunir-se-á ordinariamente a cada 15 dias, podendo ser convocada reuniões ordinárias, quando houver necessidade.
- 3.8. Todo integrante do grupo tem obrigatoriedade de participar das reuniões, sendo este período considerado horas normais de trabalho.
- 3.9. Cada integrante terá direito a uma cota semanal de produtos do ACRA para o seu consumo familiar, quantidade esta determinada em função da disponibilidade de produto, sendo igual para todos.
- 3.10. O grupo definirá em reunião, designando um integrante para atendimento a comercialização de produtos dentro do ACRA, de vendo no final do dia efetuar o acerto de contas com o te - soureiro, informando a quantidade vendida, o valor de cada / produto e o dinheiro recebido. Também ficará sob sua responsabilidade o controle da retirada de produto semanal pelos integrantes.
- 3.11. O tesoureiro deverá apresentar ao grupo, até o quinto dia útil, o balanço referente ao mês anterior, devendo constar as quantidades vendidas, preço unitário e valor total do / produto, despesas efetuadas e situação atual de caixa.
- 3.12. Os novos integrantes do ACRA deverão cumprir um período de experiência de trabalho diário na área. Após dois meses, o integrante será reavaliado pelo grupo em reunião.
- 3.13. Os novos integrantes terão direito a retirada de 50% do valor que couber aos demais integrantes, no decorrer de / três meses, após este período, o valor será igual para to - dos.
- 3.14. Todo novo integrante, caso já tenha participado deste pro jeto (ACRA), para sua readmissão, deverá ser avaliado pelo /

- 3.15. Os integrantes do ACRA, em comum acordo, poderão prestar / serviços fora da área cedida pelo Instituto de Zootecnia / (IZ), desde que o lucro advindo de tal trabalho seja empregado integral no projeto.
- 3.16. Os integrantes do ACRA devem estar cientes que, em época / de safra, trabalhos extraordinários serão necessários para continuidade e crescimento deste Projeto, não sendo permitida a compensação desconto das horas extras trabalhadas.
- 3.17. Todo integrante que necessitar ausentar-se do trabalho, de verá comunicar o coordenador com antecedência. Em caso de / doença, deverá apresentar o atestado médico. Casos não previstos de ausência deverão ser discutidos pelo grupo em / reunião.
- 3.18. O rateio do lucro mensal será dividido da seguinte forma:
80% entre os integrantes
20% será aplicado ao projeto
- 3.19. É expressamente proibido comparecer embriagado e/ou fazer / uso de bebidas alcoólicas durante o horário de trabalho ou nas reuniões.
- 3.20. Todos os integrantes do ACRA deverão se comportar de manei ra correta, respeitando seus companheiros de trabalho e fre queses, acatando as determinações da coordenação.
- 3.21. O desrespeito ou desobediência a quaisquer normas deste regulamento, dependendo de sua gravidade, sujeitará o integrante a penas que vão desde uma advertência verbal até ao seu / desligamento definitivo da Associação (ACRA).

Americana, Agosto de 1993.

Davi Bispo da Cruz.

Venceslau Donizete de Souza.

José Lourenço de Souza

João Antônio de Souza

Luiz Brodolini

Walter Brodolini

ANEXO E

Fotos da ACRA

Horta

Foto: Terena Peres de Castro

Horta

Foto: Terena Peres de Castro

Horta

Foto: Terena Peres de Castro

Davi Bispo da Rocha explicando a horta

Foto: Terena Peres de Castro

Estufa de produção de tomate

Foto: Terena Peres de Castro

Barracão: local de higienização dos produtos

Foto: arquivo da COOPERACRA

Barracão: espaço para atividades e confraternização
Foto: arquivo da COOPERACRA

Câmara fria para armazenamento dos produtos.
Foto: arquivo da COOPERACRA

Barracão: refeitório e cozinha.
Foto: arquivo da COOPERACRA

Caminhão da Cooperativa utilizada para transporte e entrega dos alimentos.
Foto: arquivo da COOPERACRA

Visita das crianças da APAM à ACRA.
Foto: arquivo da COOPERACRA

Visita das crianças da APAM à ACRA.
Foto: arquivo da COOPERACRA

ANEXO F

Estatuto Social da COOPERACRA

DUCE SP

31 07 13

1

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Foro, Área De Ação, Duração e Ano Social

Art.1º-A COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA sob a denominação **"COOPERACRA"** Sociedade simples, civil de fins econômicos, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 11 de Novembro de 2008 ao abrigo da Constituição Federal, do Código Civil Brasileiro, da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais em vigor, tendo:

- I - Sede e administração à Rua Atlas, nº 436, Jardim Thelja, no Município de Americana e Foro Jurídico na Comarca de Americana no Estado de São Paulo, CEP 13.479-050;
- II - Área de ação, para efeito de admissão de associados, abrangendo os Municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara, Limeira, Piracicaba e região no Estado de São Paulo;
- III - Prazo de duração indeterminado;
- III - Ano social e funcional coincidente com o ano civil.

CAPÍTULO II

Do Objeto Social

Art. 2º - A Sociedade, com base na colaboração recíproca, a que se obrigam seus associados tem, por Objeto, a prestação de serviços e a produção de hortifrutigranjeiros e por Objetivos:

- I- Produção de Hortifrutigranjeiros de Natureza Orgânica.
- II- Venda em comum dos Produtos Hortifrutigranjeiros entregues pelos cooperados;

Souza Ap. de P. Soares

COOPER

2

31 07 13

III- Compra de insumos e bens de produção, bem como de produtos de uso profissional para abastecimento dos associados.

§ 1º - Para a consecução dos seus objetivos a Cooperativa, na medida das suas possibilidades, deve:

- a) Receber, classificar, transformar, industrializar, acondicionar, armazenar e distribuir os produtos dos associados podendo, se necessário, organizar serviços de transportes e outros necessários às atividades;
- b) Comercializar os produtos dos cooperados, direta ou indiretamente, dentro e fora do país;
- c) Adotar e registrar marcas, logotipos e selos de qualidade para os produtos a serem distribuídos por seu intermédio;
- d) Fornecer insumos e bens destinados a produção orgânica aos seus cooperados, bem como a terceiros, para atender as necessidades da produção orgânica, observando as determinações legais quanto à vigilância sanitária, vegetal, animal e humana;
- e) Efetuar com instituições financeiras todas as operações de crédito, financiamento e repasse permitidos em Lei;
- f) Efetuar adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos cooperados;
- g) Estabelecer taxas em função dos serviços a serem prestados aos cooperados;
- h) Organizar e administrar planos e processos de auto-financiamento;
- i) Abrir e manter filiais, depósitos ou armazéns e unidades de fabricação inclusive fora de sua sede, julgados vantajosos para o cumprimento dos seus objetivos sociais
- j) Registrar-se como armazém geral e, nessa condição, expedir quando lhe convier, "Conhecimento de Depósitos" e "Warrants" para os produtos dos associados, conservando-os em seus armazéns e depósitos, próprios ou de terceiros, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica;
- k) Proceder todos os atos em nome de todos ou de alguns cooperados, representando-os coletivamente e agindo como sua mandatária;

Souza Ap. de P. Lacerda

COOPERACRA

3

31.07.13

- l) Estimular a instrução em geral e a educação cooperativa, em particular, aos associados e seus familiares.
- m) Manter serviços próprios de assistência médica, dentária, recreativa, educacional e jurídica, neste particular constituindo-se em mandatária dos cooperados;
- n) Incentivar em seus cooperados o respeito à ecologia ao meio ambiente, a recuperação, conservação e preservação do solo e da água, visando o exercício das atividades ligadas a produção agropecuária, agroecológica e orgânica;
- o) Celebrar convênios e parcerias com entidades congêneres, entidades religiosas, civis, autarquias, empresas públicas e Órgãos Públicos nas três esferas de Governo;
- p) Promover visitas orientadas as áreas de produção visando à educação ambiental, a preservação do meio ambiente e o turismo agroecológico;
- q) Organizar e promover o quadro social.

§ 2º - A critério da Diretoria, a Sociedade poderá valer-se da faculdade que lhe confere a Lei nº 5.764/71 nos seus artigos 85 e 86.

§ 3º - A "COOPERACRA" efetuará suas operações sem qualquer objetivo de lucro.

§ 4º - Não existe vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados, nos termos do artigo 90 da Lei nº 5.764/71.

§ 5º - A cooperativa não fará distinção ou discriminação conforme previsto em lei.

Art. 3º - A "COOPERACRA" poderá associar-se a outras cooperativas, federações, confederações de cooperativas ou a outras sociedades, visando sempre à defesa econômico-social, o desenvolvimento harmônico e a consecução plena dos objetivos do seu quadro social.

CAPÍTULO III

Dos Sócios

SEÇÃO I

Da Admissão, Direitos, Deveres e Responsabilidades

Souza Gys. de P. Lacerda

COOPER

4

31 07 13

Art. 4º - Podem ingressar na Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviço, qualquer pessoa física, produtor rural familiar, legalmente capaz, que pratique a Agricultura por processo natural e orgânico, por conta própria em imóvel próprio ou ocupado por processo legítimo, dentro da área de ação da "COOPERACRA" e que possa livremente dispor de si e de seus bens, que conheça e concorde com as disposições deste Estatuto e não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da Cooperativa.

§ 1º - Os cônjuges casados pelos regimes da separação total ou da comunhão parcial de bens, também podem ser sócios da Cooperativa.

§ 2º - No ato do ingresso o interessado comprovará a legitimidade de seus direitos sobre o imóvel, bem como sua aptidão e capacidade produtiva.

Art. 5º - O número mínimo legal é de 20 (vinte) membros sem limitação de número máximo.

Art. 6º - Para associar-se o interessado preencherá proposta fornecida pela Cooperativa, assinando-a em companhia de outro associado proponente.

§ 1º - A proposta será instruída por documentos, dados cadastrais e preenchimento de requisitos na conformidade deste Estatuto.

§ 2º - Aprovada a proposta pela Diretoria, o candidato subscreverá a quota parte do Capital Social nos termos e condições previstas neste Estatuto e juntamente com o Presidente, assinará o Livro de Matrícula.

§ 3º - A subscrição da quota parte do capital pelo associado e a sua assinatura no Livro de Matrícula complementam a sua admissão na sociedade.

Art. 7º - Cumprindo o que dispõe o artigo anterior, o cooperado adquire todos os direitos, assume as obrigações decorrentes da Lei deste Estatuto Social e das deliberações tomadas pela Assembléia.

Art. 8º - O Cooperado tem o direito de:

I - Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados ressalvados os casos disciplinados no artigo 24, parágrafo 5º deste Estatuto Social;

Reunidos por ocasião de Sessão Extraordinária

71.07.13

II - Propor ao Conselho de Administração ou às Assembléias Gerais medidas de interesses da Cooperativa;

III - Votar e ser votado para os cargos sociais a partir do momento em que completar 6 (seis) meses como associado, salvo se estiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que, só readquirirá tais direitos após a aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego;

IV - Participar de todas as atividades que constituam o objeto da cooperativa, bem como dos resultados, dos benefícios e do remanescente em caso de liquidação;

V - Solicitar por escrito, com direito de resposta, e quando for o caso, sob compromisso de sigilo, informações sobre os negócios da Cooperativa e, no mês que anteceder a realização da Assembléia Geral Ordinária, consultar na sede da sociedade, o Livro de Matrícula e peças do balanço geral;

VI - Fiscalizar diretamente ou através do Conselho Fiscal a gestão dos negócios sociais;

VII - Demitir-se da Sociedade quando lhe convier, observadas as disposições obrigacionais deste Estatuto.

Parágrafo Único: A Suspensão do exercício de direitos do cooperado se dará pela Assembléia Geral, quando o mesmo, reiteradamente, deixar de cumprir obrigações impostas por Lei ou pelo Estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

Art. 9º - O associado tem os seguintes Deveres e Obrigações:

I - Subscrever e integralizar quotas partes do capital social, nos termos deste estatuto;

II - Contribuir com as taxas e encargos operacionais que forem estabelecidos;

III - Prestar à Cooperativa os esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultaram associar-se;

IV - Cumprir as disposições da Lei, deste Estatuto e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral;

V - Zelar pelo patrimônio moral e material da cooperativa, bem como pela qualidade dos seus respectivos produtos;

Southern Ap. of P. Sarsano

1

A

COOPERACRA

6

31 07 13

VI - Pagar a sua parte nas perdas ou satisfazer as insuficiências apuradas contabilmente na proporção direta das operações que houver realizado com a Cooperativa se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;

VII - Comunicar à Diretoria, se possível, previamente e por escrito, a interrupção temporária das suas atividades, indicando o motivo;

VIII - Concorrer com o que lhe couber, na conformidade das disposições deste Estatuto para a cobertura das despesas da sociedade;

IX - Entregar à COOPERACRA toda produção necessária para satisfação de compromissos financeiros ou contratados com terceiros.

Art. 10 - O cooperado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa, perante terceiros, restrita e limitadamente, até o valor da quota-parte do capital social que subscreveu e o montante das perdas ou insuficiências financeiras que lhe caibam, na proporção de sua participação nas operações realizadas com a cooperativa, perdurando essa responsabilidade até quando forem aprovadas, pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu à retirada.

§ 1º - A responsabilidade do associado como tal, pelos compromissos com a sociedade em face de terceiros, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento, mas só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa a responsabilidade principal.

§ 2º - As demissões e renúncias a cargo tornam-se eficazes, em relação à Sociedade, desde o momento da entrega de comunicação escrita e, em relação a terceiros de boa-fé, após o registro no Órgão Competente e posterior publicação.

§ 3º - A exclusão do cooperado deve ser ratificada pela Assembléia Geral de prestação de conta do exercício em que se deu o desligamento.

Art. 11 - A entrega da produção do associado à Cooperativa significa a outorga a esta, de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade.

Art. 12 - As obrigações do associado falecido, contraídas com a cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como cooperada, perante terceiros, passam aos herdeiros, limitando-se às obrigações contraídas anteriormente à morte do associado, prescrevendo, porém, após um ano a partir do dia da abertura da sucessão. Os direitos do cooperado

Emendes Ap. de P. Sáesaro

COOPER

7

31 07 13

falecido passam aos herdeiros, na forma da lei, assegurando-lhes o direito de ingresso na sociedade, desde que preencham as condições estabelecidas neste estatuto.

Parágrafo Único – Antes da sentença os direitos e obrigações serão exercidos pelo inventariante, na condição de representante do espólio do sócio falecido.

SEÇÃO II

Da Demissão e Exclusão

Art. 13- A demissão do cooperado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido, sendo levada ao conhecimento da Diretoria, em sua primeira reunião e averbada no livro de matrículas, mediante termo assinado pelo Diretor Presidente.

Art. 14 - A exclusão do associado, que será aplicada em virtude de infração da Lei ou deste Estatuto, ou por ato desonroso que o desabone no conceito público ou no convívio na "COOPERACRA" será feita por decisão da Diretoria, depois de notificação ao infrator, dos motivos que a determinaram, e que deverão constar de termo lavrado no Livro de Matrícula e assinado pelo Presidente.

§ 1º - Além de outros motivos, a Diretoria deverá excluir o associado que:

- a) Venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à cooperativa ou que conflite com os seus objetivos;
- b) Deixe de cumprir os dispositivos da Lei, deste Estatuto Social e das deliberações da Assembléia Geral, reiteradamente, sem motivo justificado, pelo prazo de um ano;
- c) Deixar de atender os requisitos exigidos para a sua admissão e permanência na sociedade;
- d) Divulgar informações relevantes, sigilosas ou inverídicas sobre a Sociedade que possam prejudicar suas atividades e negócios sociais;
- e) Tenha cedido a outro associado, nos termos deste estatuto, todas as suas quotas-partes de capital;
- f) Houver levado a Cooperativa a prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;

Souza Ap. de P. Lásaro

DUCE SP
31 07 13

8

g) Ser declarado falido.

§ 1º - Cópia autêntica do termo de exclusão, do qual constarão todas as circunstâncias do fato e transcritas no Livro de Matrícula, sem demora, será remetida ao cooperado, mediante registro postal ou por processo que comprove as datas de remessa ou da entrega e do recebimento.

§ 2º - O cooperado eliminado poderá interpor recurso com efeito suspensivo, à primeira Assembléia Geral, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

§ 3º - A cooperativa não admitirá pessoas e excluirá associados que tenham comportamento comprovadamente inadequado ao convívio na sociedade, à prática da solidariedade e ao cumprimento das obrigações legais ou estatutárias.

Art. 15 - Será excluído o cooperado por sua morte, incapacidade civil não suprida, por deixar de atender os requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa ou deixar de exercer, na área de ação da cooperativa, a atividade que lhe facultou cooperar-se.

Art. 16 - Compete à cooperativa, para os efeitos de facultar o ingresso e permanência de cooperados, identificar os agentes concorrentes ou contrários ao seu objeto social.

Art. 17 - A responsabilidade do cooperado demitido ou excluído, somente termina na data em que forem aprovados pela Assembléia Geral, o balanço patrimonial e as contas do ano social em que ocorreu a demissão ou exclusão.

CAPÍTULO IV **Do Capital Social**

Art. 18 - O capital social é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto ser inferior a R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

§ 1º - O capital social é dividido em quotas-partes, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

§ 2º - A quota-parte é indivisível e intransferível a não cooperados, ainda que por herança; não poderá ser negociada nem dada em garantia, e todo o seu movimento - subscrição,

Soundes Ap. de P. Lásaro

DUCESP
31 07 13

9

integralização, transferência e restituição - será sempre escriturado no Livro de Matrículas e contabilizado em fichas próprias individuais.

Art. 19 - O cooperado, ao ser admitido, obriga-se a subscrever, no mínimo 300 (trezentas) quotas-parte do capital social e, no máximo, tantas quantas cujo valor não exceda a 1/3 do total do capital.

Art. 20 - O cooperado pode integralizar as quotas-partes de uma só vez, à vista, ou em até 5 (cinco) parcelas, a critério da Diretoria.

Art. 21 - A restituição do capital e das sobras líquidas, em caso de demissão ou exclusão, será sempre feita após a aprovação do balanço patrimonial, do ano social em que o cooperado deixou de fazer parte da cooperativa.

Parágrafo Único - Ocorrendo demissão ou exclusão de cooperados, em número tal que a devolução do capital social possa afetar a estabilidade da cooperativa, esta poderá efetuar-la em prazo idêntico ao da integralização ou que resguarde sua integridade econômica e financeira.

Art. 22 - Não serão atribuídos juros ao capital social integralizado.

Parágrafo Único - O valor correspondente à correção monetária do capital social integralizado, até o máximo do índice oficial admitido, será creditado na conta de capital de cada associado.

CAPÍTULO V **Dos Órgãos Sociais**

SEÇÃO I **Da Assembléia Geral**

Art. 23 - A Assembléia Geral dos associados é o Órgão supremo da cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e à defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º - Sob pena de decair do direito, prescreve em 03 (três) anos a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral, viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas

Concluído em 31.07.13

[Assinaturas manuscritas]

SUCESP

11

31.07.13

§ 6º - As deliberações das Assembléias Gerais serão tomadas, por maioria de votos dos Associados presentes com direito de votar e, consignadas em ata, circunstanciada da qual constem, de forma sucinta, inclusive dissidências e protestos, e conste apenas a transcrição das deliberações tomadas e seja assinada por quantos bastem à validade das mesmas.

§ 7º - A Assembléia poderá delegar ao Presidente o exercício do voto de qualidade para efeito de desempate.

§ 8º - Ao cooperado que a solicitar, será entregue cópia autêntica da Ata da Assembléia Geral, observado o que dispõe o item V do Artigo 8º.

Art. 25 - Se não houver "quorum" na série de três convocações, será então admitida a intenção de dissolver a sociedade.

Art. 26 - É da competência das Assembléias Gerais a destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização, bem como a suspensão de direitos de associados por obrigação imposta por lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

Art. 27 - Nas Assembléias Gerais, o "quorum" de instalação será o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de cooperados, em primeira convocação;

II - Metade e mais 1 (um) do número de cooperados, em segunda convocação;

III - 10 (dez) do número de cooperados em terceira e última convocação.

Art. 28 - Para efeito de verificação do "quorum" de que trata este artigo, o número de associados presentes em cada convocação, se fará por suas assinaturas no Livro de Presenças, vedada à representação.

Art. 29 - Cada associado presente terá direito a somente um voto, exercido sempre no interesse da sociedade, qualquer que seja o número de suas quotas-partes, conforme artigo 42 da Lei nº 5764/71, vedado o voto por procuração ou representação.

Foundes Ap. de S. Lásaro

SEÇÃO II

Das Assembléias Gerais Ordinárias

Art. 30 - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

I - Prestação de contas da Diretoria, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) Relatório da gestão;

b) Balanço geral;

c) Demonstrativo e destinação das sobras apuradas após as deduções para os fundos legais ou rateio da insuficiência das contribuições para cobertura dos custos e despesas da sociedade;

II - Eleição dos componentes da Diretoria quando for o caso e do Conselho Fiscal, na mesma e própria sessão consignada em ata que deverá conter a qualificação de cada um dos eleitos, o prazo do mandato, e ser arquivada na JUCESP;

III - Fixação do valor da verba de representação para os membros da Diretoria, pelos serviços prestados a sociedade, e o valor da cédula de presença aos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social em curso, vedada sua vinculação, por qualquer fórmula, à participação das sobras do exercício;

IV - Quaisquer assuntos de interesse social.

§ 1º - A aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria, desonera de responsabilidade os administradores eleitos ou contratados, bem como os conselheiros fiscais, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude e simulação bem como de infração da Lei ou deste Estatuto; extingue-se em três anos o direito de anular tal deliberação.

§ 2º - Os documentos relativos ao item I deverão ficar a disposição para consulta dos Associados na Sede.

§ 3º - Os Administradores têm o prazo de 10 (dez) dias para convocarem a Assembléia Geral afim de reconsideração ou ratificação das deliberações tomadas regularmente.

Soundes Ap. de J. L'asano

COCESP
31 07 13

13

§ 4º - Os ocupantes de cargos sociais como quaisquer outros sócios, não poderão votar matérias que a eles se refiram, direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas e relatório de gestão, competindo-lhes, então, transmitir a direção dos trabalhos a outro cooperado indicado pelo Plenário, permanecendo, contudo, a disposição da Assembléia

§ 5º - O sócio escolhido para coordenar a discussão e votação de matérias referentes ao parágrafo anterior escolherá um secretário "ad-hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo secretário da Assembléia.

SECÃO III

Das Assembléias Gerais Extraordinárias

Art. 31 - A Assembléia Geral Extraordinária poderá tomar conhecimento e debater qualquer assunto, mas somente será objeto de deliberação aquele que conste especialmente do edital de convocação e realizar-se-á sempre que necessário.

Art. 32 - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - Reforma do estatuto;

II - Transformação, fusão, incorporação ou desmembramento;

III - Mudança do objeto da sociedade;

IV - Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de um ou mais liquidantes, associados ou não, investidos de todos os poderes normais de administração, e um conselho fiscal, composto de três membros, passíveis de destituição em qualquer época, para procederem a sua liquidação, fixando-lhes a remuneração;

V - Contas do liquidante.

Parágrafo Único - São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, no momento da votação, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo, não se computando os votos nulos ou em brancos.

Seundes Ap. de P. Lásaro

DUCE SP

31 07 13

14

SEÇÃO IV Da Diretoria

Art. 33 - A Cooperativa será administrada por uma Diretoria, órgão de deliberação colegiada, composto por 3 (três) membros todos cooperados, eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição de seus componentes, pela Assembléia Geral, cuja ata deve ser registrada no respectivo órgão competente.

§ 1º - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por Lei, os inaptos, técnica ou moralmente, os condenados por crime hediondo ou inafiançável ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, bem como, os inadimplentes perante a Fazenda Pública e as Contribuições Sociais Federais.

§ 2º - Os membros da Diretoria não poderão ter entre si, nem com os membros do Conselho Fiscal, laços de parentesco mate o 2º grau, em linha direta ou colateral, ou cônjuge.

§ 3º - A diretoria reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

§ 4º - Delibera validamente com a presença mínima de todos os seus membros.

§ 5º - As deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada no livro de atas de reuniões da Diretoria e assinada pelos participantes da reunião.

§ 6º - Os membros da Diretoria responderão pelos cargos e exercerão as funções de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, sendo a representação da sociedade privativa de Diretores.

Art. 34 - Nos impedimentos por prazo até 90 (noventa) dias, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-presidente e o Diretor Vice-Presidente pelo Diretor Secretário.

§ 1º - Nos impedimentos por prazos superiores a 90 (noventa) dias de um ou mais membros da Diretoria, deverá o Diretor Presidente ou os membros restantes, se a

Souza Ap. de P. Sáaro

COOPER
31 07 13

15

presidência estiver vaga, convocar a Assembléia Geral para preenchimento das vagas, no prazo máximo de 30 dias.

§ 2º - Os escolhidos exercerão o mandato pelo prazo que restar aos seus antecessores.

§ 3º - O membro da Diretoria que sem justificativa faltar a três reuniões em cada período de 12 (doze) meses, após a eleição, perderá o cargo automaticamente.

§ 4º - Considerar-se-á demitido para todos os efeitos legais e a qualquer tempo, o membro da Diretoria que tenha sido condenado conforme dispõe o § 1º do Art. 33.

Art. 35 - Compete a Diretoria, dentro dos limites da lei e deste estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da Assembléia Geral, planejar e fixar normas para as operações e serviços da cooperativa, e controlar os resultados.

Art. 36 - No desempenho de suas indelegáveis funções, sob competência privativa e de exclusiva responsabilidade, entre outras, cabem-lhe as seguintes atribuições:

- a) Deliberar sobre a admissão de cooperados promovendo sua participação na vida societária e empresarial ou sua exclusão.
- b) Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- c) Estabelecer as normas para o funcionamento da cooperativa, sob a forma de Instruções e que constituirão o Regimento Interno;
- d) Fixar as despesas de administração, em orçamento anual que indique a fonte de recursos para cobertura;
- e) Estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando, mensalmente, o estado econômico e financeiro da cooperativa, o desenvolvimento dos negócios e das atividades em geral, através de Balancetes e demonstrativos específicos;
- f) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e os meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- g) Contratar gerentes técnicos ou comerciais fora do quadro social, fixando-lhes as atribuições e salários, fixar as normas para a admissão e demissão dos empregados e profissionais a serviço da cooperativa, as normas de disciplina funcional, e ainda julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;

Souza Op. de P. Lázaro

COCESP
31 07 13

16

h) Contratar, se necessário, os serviços de auditoria, nos termos do artigo 112, da Lei nº 5.764/71;

i) Contratar, sempre que julgar conveniente, o assessoramento técnico para auxiliá-lo no esclarecimento de assuntos a decidir;

j) Avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade, para os empregados da cooperativa, que manipulam dinheiro ou valor;

l) Indicar o(s) banco(s) onde devem ser feitos os depósitos do numerário disponível, bem como fixar o limite máximo do saldo que poderá ser mantido em caixa;

m) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens e direitos, ceder direitos e constituir mandatários, com prévia e expressa autorização da Assembléia Geral, sendo-lhes vedado à prestação de fiança em nome da cooperativa;

n) A representação por meio de mandatários é lícita, devendo ser especificados nos instrumentos os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato Judicial poderá ser indeterminado;

o) Evitar o excesso de poder sobre quaisquer de suas modalidades;

p) Zelar pelo cumprimento das leis do cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária;

q) Estatuir regras para os casos omissos ou duvidosos até a próxima Assembléia Geral;

r) Administrar os negócios e interesses sociais, sobre princípio de lealdade, diligência e comunicação.

Art. 37 - Os membros da Diretoria, eleitos ou contratados não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos que assumirem em nome da cooperativa, ou por prejuízos decorrentes de ato regular de gestão, mas responderão de forma solidária, civil e criminalmente, perante a sociedade e terceiros prejudicados, pelos prejuízos resultantes dos seus atos, se procederem de forma culposa.

Parágrafo Único - Qualquer associado poderá promover a ação de responsabilidade contra o administrador que tenha causado dano ao seu patrimônio, deferindo-se á cooperativa os resultados da ação proposta, competindo-lhe indenizá-lo de todas as despesas até o limite daqueles resultados.

Art. 38 - Ao Diretor Presidente cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

Sources Op. de P. Laís ano

DUCE SP
31 07 13

17

- a) Supervisionar as atividades da cooperativa;
- b) Verificar freqüentemente o saldo do caixa e assinar documentos constitutivos de obrigações e cheques em conjunto com o Diretor- Secretário.
- c) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- d) Apresentar à Assembléia Geral o relatório da Diretoria, o balanço patrimonial e as contas de resultado, com o parecer do Conselho Fiscal que deverão estar concluídos e ficar a disposição dos associados 10 (dez) dias antes da Assembléia Geral, bem como os planos de trabalho formulados para o ano entrante;
- e) Representar a cooperativa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Art. 39 - Ao Diretor Vice-Presidente cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Auxiliar o Diretor-Presidente, interessando-se permanentemente pelo seu trabalho e os negócios sociais;
- b) Substituir o Diretor Presidente nas suas ausências ou impedimentos até 90 (noventa) dias;

Art. 40 - Ao Diretor Secretário cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes;
- b) Assinar com o Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente, documentos constitutivos de obrigações;
- c) Zelar para que os assuntos referentes à Contabilidade e Finanças estejam em ordem e em dia;
- d) Substituir o vice-presidente em caso de impedimento ou vacância do cargo.
- e) Assumir a representação legal da sociedade em caso de vacância dos demais cargos da Diretoria, convocando a Assembléia no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Soundes Op. de P. Lásaro

DUCE SP

31 07 13

18

SESSÃO V
Do Conselho Fiscal

Art. 41 - O Conselho Fiscal será formado por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, quaisquer destês para substituir quaisquer daqueles, todos cooperados, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição de apenas 2 (dois) dos seus membros, cuja responsabilidade obedece à regra que define a dos diretores.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal não poderão ter, entre si, nem com os membros da Diretoria, laços de parentesco até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, e cônjuges.

Art. 42 - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de, no mínimo, 3 (três) de seus membros, sejam efetivos ou suplentes.

§ 1º - Em sua primeira reunião, depois de eleitos, serão escolhidos, entre os seus membros efetivos, um coordenador, incumbido de convocar e presidir as reuniões e um secretário.

§ 2º - As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer dos seus membros, por solicitação da Assembléia Geral ou da Diretoria.

§ 3º - Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos por conselheiro fiscal escolhido na ocasião.

§ 4º - O membro do Conselho Fiscal que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no mesmo exercício social perderá o cargo automaticamente.

Art. 43 - Ocorrendo mais de 2 (duas) vagas no Conselho Fiscal, será convocada Assembléia Geral para preenchimento dos cargos, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

Art. 44 - Ao Conselho Fiscal compete exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa, cabendo-lhe, as seguintes atribuições:

a) Conferir mensalmente o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro do limite estabelecido pela Diretoria;

b) Verificar se os extratos das contas bancárias conferem com a escrituração contábil;

Soundes Op. de J. Sácaro

COCESP
31 07 13

19

- c) Examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos, orçamentos e decisões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- d) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, quantidade, qualidade e valor, às previsões feitas e às conveniências econômico-financeiras da cooperativa;
- e) Examinar se a Diretoria se reúne de acordo com o determinado no estatuto social e se existem cargos vagos;
- f) Averiguar se existem reclamações de cooperados quanto aos serviços prestados;
- g) Verificar se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos são atendidos com pontualidade;
- h) Averiguar se existem problemas com empregados e profissionais a serviço da cooperativa;
- i) Apurar se existem exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- j) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, e se os inventários periódicos ou anuais, são feitos com observância das regras próprias;
- l) Analisar e assinar o Balancete mensal, bem como verificar os documentos contábeis;
- m) Emitir parecer sobre o balanço patrimonial, e as contas demonstrativas de resultado.
- n) Informar a Diretoria sobre as conclusões dos seus trabalhos, denunciando as irregularidades constatadas e convocando a Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá contratar serviços de auditoria ou de técnicos especializados, para exames dos livros de contabilidade e de documentos, nos termos do artigo 112, da Lei nº 5.764/71.

CAPÍTULO VI

Souza Ap. de S. Sácaro

300858
31 07 13

20

Da Dissolução e Liquidação

Art. 45 - A cooperativa se dissolverá de pleno direito:

I - Quando assim for deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária, desde que os cooperados, totalizando o número mínimo exigido por lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - Devido à alteração de sua forma jurídica;

III - Pela redução do número mínimo de cooperados necessários á administração da sociedade, ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

IV - Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias;

Art. 46 - Quando a dissolução da cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no artigo anterior, a medida poderá ser tomada judicialmente, a pedido de qualquer cooperado.

CAPÍTULO VII

Dos Fundos, Do Balanço, Das Despesas, Das Sobras e Perdas

Art. 47 - A cooperativa é legalmente obrigada a constituir o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício, e o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º - Os Fundos são indivisíveis entre os associados, mesmo em caso de liquidação da cooperativa, hipótese em que, juntamente com o remanescente, serão destinados conforme permita a legislação vigente à época.

§ 2º - Os serviços de assistência técnica, educacional e social, atendidos pelo respectivo Fundo, poderão ser executados mediante convênios com entidades especializadas ou não.

Souza Ap. de P. Sácaro

COOPER
31 07 13

21

Art. 48 - Além da taxa de 10 % (dez por cento) das sobras líquidas apuradas no balanço do exercício, reverterem em favor do Fundo de Reserva:

- I - Os créditos não reclamados, decorridos 5 (cinco) anos;
- II - Os auxílios, doações, legados e subvenções sem destinação especial;
- III - As rendas patrimoniais da Sociedade e os resultados líquidos das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores;
- IV - Os resultados positivos decorrentes da participação em sociedades não cooperativas.

Art. 49 - O balanço geral, incluído o confronto de receitas e despesas, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único - Os resultados serão apurados, separadamente, segundo a natureza das operações e/ou serviços.

Art. 50 - As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados, mediante rateio, na proporção direta do uso dos serviços.

§ 1º - As despesas administrativas serão rateadas em partes iguais entre todos os associados quer tenham ou não utilizado os serviços da cooperativa durante o exercício.

§ 2º - Para os efeitos do disposto neste artigo, as despesas serão levantadas separadamente.

Art. 51 - As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzida a taxa para o Fundo de Reserva, serão rateadas entre os associados, em partes diretamente proporcionais às operações realizadas com a cooperativa no período, salvo deliberação diversa da Assembléia Geral.

Art. 52 - Os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com o saldo do fundo de reserva.

Parágrafo Único - Quando o fundo de reserva for insuficiente para cobrir as carências operacionais referidas neste artigo, estas serão rateadas entre os associados, na razão direta das operações realizadas com a cooperativa.

Art. 53 - A Assembléia Geral poderá criar outros fundos, fixos ou temporários, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação, duração e liquidação.

Landes Ap. de S. S. ávaro

JUCESP
31 07 13

22

CAPÍTULO VIII **Dos Livros**

Art. 54 - A cooperativa terá os seguintes livros:

- I - De Matrículas;
- II - De Presenças dos cooperados às Assembléias Gerais;
- III - De Atas das Assembléias Gerais;
- IV - De Atas das Reuniões dos Órgãos de Administração;
- V - De Atas das Reuniões do Conselho Fiscal;
- VI - Registro de Inscrição de Chapas;
- VII - Outros, Fiscais e Contábeis, obrigatórios;

Parágrafo Único - É facultada a adoção de livros, folhas soltas ou fichas, inclusive as emitidas por processamento eletrônico.

Art. 55 - No Livro de Matrículas, os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I - Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, idade e residência;
- II - A data de admissão e, quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;
- III - A conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

CAPÍTULO IX **Do Processo Eleitoral**

Souza Cip. de P. Lásaro

31 07 13

23

Art. 56 - As eleições para os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal e a posse dos eleitos realizam-se na mesma e própria sessão da respectiva Assembléia Geral.

Art. 57 - A votação é direta e o voto é secreto, podendo em caso de inscrição de uma única chapa, optar pelo sistema de aclamação conforme a decisão da assembléia.

Art. 58 - Somente poderão concorrer às eleições candidatos que integrem chapa completa.

Parágrafo Único - A chapa inscrita para a Diretoria deverá ser diversa da inscrita para o Conselho Fiscal, e poderão ser realizadas votações distintas.

Art. 59 - O Edital de convocação e as circulares aos associados, para a Assembléia Geral em que se realizará a eleição para a Diretoria, serão publicados com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da realização da respectiva assembléia, e as circulares expedidas a partir da data da publicação.

Art. 60 - A inscrição das chapas concorrentes a Diretoria far-se-á no período compreendido entre a data da publicação do edital de convocação para a respectiva Assembléia Geral até 10 (dez) dias antes da sua realização.

Parágrafo Único - O prazo mínimo para a inscrição das chapas concorrentes ao Conselho Fiscal, será de até 5 (cinco) dias antes da realização da respectiva Assembléia Geral Ordinária.

Art. 61 - A inscrição das chapas para a Diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-á na sede da cooperativa, nos prazos estabelecidos, em dias úteis, no horário comercial, devendo ser utilizado, para tal fim, o Livro de Registro de Inscrição de Chapas.

Art. 62 - As chapas concorrentes aos cargos da Diretoria e Conselho Fiscal, além de sua denominação, deverão apresentar:

I - Relação nominal dos concorrentes com o respectivo número de inscrição constante do livro de matrículas da sociedade;

II - Autorização por escrito de cada candidato para a sua inscrição, vedada a inscrição em mais de uma chapa para os mesmos cargos;

III - Comprovante de regularidade perante a cooperativa, fornecida por esta.

Luiz Carlos Ap. de S. Lásaro

a) Declaração de bens;

c) Declaração de não estarem incursos no disposto no parágrafo único do artigo 51 e parágrafo 1º do artigo 56 da Lei nº 5.764/71;

e) Declaração de desimpedimento para a prática de atos comerciais.

§ 3º - Excepcionalmente, poderá ser solicitado do candidato a Certidão do Cartório de Protesto onde tenha residido nos últimos 3 (três) anos.

Art. 64 - Sendo secreta a votação, adotar-se-á cédula única, constando os nomes da chapa e a relação nominal dos candidatos.

CAPÍTULO X

Sources Ap. de J. Lasaro

4.

[Handwritten signature]

JUCESP
31 07 13

25

Das Disposições Gerais E Transitórias

Art.65 – Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal perdurarão até a realização da Assembleia Geral Ordinária correspondente ao seu término.

Parágrafo Único – Se a Assembleia Geral Ordinária não for realizada no devido prazo após o exercício, a responsabilidade dos Diretores e Conselheiros Fiscais permanecerá até a realização da primeira Assembleia Geral para prestação de contas e eleição de nova Diretoria e Conselho Fiscal, quando for o caso.

Art. 66 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ou pela Assembleia Geral ou de acordo com a Lei e os princípios doutrinários.

Art. 67 - O presente Estatuto Social vigorará e produzirá efeitos a partir da publicação do respectivo arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

Americana, 20 de março de 2013.

VENCESLAU DONIZETE DE SOUZA

Presidente

RG 18.328.868-3

LOURDES APARECIDA DE FÁTIMA LAZARO

Secretária

RG 19.442.645-2

DAVI BISPO DA CRUZ

Vice-Presidente

RG 20.324.201

FÉLIX ROBERTO MARTINS

Advogado

OAB-SP - 88372

TESTEMUNHAS

VALDESSIR JAVARONI

RG 7.437.665 – SSP-SP

HUMBERTO ALVES DE CASTRO JR.

RG 21.834.847-2 – SSP-SP

30CEP
31 07 13